



EDIÇÃO ESPECIAL
LA 193-3-17

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME:

Morri com todos os mortos
por isso pude reviver
empenhado em meu testemunho
e em minha esperança irreduzível.

Um mais, entre os mortais,
profetizo sem vacilar
que apesar do fim do mundo
sobrevive o homem infinito. [...]

(Trecho de Canto – Poema para o fim do Mundo), de Pablo
Neruda. Livro *Fin de Mundo* – 1969)

GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME IV – ANO III – 2017

GRUPO DE PESQUISA
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME IV – ANO III
EDIÇÃO ESPECIAL

FRUTAL – MG
DEZ. 2017

ISSN 2447-7656 – Volume IV – Ano III – 2017
Edição Especial, Dezembro

Equipe de Revisão

Dr. Marcelo Pessoa
Ariane Moraes

Diagramação e Arte

Dr. Marcelo Pessoa

Capa

Autor: Desconhecido

Título: Representação da Tribo Ainu (Ilha de Hokkaido, Japão) – As Origens da Terra

Disponível em: <https://www.einerd.com.br/wp-content/uploads/2014/09/244.jpg>, acesso em 04/06/2018, às 22h03min.

Impressão por demanda e Hospedagem Eletrônica do Volume

Grupo SIC – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal

Editor Corporativo

MPEducacional

Editor Responsável

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Conselho Editorial

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL, Lisboa)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU, Uberlândia)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade do Porto, Portugal)

Dra. Daniela Soares Portela (UEMG, Frutal)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT, Mato Grosso)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG, Goiás)

Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal)

P475p Pessoa, Marcelo

Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura (SIC). /

Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, dezembro, 2017.

133 p. f.: il., (Edição Especial).

ISSN 2447-7656

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade
I. Pessoa, Marcelo. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III.
Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 4

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE DIVULGAMOS O QUARTO VOLUME – EDIÇÃO ESPECIAL – DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DE 2015, PARA SER UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIO, VIA PLATAFORMA WIX.COM.

COM PREVISÃO DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, O FLUXO EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO PELO EDITOR RESPONSÁVEL, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC).

A COMPOSIÇÃO DO CORPO EDITORIAL CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUARÃO, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* ACUMULADO A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTEÚTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E FICCIONAIS DO SIC, APESAR DE TAL PREMISA, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR A OUTRA.

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO CORPO EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E DIVULGAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS, PORÉM, MÓVEIS.

NESTA CESTA DE LETRAS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO POR MEIO DE DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÓRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A NATUREZA COMPLEXA DE TAIS PROBLEMAS PEDE DIÁLOGOS NÃO SÓ ENTRE DISCIPLINAS PRÓXIMAS, DENTRO DA MESMA ÁREA DO CONHECIMENTO, MAS ENTRE DISCIPLINAS DE ÁREAS DIFERENTES, BEM COMO ENTRE SABERES DISCIPLINARES E SABERES NÃO DISCIPLINARES DA SOCIEDADE E DAS CULTURAS, DEPENDENDO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO FENÔMENO A SER TRATADO. DAÍ, A RELEVÂNCIA, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO QUE TOMAM COMO OBJETO FENÔMENOS QUE SE COLOCAM ENTRE FRONTEIRAS DISCIPLINARES, QUANDO A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA REQUER DIÁLOGO ENTRE E ALÉM DAS DISCIPLINAS. DIANTE DISSO, DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS COLOCAM-SE PARA DIFERENTES CAMPOS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (CAPES, DOCUMENTO DE ÁREA 2009. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CAPES.GOV.BR/IMAGES/STORIES/DOWNLOAD/AVALIACAO/INTER.03AGO10.PDF](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter.03ago10.pdf), ACESSO EM 06/05/2015).

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SE PUBLICAM TEXTOS DE MEMBROS E NÃO MEMBROS DO SIC. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, OU DE OUTRAS INSTITUIÇÕES INDICADAS POR INTEGRANTES DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISA BÁSICA, INTERMEDIÁRIA E AVANÇADA, DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM A LINHA DE PENSAMENTO DE NOSSO CORPO EDITORIAL E TAMBÉM RESPEITEM OS DITAMES ALUDIDOS ANTERIORMENTE PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

ATENCIOSAMENTE,

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL E LÍDER DO GRUPO SIC)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 4

O QUARTO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, EDIÇÃO ESPECIAL DE DEZEMBRO DE 2017, SEGUE, AINDA, A MESMA MOTIVAÇÃO ESSENCIAL DO PRIMEIRO NÚMERO, QUE FOI A DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA, ISTO É, A DE DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

JÁ, A PRODUÇÃO IMPOSTA NA PRESENTE EDIÇÃO ESPECIAL, AO LADO DE TEXTOS NOVOS, TRAZ, CONSIGO, À SELEÇÃO DE UM GRUPO DE TEXTOS QUE JÁ FORAM EDITADOS POR NOSSA REVISTA. A TRIAGEM FOI REALIZADA OBEDECENDO A CRITÉRIOS QUE VARIAM ENTRE O SUCESSO OBTIDO PELOS AUTORES EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, BEM COMO AO DA RECOMENDAÇÃO CIENTÍFICA DE MEMBROS DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL.

ASSIM, ESCLARECESSE QUE SE, NOS DOIS PRIMEIROS VOLUMES PUBLICAMOS, AO ESTILO DA ÁREA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, ESCRITOS DE UM GRUPO DE PÓS-GRADUANDOS EM PARTICULAR, E QUE, AO LONGO DO TEMPO, NO TERCEIRO VOLUME SOMARAM-SE A ESTES OUTROS AUTORES QUE NOS PROCURARAM, COM O INTUITO DE INTEGRAR O ROL DE AKEDIANOS. NESTE QUARTO VOLUME – EDIÇÃO ESPECIAL, PORTANTO, INSTITUÍMOS UM SAUDÁVEL MOMENTO DE REVISITAÇÃO AOS ESCRITOS QUE ORA AQUI ESTÃO.

RESUMIDAMENTE, REITERA-SE, COM TAL PRÁTICA, QUE ESTE ESPAÇO VEM, DE FATO, SENDO, DESDE O SEU NASCIMENTO, CONSOLIDADO NO TERRENO DA EXPOSIÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO QUE DÁ VOZ À PESQUISA BÁSICA, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO CIENTÍFICA.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL)

SUMÁRIO

ARTIGOS

1. ARIANNA CALDERÓN; MARCELO PESSOA – IMPORTÂNCIA E
POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM REDE, VISANDO
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE
TERRITÓRIOS.....09
2. LUCAS FERNANDO BUOSI; JULIO AFONSO ALVES DUTRA –
ASPECTOS DE GESTÃO E DE CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA DE
SUPRIMENTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DE FRUTAL –
MG.....32
3. SÓCRATES JOSÉ DE QUEIROZ DOS SANTOS; MARCELO PESSOA –
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO
PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM
FRUTAL/MG.....50
4. JUSSARA GOULART DA SILVA; DANILTON CARLOS DA SILVA – O
PROFISSIONAL DE COACHING E SEU DIA A DIA NAS
ORGANIZAÇÕES.....78
5. AFFONSO DA MATA MORAIS; MARCELO PESSOA – PERFIL ATUAL
DA COMUNICAÇÃO DE MASSA: A ECONOMIA CRIATIVA NO
BRASIL.....98
6. IZABEL CRISTINA TACELI; GEISIANE RODRIGUES DOS SANTOS;
NATHÁLIA RODRIGUES DOS SANTOS; VALTER OLIVEIRA DA SILVA
FILHO – A PUBLICIDADE E A EDUCAÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS.....116

IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM REDE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹
Arianna Calderón²

RESUMO: A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste artigo trataremos da formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento social. A aplicação de recursos em rede exige a promoção do diálogo entre os gestores de políticas públicas em todos seus níveis, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento promovidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores. É fundamental articular os esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicidade de ações. Visamos também neste trabalho discutir o aumento da eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento territorial, Formação de Redes, Articulação de Atores.

ABSTRACT: The formation of networks in the social and economic context, today, is essential for the social and economic developments to maintain themselves, in the international and local spheres. In this article, the subject of network formation in the local context with the objective of promoting social development will be discussed. The application of resources in a network requires dialogue between public policies directors in all of the levels, the private social investment and the development initiatives promoted by non-profit organizations, local leaders, and others. It is fundamental that effort in diverse sections of society is properly articulated so as to avoid isolation and duplicated actions. We also aim for an increase in the efficiency of allocating, and mobilizing public resources, finances, organizations and people.

KEY WORDS: territorial development, formation of networks, articulation of actors.

¹ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

² Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, levou os governos a assumirem uma posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas. Porém, a administração pública atual, caracterizada pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, está perdendo sua capacidade de prover serviços públicos.

A não resposta às demandas sociais da definição setorial das políticas tem promovido o surgimento de modelos emergentes baseados na intersetorialidade. Estes surgem como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais como o desenvolvimento social.

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa para tornar os processos de decisão mais visíveis e controláveis pelos cidadãos, aproximando o Estado das necessidades e reivindicações da sociedade. O trabalho em rede tornou-se peça chave nas discussões sobre a construção de uma gestão pública focada tanto na eficiência de processos como na eficácia e na garantia dos direitos dos cidadãos.

Inspirados nestes fatos, visamos desenvolver um mecanismo inovador de trabalho em rede onde o Estado passe a compartilhar poder, responsabilidades, riscos e recompensas com outros atores. Dentre as questões levantadas destaca-se a necessidade de (re)considerar o espaço e o território como palco e motor das transformações sociais, lembrando que a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada esteja do contexto sócio-territorial sobre o qual ela incidirá.

Pretendemos também resgatar aqueles pontos que não foram debatidos durante a reforma do Estado dos anos oitenta e noventa, chamando a atenção para a questão da intersectorialidade. Posteriormente nos adentramos na teoria sobre o trabalho em rede, passando pelas suas características e dificuldades.

Para, finalmente, apresentar nossa proposta de mecanismo de cogestão e aplicação de recursos em rede visando o desenvolvimento social de territórios.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE, TERRITÓRIO, ESTADO E REDES

A sociedade é formada por todos os seres humanos que ocupam um determinado espaço num determinado tempo. A história não se escreve fora do espaço, porém, o papel do mesmo em relação à sociedade há sido minimizado a “teatro das ações humanas” ou “simples tela de fundo inerte e neutra”. Santos (1982) propõe uma nova interpretação do espaço que supere a dimensão físico-concreta e que envolva a problemática social. Não podemos separar estas realidades, tanto a noção de sociedade como a noção de espaço são inerentes à formação social. Ao analisar a obra do pensador Milton Santos, os autores Saquet e Silva (2008) concluem que definir espaço e território é uma tarefa árdua, pois não estamos falando de objetos fixos e imutáveis e sim de conceitos historicamente definidos. Então, temos que *espaço* pode ser considerado como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Constitui ainda um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SAQUET & SILVA, 2008). O espaço, então, é considerado por Santos como uma instância da sociedade ao ser um fato social e não somente um reflexo social.

Por sua parte, o *território* antecede o espaço. Imutável em seus limites a utilização do território pelo povo cria o espaço.

O território é delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores. Território é o conteúdo da relação e a relação em si mesma, e a territorialidade refere-se às relações ou interações políticas, econômicas, sociais, e simbólico-culturais entre o Estado e a sociedade civil organizada.

O território também pode ser considerado como palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais (SAQUET & SILVA, 2008).

O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, desemprego, pobreza, delinquência, escassez e degradação dos recursos naturais, levou os governos locais a assumirem uma posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas (NAVARRO, 1997).

Porém, a atual administração pública mundial, caracterizada pela sucessão de crises fiscais e pela perda da capacidade do Estado de ser o provedor único do bem-estar social, se há visto obrigada a sofrer transformações estruturais e funcionais (KNOPP, 2011). Para que o Estado possa enfrentar os desafios da sociedade moderna faz-se necessário que repense sua maneira de existir e de operar.

O território é uma importante dimensão que, por anos, foi negligenciada no debate sobre governança social e desenvolvimento. Knopp (2001) explica que o território e sua dinâmica (territorialidade) não são pautados, muitas vezes, em programas e projetos com uma visão restrita e meramente economicista, ou seja, considerando-o como um espaço geográfico sem sujeitos históricos ou os sujeitos sem território.

O território têm sido palco e motor das transformações sociais. As cidades representam a forma típica de enraizamento da comunidade e é nelas que surgem, de forma acentuada, a maioria dos problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam. Os laços de relações sociais e seu forte conteúdo de ajuda mútua costumam articular-se mediante fatores de carácter territorial. Diversos estudos empíricos comprovam que a identificação territorial dos indivíduos é principalmente local (NAVARRO, 1997). Sendo assim, faz-se necessário sublinhar que o âmbito local é o ponto de arranque mais adequado quando falamos de reformular as políticas públicas para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o Estado de bem-estar.

Segundo Knopp (2011) a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada seja do contexto sócio territorial sobre o qual ela incidirá. O conceito território deve ganhar um novo olhar onde o desenvolvimento deixe de ser um processo descontextualizado do lugar onde ele se processa.

Entende-se que uma política, programa ou projeto público torna-se mais efetivo se ele se territorializar – no sentido de ser apropriado e incorporado ao cotidiano de seus destinatários – e ter por base, para sua concepção e implementação, a territorialidade do lócus de ação. Para isso, torna-se fundamental que cidadãos e/ou organizações daquela localidade sejam agentes desse processo (KNOPP, 2011, p.15).

Resulta essencial fortalecer novas formas de governança, baseadas na realidade e na dinâmica dos territórios sobre os quais elas incidem, assim como na cooperação entre os atores públicos e privados. Concordamos com Knopp (2011) ao propor a institucionalização de mecanismos inovadores de atuação democrática para o atendimento das demandas sociais, desde que aproveitem a habilidade que possui uma sociedade para organizar seu processo de desenvolvimento com base na sua realidade sócio territorial.

Estamos frente à manifestação da potencialidade do local ou localização como processo paralelo e oposto à globalização: “À medida que a ciência social se debruça sobre processos de carácter global, manifesta-se a especificidade e potencialidade do âmbito local nos processos de reestruturação política, económica e social” (NAVARRO, 1997).

Os sistemas de governo estão sendo desafiados a dar conta dessa nova realidade. Os cidadãos querem ser ouvidos e querem respostas às suas exigências, têm se conscientizado em relação ao seu poder político e participado ativamente na produção de conhecimento, conectando-se diretamente com outras pessoas para resolver seus problemas. Faz-se necessário não só exigir mais do Estado, do sistema político e das instituições que o conformam, resulta imperante “colocar a mão na massa e engajar-se com outros na construção de uma boa vida para si, sua família, suas comunidades, sua cidade” (SCHOMMER, 2013).

Estes mecanismos inovadores exigem que o Estado passe a compartilhar responsabilidades, riscos, recompensas e poder com outros atores (poder público, mercado, sociedade civil e cidadãos). Nesse cenário o Estado é apenas parte constituinte, o mesmo vale para o mercado, para o terceiro setor e para os cidadãos.

Parte do avanço proposto envolve o entendimento do privado como agente político e conseqüentemente como parte da esfera pública, o que significa assumir a permeabilidade entre o público e o privado, redefinindo os papéis das diferentes organizações e instituições e estabelecendo novas formas de articulação entre elas. A institucionalização de diversas modalidades de arranjos relacionais que explorem a potencialidade de investimento social do setor privado com fins lucrativos e a prestação de serviços de interesse público do setor privado sem fins lucrativos.

Segundo Navarro (1988), o Estado tradicionalmente centrado na ação pública direta sobre a cidadania cria abertura para que agentes privados, com ou sem objetivos lucrativos, participem na provisão de serviços de bem-estar. Esta gestão privada de interesses públicos está a definir um Estado de bem-estar misto ou pluralista, no qual participam tanto o Estado como empresas e entidades da sociedade civil, para encontrar, assim, uma maior eficácia na solução dos problemas que as comunidades locais apresentam. Estas novas formas de arranjos organizacionais aumentaram a confiança no Estado, pois será possível oferecer novas oportunidades aos cidadãos para participarem no esboço do seu futuro coletivo a partir do contexto local (NAVARRO, 1997).

O Estado vem sendo cada vez mais questionado, e deslegitimado pelos cidadãos, ao falhar no seu dever de procurar o aumento do bem estar social através da garantia das necessidades indivisíveis como segurança, saúde, educação, etc. Depois da crise de 2008, estamos vivenciando um processo de redução do Estado de bem estar e aprofundamento dos Estados neoliberais.

O aumento do bem-estar em países europeus foi modelo durante o período pós-guerra, porém, hoje, o gasto público está sendo insustentável, evidenciando a dificuldade de se encontrar um ponto de equilíbrio. O Estado tem boa capacidade redistributiva, mas é ineficiente para ofertar bens e serviços, ficando claro que o Governo deve dividir esta responsabilidade.

3. NECESSIDADE DE EMPREENDER UMA NOVA REFORMA DO ESTADO

Migueletto (2001) explica que a estrutura organizacional do Estado se caracteriza pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, tornando os processos de decisão pouco visíveis e controláveis pelos cidadãos, mantendo o Estado distante das necessidades e reivindicações da sociedade.

Segundo Schommer (2013), há extrema concentração de recursos financeiros e técnicos no governo federal, sendo que, a partir de 1988, os municípios assumiram mais atribuições. Ao mesmo tempo em que os municípios são mais pressionados por resultados, dependem muito de recursos do governo federal, o que gera baixo grau de capacidade institucional. Como consequência, surge a necessidade de tornar o Estado mais ágil e menos oneroso por meio de uma nova reforma, que vise não só o aumento da eficiência, mas, também, a promoção de benefícios sociais relevantes.

A reforma do Estado dos anos oitenta focava seus esforços na busca do equilíbrio fiscal, o que foi determinante para a melhoria do funcionamento da burocracia, para a redução das despesas e para a institucionalização de certos mecanismos de controle, porém, falhou em atender às demandas e garantir os direitos da população. Ser eficaz e eficiente não é suficiente para promover o desenvolvimento (COSTA, 2008).

Costa (2008) lembra que, dentre os ganhos da reforma no Brasil, no final do século XX, destacam-se;

- A ideia de eficiência afiançou-se como uma prioridade;
- A questão da participação ganhou importância, observou-se o início da participação da população na gestão e no controle social de políticas públicas;
- Emergiram no debate público organizações não governamentais;
- Houve uma tendência positiva em relação à transparência na gestão pública, sobretudo, na aplicação dos recursos públicos;
- Em contraposição, o autor chama a fazer uma reflexão em relação aos temas que não puderam ser ou não quiseram que fossem discutidos nos anos oitenta e noventa, os quais lista;

- (Re)politizar a administração pública, pois, nos anos oitenta, houve uma tendência de despolitizar o Estado em função da crença de que os problemas públicos são consequência da má gestão. Sendo que não basta possuir gestores eficientes. O Estado lida com problemas gerenciais, mas principalmente o Estado lida com problemas de natureza política, sobretudo quando se trata de políticas públicas de caráter distributivo;
- A reforma do Estado deve contribuir para a garantia dos direitos de cidadania;
- A terceira questão, e que mais nos interessa, tem a ver com o foco no desenvolvimento. O foco dos processos de reforma do final do século XX estava no ajuste fiscal, na estabilidade financeira e na eficiência do gasto, esquecendo a consolidação da ordem democrática e a construção de sociedades mais justas onde fosse possível o desenvolvimento pleno da cidadania;
- Assim, sempre que se planejar uma intervenção no aparelho do Estado, é necessário refletir sobre seus propósitos últimos, sobre sua contribuição para a realização de objetivos sociais relevantes, sobre sua utilidade e importância para o desenvolvimento da nação (COSTA, 2008, p. 07);
- Em quarto lugar, o autor chama a atenção da intersectorialidade, base da aplicação de recursos em rede, e fundamento da nossa proposta, o que será detalhado mais adiante. A reforma política em questão deve priorizar a busca de mecanismos para a integração das ações multissetoriais e multiorganizacionais;
- O último elemento, destacado por Costa (2008), consiste na questão da *accountability* como novas formas de controle social sobre as políticas públicas.

A atual e imprescindível reforma do Estado deve contribuir para a autonomia e flexibilidade dos organismos públicos, visando fugir dos controles burocráticos da administração pública. Deve alavancar a participação de organizações não governamentais, não apenas no debate público, como na execução de políticas públicas em conjunto com o poder público e com a empresa privada.

Falamos da sociedade civil organizada executando e ajudando o Estado a chegar aonde não consegue.

Neste contexto, têm surgido inovações administrativas orientadas para uma configuração organizacional descentralizada e intersetorial, assim como transformações das estruturas organizacionais verticais e monolíticas, em modelos de articulação organizacional que privilegiam a diversidade e horizontalidade em busca de maior distribuição do poder (MIGUELETTO, 2001).

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa na reconstrução das relações entre o Estado e a sociedade.

A abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos interorganizacionais indica o incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados.

Ao mesmo tempo, identifica-se nessa emergência certo esgotamento da capacidade de integração e de coesão social das instituições representativas tradicionais e da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento global e centralizado (MOURA, 1998, p. 02).

4. INTERSETORIALIDADE E TRABALHO EM REDES

Compreendidas as transformações que têm acontecido no âmbito da gestão pública, a intersectorialidade surge como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais, tais como o desenvolvimento social.

A definição setorial das políticas já não está respondendo de forma adequada aos desafios. Assim, modelos emergentes baseados na intersectorialidade marcam a fragilização de estilos monopolizadores e hierárquicos de prestação de serviços e se dispõem a aumentar a capacidade das políticas de serem responsivas aos problemas sociais.

Bronzo (2007) afirma que, dentre os fatos que dão força ao surgimento do debate quanto à necessidade de intersectorialidade, destacam-se: a concepção de “gobierno de proximidad” que acentua o peso dos governos locais na provisão de bens e serviços; a emergência da governança no contraponto às bases dos governos tradicionais, monopolistas, autossuficientes, hierárquicos; e, por último, a perda no monopólio da gestão pelo Estado, ampliando as parcerias público-privadas e a crescente presença das ONGs na provisão de serviços.

A intersectorialidade é um meio de gestão que permite obter uma visão mais global dos problemas que podem ser pautados através de critérios territoriais, assim como uma atuação mais eficaz e eficiente para resolver problemas sociais, uma vez que integra os diversos setores das políticas públicas, envolvendo o compartilhamento de recursos e complementação das diferenças entre os diversos setores.

A estratégia da intersectorialidade pode permitir resultados mais significativos em relação ao impacto e à sustentabilidade das políticas, evitando sobreposições de ações e garantindo maior organicidade às mesmas.

Não obstante, a lógica da setorialidade ainda está muito enraizada, o que significa que conseguir a articulação necessária para implantar políticas transversais demanda muito tempo, forte adesão política e esforço para a construção de estruturas e práticas adequadas.

Dentre as soluções propostas por Bronzo (2007), se distingue a criação de diversos instrumentos de gestão, como comissões interdepartamentais, unidade de integração, mesas intersetoriais, grupos de trabalho, sessões de trabalho, entre outros.

O importante é que se implantem instrumentos intraorganizacionais e interorganizacionais que vinculem a organização com seu entorno, concedendo maior importância à participação cidadã.

Também devem ser implantados processos de reorganização administrativa, porém, o mais importante a se fazer é conseguir viabilidade política. Um processo que envolve partilha de recursos normalmente envolverá conflitos, variáveis que podem ser minimizadas através da identificação dos objetivos comuns.

A legitimação da perspectiva intersetorial vai ser alcançada na medida em que haja espaços de deliberação a partir da noção de redes multi níveis, permitindo a elaboração conjunta de diagnósticos e planos comuns. Os novos mecanismos de gestão pública para o desenvolvimento devem ser estabelecidos ampliando-se a perspectiva das redes horizontais e remetidos à articulação entre atores de um mesmo nível e de diferentes níveis de governo.

Contudo, a noção de intersectorialidade não se esgota no âmbito governamental, pois implica a relação entre organizações públicas e privadas para lidar com a complexidade dos problemas sociais. Neste sentido, a noção de trabalho em rede é valorizada, estabelecendo-se novas relações entre o Estado, a sociedade civil e as empresas privadas, ao se reconhecer o poder político real destas duas.

A rede é um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso, se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MALMEGRIN, 2012, p. 14).

Por meio de estrutura de rede, ocorrem relações de interdependência horizontal e vertical, simultaneamente, de múltiplos atores que integram seus saberes viabilizando a otimização dos recursos e como consequência dos resultados de suas ações. Dentre as variáveis que devem ser consideradas ao analisar uma rede, Migueletto (2001) enumera a compatibilidade dos membros ou nível de concordância sobre os objetivos, o ambiente em que se dá a mobilização de recursos e o ambiente social e político em que opera.

No trabalho em rede predominam as relações de cooperação sobre a competição, não obstante, o caráter de conflito estará sempre presente, pois cada ator atua segundo valores próprios e, ao mesmo tempo, visa alcançar um objetivo em comum. A cooperação (operação conjunta), a cogestão (gestão conjunta) e a corresponsabilidade (responsabilidade conjunta e solidária) são desafios que exigem dos membros da rede habilidades de mediação e negociação como fundamento do sucesso.

Dois características do trabalho em rede que devem ser ressaltadas são: 1) o formato horizontal-democrático; e, 2) o papel da liderança. Migueletto (2001) explica que o formato das relações entre os membros da rede se caracteriza pela não centralidade organizacional e não hierarquização do poder, tendentes à horizontalidade.

Entretanto, embora a ideia de horizontalidade seja utilizada como referência à geometria do modelo de redes, continua sendo fundamental o papel de uma liderança para a organização e coordenação dos trabalhos. A liderança de um ator na rede deve restringir-se à função de articuladora, condutora e integradora, com autoridade mais moral do que legal.

Embora a rede seja coordenada por um centro político, não há um relacionamento hierárquico entre os atores, uma vez que a figura da autoridade assume novo significado, mais condizente com um polo de articulação do que um polo de poder (MIGUELETO, 2001, p. 36).

Contar com um ator que assuma o papel e liderança na rede é fundamental para fomentar a motivação, incentivar o crescimento e preservar a harmonia dos diversos atores envolvidos, no entanto, as decisões no panorama das redes não podem ser tomadas unilateralmente ou de forma hierárquica. As decisões devem ser realizadas após o consentimento de todos os componentes da rede.

Finalmente, resulta fundamental chamar a atenção para a questão da financiabilidade como elemento estratégico no sucesso do trabalho em rede. Bortolaso *et al* (2010) ressaltam a importância de que para se ter sucesso a rede deve ter capacidade de gerar recursos para a subsistência, ou seja, deve ter competência para captar recursos de terceiros para a execução de projetos em prol da rede.

Outra característica distintiva a despontar no estudo da literatura sobre o tema em cena é a existência de uma estrutura física e financeira para subsidiar a gestão da rede. A estrutura é compreendida como condição necessária para o funcionamento da administração da rede e para a disponibilidade de um escritório com infraestrutura, profissionais contratados com a tarefa de gerenciar as questões operacionais da rede e a financiabilidade (BORTOLASO *et al*, 2010, p. 03).

5. TRABALHO EM REDES FOCADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura sobre redes, observamos certa focalização no desenvolvimento das mesmas para alcançar o crescimento econômico. Em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre aumento de vantagens competitivas localizadas, cooperação entre empresas etc. Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de arranjos produtivos locais ou *clusters*, termo cuja origem se situa no início dos anos noventa. Michael Porter define *clusters* como concentrações geográficas de companhias e empresas num setor específico, interconectadas para a aplicação da competitividade empresarial oferecendo, assim, um grande potencial para a criação de vantagens competitivas.

Por outra parte, na literatura sobre economia e administração, também encontramos a expressão “Arranjo Produtivo Local” – (APL), conceituado como “um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem” (CARDOSO, 2014).

Através dos APLs as empresas buscam se concentrar nas suas competências essenciais e se articular com outras organizações, seja para suprirem necessidades secundárias, como no caso das terceirizações, seja para obterem sinergia, através de parcerias e alianças estratégicas, com empresas concorrentes, fornecedores, entre outros.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003) o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras.

A partir dos *clusters* e dos APLs, o desenvolvimento social é visto sob a ótica econômica, porém, a concepção do que seja desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Knopp entende que:

Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico (e que o crescimento econômico não garante o desenvolvimento), mas consiste na melhoria das condições de vida de uma dada sociedade e no enriquecimento de seu capital social, humano e cultural; de que projetos de desenvolvimento devem estar assentados nas especificidades econômicas, socioculturais, estruturais e físico-naturais dos territórios (KNOPP, 2008, p. 14).

Os APLs, em suma, têm sido considerados como uma oportunidade para o crescimento e fortalecimento da economia na busca do desenvolvimento equilibrado dos territórios, da melhor distribuição de renda e de soluções aos problemas enfrentados pelas localidades, considerando, assim, o desenvolvimento social como consequência do desenvolvimento produtivo dos territórios.

6. ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS

Amoretti *et al* e Velten (2011) expandem o enfoque dado aos APLs para além da produtividade do mercado e da economia, apresentando os conceitos de “Arranjos Sociais Locais” – (ASLs) e “Arranjos Culturais Locais” – (ACLs) adaptados às demandas da educação profissional e tecnológica.

Arranjos Sociais Locais “se referem a uma rede de grupos sociais e atividades características de um território que, integrados aos índices sociais da região, revelam sobre o contexto, o ambiente, as formas de organização e associação, as carências e o desenvolvimento de uma determinada região” (VELTEN, 2011).

Por outra parte, no mesmo artigo, estes autores definem Arranjos Culturais Locais como “processos constitutivos da memória cultural de uma comunidade, dizem respeito a: aglomerados de unidades de patrimônio histórico material e imaterial, localizadas num mesmo território, criando demandas específicas de mão de obra” (VELTEN, 2011).

Os conceitos de ASLs e ACLs constituem um avanço na conceituação de redes sociais, porém, não consideram a possibilidade da aplicação inteligente de recursos provenientes do setor público e do setor privado para alcançar o desenvolvimento social.

Hermeto Didonet (Ex-Coordenador Geral do Plano Diretor de Macaé – RJ, no ano 2006) entende o capital social como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas e impulsoras do relacionamento entre o ambiente político, o ambiente empresarial e o ambiente social. O entendimento de Didonet é afirmado também por Schommer (2013), que expõe a recente revalorização das comunidades, da proximidade e das conexões entre as pessoas, reforçando-se a percepção do capital social e das redes como elementos de desenvolvimento.

Didonet (2009) desenvolve o conceito de Capital Social, ao configurar-se um Arranjo Social Local como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas entre o ambiente político, empresarial e social. Pressupõe-se, então, um entendimento amplo de que a sustentabilidade precisa não só do equilíbrio entre o âmbito econômico e o ambiental, mas, também, deve considerar os valores sociais e culturais, essenciais ao desenvolvimento desejado. O conceito de Capital Social coincide com a concepção dos ASLs, na medida em que estes são como mecanismos de promoção do desenvolvimento local através do trabalho cooperativo entre os diversos atores, e ao mesmo tempo, cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais empresariais e os investimentos públicos em prol da superação das carências de uma determinada região.

O conceito que buscamos desenvolver nesta pesquisa se aproxima ao apresentado por Didonet, ao caracterizar o Capital Social como propulsor do desenvolvimento local. Procuramos também expor que:

É possível produzir desenvolvimento e bem comum a partir dos processos endógenos e dos potenciais locais; que é possível engajar cidadãos, famílias, governos, empresas, organizações da sociedade civil e muitos outros em torno de interesses e projetos compartilhados; que a variável democrática é essencial em processos de desenvolvimento – se não for feito pelas pessoas, a partir das pessoas, sequer faz sentido falar em desenvolvimento (SCHOMMER, 2013, p. 24).

Trata-se de um novo contexto relacional, no qual as formas de articulação entre Estado e sociedade passam a buscar a sinergia por meio da convergência de ações no âmbito das políticas públicas, configurando uma relação complicada de esforços governamentais, empresariais e civis, alterando significativamente as fronteiras que tradicionalmente separavam esses setores (MIGUELETTO, 2001).

7. ARRANJO SOCIAL LOCAL – MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

Como resultado da busca de ideias inovadoras que originem mudanças sociais em grande escala, a partir do trabalho em rede e frente à possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, propomos o fomento e institucionalização de Arranjos Sociais Locais, entendidos como novos mecanismos para consolidar o desenvolvimento local. Inspiramo-nos em conceitos como o de “Arranjo Produtivo Local”, “Arranjo Social Local” e “Arranjo Cultural Local” (trabalhados por Amoretti *et al*) e pelo conceito de “Capital Social”, acunhado por Didonet.

Desde nossa perspectiva, um Arranjo Social Local consiste numa rede articulada e estruturante das ações entre diversos atores que visa à promoção coletiva do desenvolvimento social de um território determinado, por meio da articulação de esforços governamentais, empresariais e civis alterando as fronteiras tradicionais que separavam essas esferas.

Os Arranjos Sociais Locais podem ser articulados em qualquer território onde seja possível promover a integração entre as demandas regionais, os empreendedores sociais, as políticas públicas e os investidores privados. Logo, não há uma medida ou dimensionamento exato a partir do qual o ASL possa ser articulado.

As relações entre os atores devem acontecer num formato democrático e participativo, caracterizadas pela não centralidade organizacional e a não hierarquização do poder. Contudo, o ASL deve ser mediado e organizado, por meio de um agente de mobilização que assumirá uma responsabilidade mais de articulação do que de poder, buscando a conexão, a comunicação e a colaboração entre os atores.

Propomos a articulação, desenvolvimento, e fortalecimentos de ASLs a partir da mobilização das lideranças públicas, privadas e comunitárias que possam colaborar com o desenvolvimento do território.

A sustentabilidade do Arranjo Social Local depende de entre outras coisas, da capacidade de captar recursos de terceiros para a execução de projetos constituídos pela comunidade em função das suas necessidades em integração com as políticas públicas oferecidas pela autoridade governamental.

A realização de projetos e o alcance de metas depende tanto dos recursos financeiros para sua implementação, como da inovação, de aspectos culturais e de relações presentes no tecido social, que podem condicionar a realização dos projetos (BRITO & BORGES, 2013, p. 09).

A constituição de um ASL passa pela resposta às seguintes perguntas:

- Quais são as ações em curso promovidas pelo poder público e por organizações da sociedade civil num determinado território?
- Quais são as demandas sociais do território e como se organizam em ordem de prioridade?
- Quais ações podem ser executadas conforme a capacidade de execução e de financiamento instalada na região?
- Quais são as debilidades operativas e de gestão das iniciativas da sociedade civil organizada? Algum ator da rede pode oferecer capacitações e formações para a superação destas debilidades? As empresas podem dar uma contribuição significativa em dois campos de atuação: formação e capacitação de lideranças comunitárias, e o desenvolvimento da capacidade institucional das organizações de desenvolvimento comunitário (BRITO e BORGES, 2013, p. 18).
- Quais indicadores de monitoramento dos avanços do Arranjo Social Local podem ser desenvolvidos?

Finalmente, podemos dizer que a promoção e institucionalização de ASLs é uma ideia inovadora e pouco desenvolvida, tanto teórica como pragmaticamente, e que cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais empresariais e os investimentos públicos alterando as fronteiras que tradicionalmente separam essas esferas em prol da superação das carências de uma determinada região.

CONCLUSÃO

A sociedade moderna e as novas formas políticas de representação demandam um processo de reforma do Estado que entenda como prioritária a descentralização das ações executadas pelo poder público. Para alavancar as relações entre diversos atores de diversas naturezas, parte-se da ideia da formação de redes. Entendemos o trabalho em rede como uma alternativa para reconstruir as relações entre o governo e a sociedade à medida que permite ao Estado chegar aonde atualmente não consegue.

A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível também para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste artigo, tratamos sobre a formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento, ideia que conceituamos como Arranjo Social Local (ASL), inspirados nos conceitos desenvolvidos por Amoretti *et al* e Didonet.

O desenvolvimento de um ASL consiste na promoção do diálogo entre o poder público, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento pretendidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores da sociedade civil organizada.

Propomos criar um mecanismo de articulação dos esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicidade de ações. Acreditamos que, por meio destes mecanismos, seja possível aumentar a eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

Observamos também que, em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre desenvolvimento econômico local e aumento de vantagens competitivas, por meio da formação de redes de cooperação entre empresas. Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de *clusters* ou Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os APLs são estruturas em que diversos atores trabalham em estreita cooperação e interação para o aproveitamento das sinergias coletivas, o que aumenta as possibilidades de sobrevivência e crescimento. Os APLs têm sido apresentados como geradores do crescimento econômico e conseqüentemente promovedores do desenvolvimento social local, ao fortalecer a competitividade entre os diversos segmentos da economia.

Não obstante, o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, uma vez que vários autores afirmam que o crescimento econômico por si só não gera diminuição da desigualdade social.

Baseados na possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios, por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, o conceito de ASL inspira-se na concepção de APL como mecanismos de promoção do desenvolvimento local, através do trabalho cooperativo entre diversos atores.

REFERÊNCIAS

AQUINO, André Luis de; BRESCIANI, Luis Paulo. *Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual Clusters: a conceptual framework*. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/22003>>. Acesso em 11 nov. 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf>. Acesso em 14 jul. 2014.

BORTOLASO, Ingridi Vargas *et al.* *Práticas de Gestão de Redes de Cooperação Horizontais: O desenvolvimento de um modelo e análise*. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor2559.pdf>>. Acesso em 14 set. 2014.

BRITO, Felipe; BORGES, Zilma. *Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: Diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil*. Disponível em: <http://www.ice.org.br/adm/images/arquivos/2014_publica%20A7%20A3o_desenvolvimento_local_final_28.11.2014.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BRONZO, Carla. *Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza*. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0056806.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2014.

CARDOSO, Univaldo Coelho. *APL: arranjo produtivo local*. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_apl.pdf>. Acesso em 14 set. 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolo%20e%20Lastres.pdf>>. Acesso em 08 set. 2014.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O público e o privado na gestão pública*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.78p.

COSTA, Frederico Lustosa da. *Reforma do Estado em Novas Perspectivas – Lições da Experiência Brasileira*. Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/pdf/ponto1ppp1.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2015.

DIDONET, Hermeto. *Capital Social*. Disponível em: <http://www.visaasocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=84>. Acesos em 14 set. 2014.

KNOPP, Glauco. *Governança Social, Território e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://revistappp.uemg.br/pdf/ppp8/Gov_PPP8.pdf>. Acesso em 28 fev. 2015.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. *Redes públicas de cooperação em ambientes federativos*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. *Organizações em Rede*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14 set. 2014.

MOURA, Suzana. *A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565551998000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 set. 2014.

NAVARRO, Clemente. *Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento*. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793929W6dNP1ar6Pd92RN4.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2015.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método*. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05/forma%C3%A7%C3%A3o-socioespacial-como-teoria-e-como-m%C3%A9todo.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em 21 mar. 2015.

VELTEN, Maria Janete. *Gestão de demandas e de ofertas de cursos técnicos a distância: desafios postos pelo sistema e-Tec ao regime de colaboração e às estratégias de desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Dissertacao-Maria-Janete-Velten.pdf>>. Acesso em 14 set. 2014.

**ASPECTOS DE GESTÃO E DE CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA
DE SUPRIMENTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DE
FRUTAL – MG³**

Lucas Fernando Buosi⁴
Prof. Ms. Julio Afonso Alves Dutra⁵

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos o resultado de um estudo que foi realizado na cadeia de suprimentos da cana-de-açúcar, na cidade de Frutal – MG. A partir do problema de que modelo de armazenagem e de escoamento da produção canavieira não atenderia a todas as demandas do setor, realizamos uma pesquisa bibliográfica preliminar, donde se constatou que o SCOR (*supply chain operations reference*) talvez pudesse ser o modelo ideal para a reestruturação destes serviços oferecidos pelo setor. Como resultado deste nosso trabalho, é válido informar que o modelo SCOR, por ter um enfoque operacional, se não contribui para melhorar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar em Frutal – MG, ao menos evidencia para os gestores das cadeias de suprimentos as deficiências do SCM (*supply chain management*).

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia de suprimentos, modelo SCOR, cana-de-açúcar.

ABSTRACT: In this paper, we present the results of a study that was conducted in supply chain of sugar cane, in the town of Frutal – MG. From the problem of storage and disposal model of sugarcane production not meeting all the demands of the industry, we conduct a preliminary bibliographical research, which found that the SCOR (*supply chain operations reference*) could perhaps be the ideal model for the restructuring of these services offered by the sector. As a result of our work, is valid report that the SCOR model, by having an operational focus, if not contribute to improving the production chain of sugar cane in Frutal – MG, at least evidence for supply chain managers the shortcomings of SCM (*supply chain management*).

KEYWORDS: Supply chain, SCOR model, Sugar cane.

³ Este texto é uma versão revisada e ampliada do resultado do trabalho de pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁴ Discente do Curso de Administração, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

⁵ Docente do Curso de Administração, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Pesquisador e orientador de Projetos de Pesquisa e de Extensão.

INTRODUÇÃO

Em nossa pesquisa buscamos entender, lançando mão do registro de entrevistas feitas com executivos do setor canavieiro de Frutal – MG, o formato da composição que envolve o binômio *produto* (cana-de-açúcar e seus derivados) *x* *satisfação do consumidor* final interessado neste segmento de produtos e serviços. Assim, a partir de um olhar investigativo e caracterizador voltado especificamente à cadeia de suprimentos da cana-de-açúcar na região de Frutal, do modo como tais executivos a descreveram na oralidade, este artigo objetiva sintetizar e balizar tais posicionamentos frente a um referencial teórico elucidativo sobre o gerenciamento da cadeia de suprimentos, direcionando tais apontamentos para o setor da cana em Frutal – MG.

Neste sentido, observando os problemas detectados no funcionamento do segmento, sugerimos aos gestores da cadeia de suprimentos a implementação do modelo SCOR (*supply chain operations reference*), já que estes dois itens em destaque (*produto x satisfação*) são do escopo compreendido por este modelo e também de responsabilidade de toda a cadeia produtiva (produtores, fornecedores, varejistas e operadores logísticos). Por isso esse fato se constitui como parte de nossa situação-problema, já que em tal processo de gestão se exigiria dos gestores da cadeia de suprimentos (*supply chain management* – SCM) a elaboração de mecanismos avançados de gerenciamento que incluíssem todos os atores citados.

Metodologicamente, por meio de uma pesquisa bibliográfica e aplicada, isto é, ao caracterizarmos o SCM e aplicarmos o modelo SCOR ao case frutalense, percebemos que este setor, em Frutal – MG, para melhor se desenvolver, deveria ser intermediado pela rotina de decisões de cada parceiro da cadeia, mediante um realinhamento estratégico dos processos internos e externos de gestão, desde que, obviamente, composto por algum tipo de procedimento que fosse orientado pela demanda real do setor.

Foi assim, então, que entendemos que o modelo de referência das operações na SCM poderia ser o modelo SCOR, o qual, por sua vez, foi desenvolvido primeiramente pelo *Supply-Chain Council*⁶, uma vez que este modelo é utilizado para analisar uma cadeia logística e identificar oportunidades de melhoria no fluxo de todo trabalho realizado pelas equipes operacionais.

Desse modo, na primeira parte de nosso *paper*, apresentamos um perfil histórico do problema, apontando para questões relacionadas à gestão, competitividade e funcionamento da cadeia de suprimentos frutalense.

Na segunda seção, o texto atualiza a discussão iniciada na primeira etapa, alinhando a história, o tempo presente e as perspectivas futuras para o setor canavieiro.

Na terceira seção, propomos o modelo SCOR, aplicando-o ao case sucroalcooleiro de Frutal – MG. Em seguida, vamos às conclusões e descrição das referências.

GESTÃO, COMPETIÇÃO E FUNCIONAMENTO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR

Neste século XXI, as organizações passam por complexas e variadas mudanças provenientes de fatores como competição acirrada, interdependência econômica dos países, transformações tecnológicas cada vez mais rápidas, globalização dos mercados, dentre outros. Assim, o fato de as empresas rurais, ou mesmo as propriedades rurais terem de conviver com a realidade de uma economia aberta e os desafios da concorrência atingirem dimensões globais, faz com que elas tenham que rever suas condições de competição ou sobrevivência.

A realidade é que no contexto atual dos negócios modernos, elas tendem a não competirem mais individualmente, mas, sim, em termos de

⁶ O *Supply-Chain Council* é uma entidade sem fins lucrativos, composta principalmente por operadores dedicados à pesquisa de meios para o progresso dos sistemas e práticas de gerência de cadeias de suprimentos (www.supply-chain.org).

cadeias, deflagrando-se, assim, uma verdadeira concorrência das cadeias de suprimentos entre as organizações.

Independentemente do porte e do tipo de organização, todas as empresas que fazem parte de uma cadeia precisam ser produtivas. A produtividade média é que vai definir a competitividade da cadeia frente à concorrência local e internacional. Equilibrar a produtividade das empresas, especialmente nas empresas rurais, ainda é um desafio para a economia brasileira. Neste sentido:

Farina (1999), ao ressaltar sobre a competitividade, trata da participação de mercado como indicador de resultado, obtido por meio de custos e produtividade ou inovação em produto e processo. Neste ponto verifica-se uma opção de escolha ao produtor rural. Ao analisar a atual atividade produtiva, o mesmo pode perceber a baixa participação de mercado e verificar sua ineficiência aos custos e produtividade motivados pela pequena área de terra. A inovação em produto ou processo pode ser uma alternativa interessante, deixando as pressões internacionais de uma commodity e optando por cultivar produtos que melhor se encaixam no perfil da propriedade (UECKER & UECKER & BRAUN, 2016, p. 12).

O ambiente competitivo no qual as empresas estão inseridas tem estimulado o surgimento de abordagens gerenciais como o SCM (*supply chain management*), ou em português, Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS) que, de acordo com Pires (2004), é condição que pressupõe um modal em que as empresas redefinem suas estratégias competitivas e funcionais mediante seus posicionamentos dentro das cadeias de suprimentos nas quais se inserem.

Por isso, as empresas necessitam constantemente buscar desenvolver um modelo próprio de organização para conquistar melhores índices de eficiência e de competitividade, especialmente em um cenário em que os principais agentes geradores de receita são mais afeitos à tradição e insistem demasiadamente em manter determinadas posições conservadoras (como é o caso do agronegócio, que é o principal fornecedor de recursos para as empresas do setor sucroalcooleiro).

Assim, aquela imagem, até certo ponto romântica, donde se visualiza um pequeno produtor rural numa paisagem, ou da imaginação da agricultura familiar com ou sem conotações ideológicas, portanto, não se aplicam a contextos competitivos e voltados para a obtenção de altos índices de profissionalização. Desse modo:

NANTES (1997) discute essa situação, ressaltando que em tempos de crédito fácil, como o que ocorreu até meados da década de 80, o produtor rural não se via pressionado a desenvolver sua eficiência profissional. O domínio das técnicas agropecuárias era, em tempos passados, suficiente para manter a produtividade num nível aceitável, proporcionando uma lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, com a abertura dos mercados e o acirramento da concorrência interna a realidade é bem diferente. Já não basta só produzir, é necessário saber o que, como e quando produzir e principalmente, como e quando vender. A implantação da mentalidade administrativa é necessária durante a transição da propriedade rural tradicional para empresa rural. Isto é, as transformações devem iniciar-se pela mudança de postura e mentalidade do produtor rural. Suas atitudes e comportamentos é que irão determinar a passagem de um sistema de produção tradicional para um sistema moderno, operando de forma estratégica (UECKER & UECKER & BRAUN, 2016, p. 03).

Assim sendo, ao que nos parece, a gestão da cadeia de suprimentos no setor da cana-de-açúcar em Frutal – MG segue uma rotina híbrida, que, ao mesmo tempo em que combina um *modus operandi* de avanços e retrocessos gerenciais em seus processos, realoca o setor dentro do caráter geral de seu segmento. Isto é, o GCS frutalense no setor canavieiro pode ser definido como um modelo gerencial que tem simultaneamente como objetivos a manutenção do controle operacional do negócio em nível familiar e também a instituição de sinergias por meio da integração dos processos de negócios-chave ao longo da cadeia de suprimentos (o que é bem contemporâneo, especialmente se comparado ao primeiro ponto dos objetivos).

Vale dizer, que a finalidade principal da GCS é o de atender o consumidor final e outros *stakeholders*⁷ da forma mais eficaz e eficiente possível, ou seja, dotá-los de produtos e ou serviços de maior valor perceptíveis pelo cliente final, disponibilizados ao menor custo possível (aqui, vale ressaltar, já começamos a trabalhar com os fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da “Usina Cerradão”, empresa sucroalcooleira da cidade de Frutal – MG).

Ademais, a GCS frutalense, apesar de vanguarda em certas instâncias, também pode ser considerada contemporânea no contexto dos conhecimentos relacionados à tradição da gestão empresarial, uma vez que abrange interesses de diversas culturas e conceitos já consolidados dentro das empresas industriais (aqui, vale ressaltar, já estamos alinhados aos fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da “Usina Vale do Rosário”, empresa sucroalcooleira da macrorregião da cidade de Frutal – MG). Portanto, a GCS pode ser considerada como um ponto de convergência na expansão de outras áreas tradicionais no ambiente empresarial, em especial nas atribuições da gestão de operações, da logística, de compras e de *marketing* (PIRES, 2004).

Em suma, para melhor apresentarmos os resultados de nossa pesquisa, na primeira seção, aborda-se o tema das “Particularidades da Gestão Contemporânea da Cadeia de Suprimentos”, enfatizando-se a importância das empresas passarem a atuar de forma integrada, em cadeia, isto é, demonstrando que hoje, mais que uma estratégia de gestão, atender à necessidade do consumidor final é uma questão de sobrevivência, devido ao fato de que, com isso, se agrega valor em todas as etapas produtivas. Na segunda parte, no tópico “O Modelo SCOR Aplicado ao Case Sucroalcooleiro

⁷ Do inglês “stake” (interesse, participação, risco), e “holder” (aquele que possui). No mercado, esta expressão que significa “público estratégico”, e descreve uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria (adaptado de <http://www.significados.com.br/stakeholder/>).

de Frutal – MG”, faremos a descrição do modelo SCOR (supply chain operations reference), destacando o seu funcionamento, definindo seus processos e a sua configuração ao longo da cadeia de suprimentos, bem como a forma como os seus indicadores de desempenho são correlacionados com o ambiente produtivo sucroalcooleiro frutalense.

E, finalmente, após esta etapa, apresentaremos nossas conclusões e as principais referências articuladas neste trabalho.

PARTICULARIDADES DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Segundo Cooper, Lambert e Pagh (1997)⁸, a expressão “cadeia de suprimentos” (*supply chain*), ao lado de se popularizar a partir de uma tradição crítica que se constrói em torno dos ambientes corporativos, surge também em meio a um contexto marcado por transformações significativas no mundo:

How is SCM different from this definition of logistics? Many of those writing, talking, and offering seminars about SCM are using the words as a synonym for logistics. And generally, academia is following rather than leading business practice regarding SCM. Consultants proposed the term and educators proposed structure and theory for executing SCM. The term “supply chain management” is relatively new in the literature, appearing first in 1982 [2]. About 1990, academics first described SCM from a theoretical standpoint to clarify the difference from more traditional approaches to managing the flow of materials and the associated flow of information [3].

⁸ O texto ora referido tem dois formatos disponíveis ao usuário: um, pago, e, noutro, aberto à leitura do pesquisador, sem custos. Contudo, o formato aberto, é disponibilizado somente no modo “imagem”. Por esta razão, optamos por realizar um recorte do texto original, a mero título de apresentar o esforço da pesquisa, sem abrir mão da relevância do levantamento de dados realizado.

Ao par disso, sabe-se que foi a partir também dos anos de 1980, que ocorreram intensas mudanças na regulamentação do transporte, que apareceu a emergência da comercialização do microcomputador e a conseqüente revolução da informação, e que se passou ainda a ter uma maior aceitação dos movimentos de gestão de qualidade e que se instituíram o desenvolvimento de parcerias e alianças estratégicas (BOWERSOX & CLOSS, 2001).

Desde então, acentuou-se a percepção pelas organizações, de que os clientes estavam demandando cada vez mais produtos ou serviços customizados, com prazos de recebimento confiáveis e próximos da pronta entrega, fazendo, com isso, que recaísse sobre a logística o papel preponderante nas operações de uma companhia, deixando de ser tratada como um processo de apoio para se tornar uma atividade estratégica:

Um exemplo paradigmático de como a adoção de tecnologia de informação permitiu redesenhar o fluxo de produtos é o caso Dell Computers, que estabeleceu relacionamentos cooperativos com seus fornecedores a partir da internet. Através de páginas exclusivas na web, os fornecedores da Dell passaram a acessar a demanda de cada componente em tempo real. Suas previsões de venda deixaram de ser baseadas em dados de faturamento ou expedição, permitindo o planejamento de suas operações de produção e distribuição sem as interferências típicas da recomposição dos níveis de estoque (WANKE, 2006, p. 33).

Desse modo, verificou-se com maior clareza nos cenários nacionais e internacionais a necessidade de se enfrentar a competição global entre empresas, contexto este que tem feito evoluir os processos de gestão, deixando de pertencer a uma realidade individual, fazendo-os evoluir para o conceito de redes de empresas: nestas esferas elas passam a competir de uma forma integrada, por meio de organizações virtuais componentes de uma rede, instaladas nos mais distintos ambientes geográficos:

Com o processo de globalização que marcou o Brasil desde o início da abertura econômica iniciada bruscamente em 1990, muitos setores industriais do país passaram a se defrontar com a realidade da competição em uma escala global. Muitas empresas atuando em mercados, muitas vezes, reservados e / ou monopolizados tiveram que conviver com uma competição baseada em valores de desempenho globais. Cresceu, então, a lógica da chamada manufatura de classe mundial (*world class manufacturing*). Em tese, não interessa muito mais onde você produz nem sob qual realidade isso é feito. O que interessa de fato é como se atende com produtos e / ou serviços a um mercado com um conjunto crescente de exigências (PIRES, 2004, p. 34).

A fim de se acomodar, então, esta dispersão geográfica dos integrantes deste novo mercado, convém destacar que acompanha a importância recém-adquirida pela logística, o pensamento de Balou (2006), donde se salienta que as atividades logísticas podem ser divididas em “principais” e de “suporte”. Entre as atividades principais temos a movimentação física, responsável pelo transporte em todos os fluxos logísticos da empresa, e a gestão de estoques, incluindo estoques de produtos em processo, estoques de insumos e matéria prima, estoque operacional e estoque de produtos acabados. As atividades de suporte compreendem a “armazenagem” – que se resume na administração do espaço necessário para manter estoques –, e o “manuseio” dos materiais – abrangendo procedimentos para separação de pedidos e alocação de materiais. Ainda entre essas atividades temos a gestão das compras, as embalagens de proteção, o processo de *stakeholders*, o da programação do produto, a manutenção de informações etc. A gestão da cadeia de suprimentos tem sido reconhecida gradativamente como a atividade de integração dos “processos-chave” de negócios desenvolvidos por meio de cadeia produtiva. Por outro lado, verificamos em nossa pesquisa, particularmente recorrendo ao ponto de vista de nossos entrevistados, que existe uma visão restrita observada ainda em alguns representantes do meio empresarial, segundo os quais, a gestão da cadeia de suprimentos não passa de um novo nome para o antigo conceito de “logística integrada”:

Hoje, os mercados estão cada vez mais globalizados e dinâmicos e os clientes cada vez mais exigentes. Para satisfazê-los, proliferam cada vez mais as linhas e modelos de produtos, com ciclos de vida bem mais curtos. E a coordenação da gestão de materiais, da produção e da distribuição passou a dar respostas mais eficazes aos objetivos de excelência que os negócios exigiam. Surgiu, então, o conceito de Logística Integrada. Isto significou considerar como elementos ou componentes de um sistema todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição dos materiais até o ponto de consumo final, assim como os fluxos de informação que gestionam os produtos em movimento (FIGUEIREDO & ARKADER, 2016, p. 01).

Na verdade, ao colocarmos frente a frente os relatos de nossos entrevistados com os argumentos teóricos listados em nossas referências, cremos que esse ranço de resistência em abandonar a logística integrada significa muito mais do que um simples apego à extensão das atividades clássicas da logística, uma vez que desde a definição de “cadeia de suprimentos” dada pelo *Global Supply Chain Forum*⁹, todos passaram a concordar que elas (ambas as logísticas em foco) são capazes de ir bem mais além das fronteiras de uma organização:

Em linhas gerais, o campo da Logística evoluiu de um tratamento mais restrito, voltado para a distribuição física de materiais e bens, para um escopo mais abrangente, em que se considera a cadeia de suprimentos como um todo e as atividades de compras, administração de materiais e distribuição. Assim, não se limita a uma única função dentre as estudadas em Administração, como o Marketing ou as Operações, mas representa, de fato, uma área de integração desses distintos enfoques (FIGUEIREDO & ARKADER, 2016, p. 02).

Os gestores das empresas devem desenvolver habilidades para construir as alianças necessárias para integrar as empresas envolvidas nesses processos, comprometendo-se com o planejamento e a integração dos fluxos de informações. Assim, vemos que a competitividade no setor da cana-de-açúcar em Frutal – MG é, e será cada vez mais, relacionada ao desempenho

⁹ Evento da Área da Administração e Negócios, realizado em novembro de 2015 e que, em 2016, será realizado em abril, no HASLAM COLLEGE OF BUSINESS, da Universidade do Tennessee, nos EUA (<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-R&sl=en&u=https://scforum.bus.utk.edu/&prev=search>).

de redes interorganizacionais alinhadas pela competência logística e não via consórcio de empresas que atuem isoladamente.

Vale lembrar, que diversas entidades têm abordado o assunto “gestão da cadeia de suprimento”, fato este que conduziu ao desenvolvimento de alguns modelos representativos de gestão, tanto acadêmica quanto empresarialmente. No presente trabalho, evitando alongamentos desnecessários e para melhor compreendermos estas questões, adotamos o modelo SCOR como modelo de Gestão da Cadeia de Suprimentos da cana-de-açúcar em Frutal – MG.

O MODELO SCOR APLICADO AO CASE SUCROALCOOLEIRO DE FRUTAL – MG

Segundo Stephens (2001), o modelo SCOR (*supply-chain operations reference model*), é considerado como sendo o primeiro modelo desenvolvido com o objetivo de melhorar o desempenho da cadeia de suprimentos industriais. O modelo SCOR ou “modelo de referência das operações da cadeia de suprimentos” é também um método de gestão que faz uso do *benchmarking*¹⁰ e de diversos tipos de avaliações para o aperfeiçoamento do desempenho da cadeia de suprimentos. Ele, o SCOR, atua como instrumento coadjuvante que possibilita o gerenciamento de competências ao longo de toda a cadeia produtiva.

Em nossa pesquisa, este modelo se comporta de modo relevante, ainda que oriundo de práticas da indústria, na medida em que nos permite associar a ele uma concepção de que a cadeia produtiva engloba a rede de fornecedores, de distribuidores, a logística, as operações de gerenciamento e os fluxos de informação, de produtos, de serviços, de conhecimentos e de recursos materiais e financeiros, estrutura esta bem apropriada ao setor sucroalcooleiro frutalense (aqui, vale ressaltar, que tornamos a recorrer aos fundamentos e

¹⁰ É um processo de investigação em que uma empresa determina, de forma sistemática, quão competitivos são seus processos frente aos dos concorrentes, por meio da comparação com outras empresas, integrantes do mesmo ambiente em que ela está incluída (<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-o-benchmarking/>).

práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da “Usina Cerradão”, empresa sucroalcooleira da cidade de Frutal – MG).

Sabe-se que o modelo SCOR foi projetado a partir de um contexto de gestão empresarial da indústria norte-americana para auxiliar o aprendizado das companhias em relação aos processos internos e externos ao seu ramo de atuação. Desse modo, o modelo SCOR pode ser também considerado como um desdobramento da teoria da reengenharia de processos, desde que este seja aplicado à cadeia de suprimentos.

É neste sentido, então, que dissemos que o SCOR incorpora também os conceitos de *benchmarking* e de análise das melhores práticas (*best practices analysis*), uma vez que permitem quantificar o desempenho de empresas similares concorrentes no mercado e estabelecer metas calcadas nos melhores resultados do segmento dentro de uma faixa mais ampla deste ou daquele mercado, incorporando, assim, as melhores práticas e soluções de sistemas (*softwares*) em uso no ambiente corporativo.

As empresas que adotam este modelo, de pronto, podem obter os seguintes resultados:

- Identificação dos melhores *softwares* para prover suas necessidades;
- Consolidação de sua real vantagem competitiva no mercado em que atua;
- Avaliação efetiva de seus processos próprios;
- Quantificação dos benefícios por ocasião da interposição de mudanças;
- Comparativo entre desempenhos semelhantes de seus concorrentes;
- Emprego de informações de *benchmarking* e das práticas de aperfeiçoamento.

Isto posto, percebe-se que o SCOR é um modelo de estrutura interfuncional (que permite a interação cooperativa e avaliativa entre vários setores da organização) que contém definições eficientes e aplicáveis de padrões de processos, terminologias, métricas, todos associados aos processos da cadeia de suprimentos, voltando-se sempre para o confronto dos resultados esperados com as melhores práticas vigentes no mercado.

No nível mais elevado de emprego do modelo SCOR (apresentado na figura 01 e na sua respectiva descrição abaixo), consolidam-se os processos de negócios do planejamento, suprimento, produção, entrega e retorno, do modo como são descritos para cada elo no canal de suprimentos:

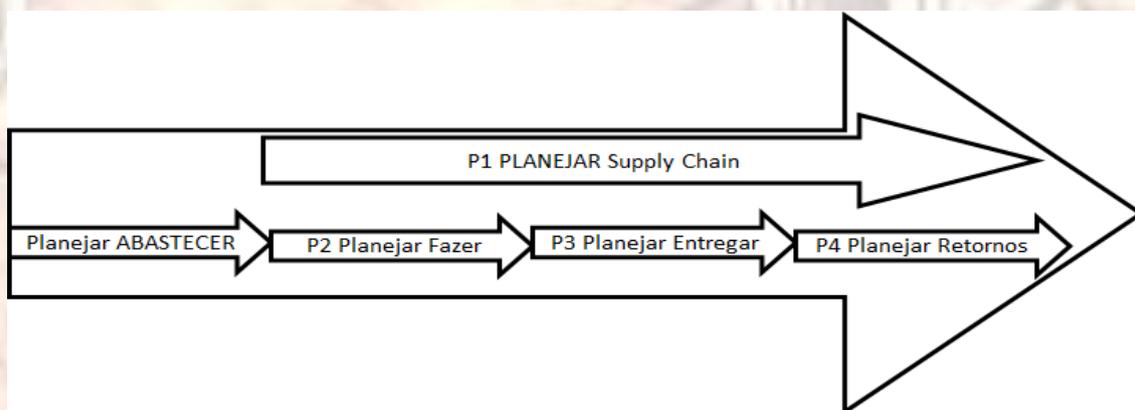


Figura 01: Modelo SCOR
Fonte: Pires (2004)

As atividades de planejamento (P1) – equilibram demanda e recursos, e preveem a integração entre atividades e organizações;

Atividades de suprimentos (Abastecer) – são aquelas relacionadas com a aquisição de matérias-primas e fazem a ligação entre as organizações e seus fornecedores: nesta fase se pode, por exemplo, abastecer a propriedade rural com as “mudas” da cana-de-açúcar e plantá-las;

Atividades de produção (P2) – momento em que se transformam as matérias-primas em produtos acabados – algumas empresas, como distribuidores ou varejistas, não desempenham tais atividades –: nesta fase, por exemplo, faz-se o tratamento das mudas até que elas atinjam o ponto de colheita;

Atividades de entrega (P3) – aqui, todas as atividades relacionadas com o gerenciamento de pedidos e expedição de produtos acabados – neste ponto, entrega-se a cana-de-açúcar na usina;

Atividades de retorno (P4) – diz respeito à devolução de matérias-primas aos fornecedores, ou, ainda, à devolução de produtos acabados aos clientes (BALLOU, 2006).

Na figura 02, a seguir, e na sua respectiva descrição, apresentamos os cinco processos de gestão previstos pelo modelo SCOR (aqui, vale ressaltar, que recorreremos aos fundamentos e práticas de gestão, extraídos de entrevista coletada junto a um executivo da “Usina Vale do Rosário”, empresa sucroalcooleira da macrorregião da cidade de Frutal – MG), a saber:

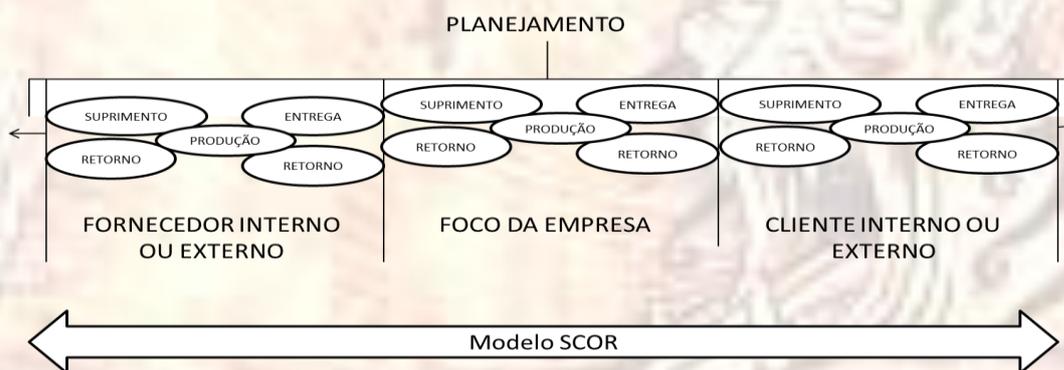


Figura 2: Cinco processos de negócio do modelo SCOR
Fonte: Ballou (2006)

- a) **Planejar:** no escopo do processo de planejamento e gerenciamento do abastecimento e da demanda por cana-de-açúcar, planejamento de estoques, da distribuição e da capacidade produtiva;
- b) **Abastecer:** realiza-se, aqui, a aquisição de matéria-prima (mudas, replantio, ou a própria cana-de-açúcar), a qualificação e a certificação dos fornecedores, monitora-se a qualidade faz-se a negociação de contratos com vendedores e recebem-se os materiais;
- c) **Fabricar:** etapa de fabricação do produto final (açúcar, etanol, vinhaça, bagaço, energia etc.), realização de testes, acondicionamento em embalagens, previsão de mudanças nos processos, lançamento e apropriação de produtos;
- d) **Entregar:** momento de gerenciamento dos pedidos feitos pelo mercado e da oferta de crédito ao consumidor, gerenciamento do armazém, do transporte, da expedição e do atendimento, criação de base de dados sobre os consumidores, produtos e preços;
- e) **Retorno:** novo aporte de matéria-prima (novas mudas, replantios), oferta do produto acabado, realização de manutenção, reparos e inspeção no ambiente produtivo, processos estes que se estendem à fase de pós-venda, dando suporte ao consumidor.

Vale ressaltar que, em nosso trabalho, as descrições acima nos ajudaram a entender a dinâmica dos processos de gestão da cadeia de suprimentos típica do setor sucroalcooleiro frutalense, do modo como havíamos proposto no início de nossa pesquisa e, de um modo bem particular, quando os confrontamos com os relatos de nossos entrevistados.

Ampliando o espectro de nosso, neste sentido, a articulação destes mesmos conceitos ao pensamento de outros pesquisadores, bem como à prática de gestão relatada por nossos entrevistados, apontam para a ideia de que o emprego do modelo SCOR poderia permitir o aperfeiçoamento de processos e o alinhamento da empresa de cana-de-açúcar às demandas específicas de seu segmento de mercado.

Na fala de nossos entrevistados, convém dizer, percebemos que o problema de gestão logística e ou de cadeia de suprimentos, do modo como se pensava no passado, tem sido lentamente revisto pelos mais distintos mecanismos e indicadores de produção e de qualidade. Por isso, procuramos em nossa pesquisa, reunir autores que entendem a tradição e a inovação do mercado local e global contemporâneo.

Em suma, salienta-se aqui, que a força do modelo SCOR, aplicável ao setor sucroalcooleiro, pode residir na capacidade de se instituir um formato padrão de gestão para facilitar a comunicação entre os diferentes setores que envolvem toda a cadeia produtiva.

CONCLUSÕES

Dentre os principais objetivos deste projeto de pesquisa, se pretendia oferecer contribuições para o desenvolvimento do discente bolsista. Ao colocarmos em prática os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos em sala de aula, expandiram-se de forma significativa os conteúdos estudados.

Estes avanços podem ser medidos, a partir da constatação de que houve, por parte do estudante envolvido na pesquisa:

- Intenso desenvolvimento pessoal;
- Aquisição de novos conhecimentos, otimizando-se o aprendizado;
- Percepção de que a inserção social da Administração como profissão é real, efetiva, e não apenas teórica;
- A compreensão de que os conteúdos estudados durante a pesquisa podem ajudar as empresas a solucionar problemas de gestão;
- Avaliação crítica do próprio modelo de formação universitária;
- Desenvolvimento de ações de pesquisa multidisciplinares / interdisciplinares;
- Aperfeiçoamento da capacidade de organização e gerenciamento de rotinas administrativas; e,
- Ajuda no processo de formação de decisões do aluno.

Especificamente tratando do modelo SCOR, colocamos em destaque, por exemplo, que no nível 2, descrito na figura 01, que a empresa que atua no segmento da cana-de-açúcar em Frutal – MG (neste ponto, esclarecemos que, para chegarmos a esta conclusão, que nos valemos do que disseram nossos entrevistados) pode ser configurada a partir dos processos que lhe sejam mais essenciais, dependendo da etapa que esteja sendo operacionalizada dentro do modelo.

Por meio de indicadores (descritos na figura 01), vimos que se faz possível o gerenciamento dos 05 processos indicados na figura 02.

A adesão da organização aos requisitos descritos na figura 02 permitirá ao gestor descobrir ineficiências de seus processos, bem como o auxiliarão quanto às ações de solução de tais problemas, nivelando a proporção dos impactos das transformações sugeridas ao parâmetro dos resultados comerciais esperados. Neste ponto, vale dizer que uma das principais deficiências detectadas em nossa revisão bibliográfica, reside na questão da comunicação entre os diversos atores e departamentos envolvidos em toda a cadeia produtiva.

A implementação do modelo SCOR no setor sucroalcooleiro frutalense, ao padronizar linguagens e métricas, além de ajudar as organizações a solucionar lacunas na comunicação, também poderá ajudar as organizações envolvidas a melhor se definirem, seja sob o ponto de vista da gestão de suas respectivas cadeias de suprimentos, seja sob o ponto de vista da competitividade.

Finalmente, e não menos importante, há certo consenso reinante entre pesquisadores do modelo, que o SCOR também contribui para a redução de custos operacionais de empresas, em quaisquer segmentos que estas venham a atuar. Contudo, apesar de interessante, este é um viés da temática que abordaremos em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial*. 6ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. *Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimentos*. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, Kleber; ARKADER, Rebecca. *DA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA AO SUPPLY CHAIN MANAGEMENT: O PENSAMENTO, O ENSINO E AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO EM LOGÍSTICA*. Disponível em: http://www.rslima.unifei.edu.br/download1/Adm09/98_Ago_Kleber%20e%20Rebecca_Da%20Distribuicao%20Fisica%20ao%20Supply%20Chain%20Management.pdf. Acesso em 16/01/2016.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M.C., PAGH, J. D. Supply Chain Management: more than a new name for logistics. *The International Journal of Logistics Management*. 1997, v. 8. Disponível em: https://www.academia.edu/2446196/Supply_chain_management_more_than_a_new_name_for_logistics, e também em: <http://www.emeraldinsight.com/toc/ijlm/8/1>. Acesso em 16/01/2016.

PIRES, S. *Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.



UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. *A GESTÃO DOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS NUM AMBIENTE COMPETITIVO GLOBAL E DE GRANDES ESTRATÉGIAS*. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf> , acesso em 16/01/2016.

WANKE, Peter. Logística, Gerenciamento de Cadeias de Suprimentos e Organização do Fluxo de Produtos. In: FIGUEIREDO, Kleber Fossati; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2006, p. 26-47.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG

Sócrates José de Queiroz dos Santos¹¹
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹²

RESUMO: Este artigo realiza um breve estudo acerca do reconhecimento da valoração imaterial e incorpórea arraigadas no espírito da comunidade de Frutal/MG. Tendo em vista que a compreensão desse patrimônio imaterial congrega valores culturais e sociais, objetivos e subjetivos, de preservação e de sustentabilidade, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender o *status quo* da questão em Frutal – MG. Desse modo, nosso objetivo, é encontrar o mecanismo de valoração social e cultural do imóvel hoje denominado ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, bem como delimitar o território de responsabilidade do poder público sobre a memória e a história cultural da cidade e dos cidadãos no que se refere ao patrimônio cultural em foco.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Público, Patrimônio Cultural e Imaterial, Valor Histórico e Cultural, Bem Inventariado, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: This article performs a brief study about recognition of intangible and incorporeal valuation rooted in the spirit of the community of Frutal/MG. Considering that the understanding of this intangible heritage brings together cultural and social values, objective and subjective, of preservation and sustainability, we undertook a literature search, seeking to understand the status quo of the matter Frutal – MG. In this way, we aim to find the mechanism of social and cultural valuation of the property today named ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, as well as define the territory of responsibility of public authorities on memory and the cultural history of the city and citizens with regard to cultural heritage in focus.

KEYWORDS: Government, Cultural Heritage and Intangible Heritage, Historical And Cultural Value as Well Inventoried, Sustainable Development.

¹¹ Mestrando em Filosofia, Sociologia e Antropologia pela FATEC – Faculdade de Tecnologia de Votuporanga/SP. Pós-Graduado em Gestão Pública pela FaPP. Graduado em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil, pela FIJRJ – Faculdades Integradas de Jacarepaguá do Rio de Janeiro.

¹² Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

INTRODUÇÃO

Como sabido, a cultura se expressa pela exteriorização dos “modos de criar, fazer e viver” (Constituição Federal de 1988, art. 216). Assim, aqueles trejeitos de um determinado povo, a forma de sua comunicação, as danças, as histórias, as formas com que constroem suas residências ou uma determinada edificação que, conforme a importância para o seu povo, pode envolver toda uma comunidade, também se incluem no que chamamos de Cultura.

É um mecanismo expressivo pelo qual se traspassam as gerações, à medida que cria ou recria novas ações, valores e sentidos, formando o patrimônio cultural de um povo.

A noção de cultura, posta assim, deixa de se relacionar exclusivamente com a cultura erudita e passa a englobar manifestações populares de cultura e também de cultura de massa. Na lapidar lição de Leonardo Castriota¹³, passa-se a considerar a questão imaterial da formação do significado – a dimensão viva da cultura. Essa valoração imaterial, incorpórea e arraigada no espírito comunitário local também exige a devida proteção e preservação. São valores intrínsecos e extrínsecos do imóvel do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), os quais se vinculam à memória e à história cultural da cidade e dos cidadãos¹⁴.

Valor Histórico: a história da construção está relacionada com a história da cidade de Frutal, tendo em vista que se configura como o primeiro ginásio e primeira escola normal desta localidade. Especificamente sobre este valor cabe dizer ainda que o imóvel se constituiu há mais de 60 (sessenta) anos, como testemunha viva da luta dos cidadãos frutalenses – em comunidade – pela educação local. O imóvel foi o resultado da iniciativa popular, exaltada e contada por diversas fontes bibliográficas que se ocupam da narração histórica do Município de Frutal para as presentes e futuras gerações.

Valor Evocativo: Constata-se que o imóvel permeia o imaginário dos cidadãos frutalenses, máxime quando se revelou que o local foi amplamente utilizado para fins sociais (espaço de convivência e aprendizado).

¹³ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 11-15.

¹⁴ Cf. Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual sob o n.º 0271.13.0092569 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Frutal/MG.

Valor Paisagístico: Este valor se destaca quando se analisa a relevância da implantação do imóvel no contexto urbano. Corresponde a ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico que se considera o entorno e a ambiência. O imóvel foi edificado em área ampla. A quadra tem dimensões maiores que as demais, ocupando uma área correspondente a aproximadamente 03 (três) quadras do Bairro Alto Boa Vista. Possui volumetria predominante e localização privilegiada, daí o seu valor ambiental, paisagístico e de referência, devido à forte presença na paisagem urbana. A manutenção do imóvel, portanto, condiz com a preservação do equilíbrio da paisagem.

Valor afetivo: Constitui referencial simbólico para o espaço e memória da cidade, despertando sentimentos de identidade e pertencimento.

Valor de acessibilidade com vistas à revitalização/reciclagem: Facilidade de conexão da edificação com o sistema viário e a capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade.

Valor de compatibilização com a estrutura urbana: A presença do prédio não impede as reformulações urbanas com a construção de novos empreendimentos no terreno.

Valor arquitetônico: Apesar das intervenções ao longo das décadas de existência da edificação, predomina o estilo de construção que remete ao *art déco* e protomoderno, estilos comuns aos colégios construídos na mesma época (anos 50 – Século XX).

Daí, a importância de se cuidar e preservar desses apontamentos representativos da história e da cultura de uma sociedade, a fim de se manter viva a sua identidade. E vejamos que se trata não só disso, mas de zelar pela duração e conservação de obras de artes, monumentos, objetos, edifícios, os usos e costumes, com o objetivo de perpetuar o valor intrínseco de indivíduos e das sociedades como valor coadjuvante da cidadania e da qualidade de vida.

Ocorre, no entanto, que nem sempre esta iniciativa é vista com bons olhos aos interesses de alguém, de um grupo ou da sociedade como um todo. Razão pela qual, pode-se imaginar como poder legítimo instituído, justamente pelo zelo do bem da comunidade, os Poderes Executivo e Legislativo como atores principais no processo de guarda da memória, o que, conforme demonstrado no presente trabalho, não postulam verdades absolutas, podendo

ser também provocado o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual, curador do Patrimônio Histórico e Cultural de uma localidade.

Importante ressaltar que um determinado bem, para se constituir em patrimônio cultural, deve ser fruto de uma elaboração narrativa, simbólica, política, que acontece mediada por um conjunto de saberes técnicos na dotação de valor, tendo em vista a responsabilidade de guarda deste bem, o que implica sempre em seleção, ou seja, significa dizer que diante de um universo imenso de bens culturais, foram eleitos alguns e não outros para serem patrimônios.

Neste contexto, Frutal/MG se configura num bom exemplo deste tipo de sítio patrimonial, uma vez que tem registros que remontam ao ano de 1835. Assim, temos um pré-requisito histórico, a partir do qual se podem valorar os bens que tenham densidade histórica, sob pena de que nenhum subsista ao passar do tempo com suas características estruturais e valores referenciais, em especial a edificação denominada Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, cujo valor histórico e cultural já fora reconhecido ao ser declarado como bem inventariado.

Assim, havendo o bem a ser salvaguardado pelo Poder Público, há que se exigir que este seja protegido dentro de políticas públicas de desenvolvimento sustentável na promoção da qualidade de vida e do bem-estar social de seus habitantes, sob pena de não perdurar no tempo.

Desse modo, por meio de uma ampla revisão bibliográfica, no primeiro trecho de nosso texto, apresentamos alguns aspectos históricos relacionados ao Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, que são importantes a serem considerados acadêmica e juridicamente falando.

Na segunda seção, reportamo-nos aos elementos materiais, sociais e culturais que contribuem para a instituição da valoração do patrimônio histórico.

Em seguida, discorreremos sobre os dispositivos legais de proteção dos valores históricos e culturais, seus conceitos, abrangências e as responsabilidades que cabem ao poder público.

Finalizando, damos, a saber, nossas conclusões e o cerne de nosso aporte bibliográfico.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A edificação, objeto de estudo no presente trabalho, foi construída no ano de 1952, tendo por escopo o funcionamento da primeira entidade de ensino¹⁵ da cidade, denominada como “Ginásio Frutal”. De acordo com informações extraídas da obra historiográfica *Desbravadores do Carmo do Fructal – História e Genealogia de um Descendente*, da lavra de Álvaro Ferreira de Paula¹⁶, a constituição do “Ginásio Frutal” se realizou em função de um grupo de estudantes que estavam passando férias de final de ano nesta cidade.

¹⁵ Um ginásio é um tipo de escola de ensino secundário existente em alguns países. Por analogia, "ginásio" também se refere ao ensino realizado nos ginásios. A palavra *γυμνάσιον* [*gymnasion*] era usada na Grécia antiga para designar o local destinado à educação física e à educação intelectual dos rapazes. Com o último significado, de educação intelectual, o termo continuou a ser bastante usado em algumas línguas – como o alemão – enquanto em outras línguas – como o português – o termo "ginásio" passou a ser empregado, sobretudo, com o sentido de educação física. Nos países germânicos, tradicionalmente, o ginásio constitui uma escola secundária vocacionada para a preparação dos alunos para acederem a uma universidade, com características muito semelhantes às dos tradicionais liceus da Europa latina. Os ginásios têm origem na Reforma Protestante, ocorrida no século XVI. O primeiro sistema de escolas a ministrar um ensino ginásial surgiu na Saxônia em 1528. Segundo o sistema educativo do tipo germânico, os ginásios destinam-se aos alunos com maior vocação acadêmica. Estes alunos são filtrados à saída do ensino primário, por volta dos 10 a 13 anos, só aos melhores sendo permitido aceder ao ginásio. Tradicionalmente, o ginásio foca-se nas humanidades e nos estudos clássicos, com o seu currículo a incluir normalmente o ensino do latim e do grego antigo. Outras modalidades do ensino ginásial incluem as línguas modernas, as ciências, a economia e as tecnologias. Alguns outros países - a maioria deles na Europa de Leste - introduziram o ginásio nos seus sistemas educativos, mas com características diferentes dos ginásios germânicos. Estes ginásios não correspondem a um ramo do ensino secundário, mas sim a um nível de ensino. Normalmente, o ginásio constitui a primeira etapa do ensino secundário (equivalente aproximadamente aos segundos ciclos do ensino fundamental do Brasil e do ensino básico de Portugal), com o liceu a constituir a segunda etapa. Em alguns países, existe também o pró-ginásio que constitui o ciclo preparatório do ensino ginásial. Até 1971, no Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino colegial. Correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental. Para aceder ao ensino ginásial, era necessária a realização de um exame de admissão, depois de finalizado o ensino primário. O ginásio tinha uma duração de quatro anos, findos os quais, o aluno poderia aceder ao colégio, que constituía o terceiro ciclo de estudos. Em 1971, o ginásio foi fundido com o ensino primário, dando origem ao ensino de 1º grau. Na sequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de 1º grau foi substituído pelo ensino fundamental. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola))>. Acesso em 09/03/2015.

¹⁶ PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal – História e Genealogia de um Descendente*. [s.l]: Edição Independente de 2004.

Liderados por Joel Furtado (acadêmico do Curso de Direito), os estudantes promoveram a “Semana de Estudos” que agitou a sociedade frutalense, especialmente os cidadãos de posse e providos de poderes políticos.

O evento visava à constituição de uma “Sociedade Anônima” capaz de obter recursos necessários à instalação do Ginásio, ante o espírito de universalização do ensino que proliferava em território nacional, em meados do Século XX. Como resultado da iniciativa dos incansáveis cidadãos, marcou-se uma solenidade pública, ocasião em que os estudantes e interessados apresentaram um Plano de Ação que possibilitava a criação de uma entidade de ensino. Previa-se a participação do Poder Público Municipal (Prefeitura) e de mais 20 (vinte) cidadãos. Após acaloradas discussões, fez-se a leitura do anteprojeto estatutário de criação da sociedade. No dia 06 de abril de 1952, estava instituída a “Sociedade Anônima”, cujas obras se iniciaram no mês de agosto de 1952. As atividades escolares, contudo, tiveram início no ano de 1955.

Terezinha Lamounier¹⁷ traduz, em concisas palavras, a excitação e a importância sociocultural e política daquele período embrionário da educação frutalense: “a instalação de um ginásio, em Frutal, era um sonho e uma necessidade premente. O início foi promissor. A escola foi altamente procurada e bem equipada para fazer do sonho uma legítima realidade”. O imóvel guarda a memória da luta dos frutalenses por uma educação de qualidade, do engajamento dos estudantes locais na busca por seus direitos. O local, sem dúvida, é símbolo do anseio popular por formação e conhecimento, representando marco importante de um dos estágios de desenvolvimento e de civilização dos frutalenses. O Ginásio Frutal foi instituição responsável pelas formaturas de várias 4ª séries na cidade, demonstrando o impacto sociocultural positivo quando do início das atividades de ensino, conforme se infere da obra *Original História de Frutal*¹⁸.

¹⁷ FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III* – Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009, p. 7-58.

¹⁸ FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002, p. 105.

Por motivos desconhecidos, o Ginásio Frutal e a entidade mantenedora entraram em crise financeira e, no ano de 1962, as “Irmãs Salvatorianas” assumiram a gestão do prédio e das respectivas atividades educacionais, ocasião em que assumiu o título de “Colégio Normal São José”, cuja estrutura funcionou até meados do ano de 1971. Contudo, sem maiores esclarecimentos, as Irmãs Salvatorianas desistiram do empreendimento, embora tenham conquistado ilibada reputação e prestígio regional. Ao longo dos anos, sucederam a gestão anterior, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a “APAE” (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e o “Colégio Objetivo”, o qual manteve atividades no prédio até o ano de 2007.

A FAF (Faculdade Frutal), embora tenha alugado a edificação, não chegou a instalar as atividades de ensino superior no local. Enquanto mantido sob a gestão do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), o prédio foi utilizado para a realização de festas, reuniões, encontros de jovens, concílios, ultréias, quermesses, aulas de catequese etc. De averbar, ainda, que no imóvel também funcionou uma creche da Prefeitura Municipal, em meados dos anos 80 (já no Século XX). Atualmente, o prédio, cuja propriedade é da Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, está sem a devida utilização, desde o ano de 2007. Passando pelo local, sobreleva notar que a estrutura do bem e alguns elementos originais estão em bom estado de conservação. Contudo, o abandono do imóvel e sua falta de uso estão ocasionando grave deterioração, não sendo pretensioso dizer que há risco de incêndio. Porquanto, moradores de rua, andarilhos e usuários de drogas têm o mau vizo de utilizar o local como abrigo, onde utilizam substâncias entorpecentes, fumam cigarros, consomem álcool de maneira indiscriminada e amontoam lixo de toda sorte. Quem não poderia prever que, numa situação assim, degradada, não se possam atear fogo em restos de mobiliários, papéis, jornais, etc., causando incontrolável incêndio e consequentes perdas irreversíveis ao patrimônio histórico e cultural?

Nota-se pela vegetação rasteira e arbustiva, em avançado estágio de regeneração, no entorno do edifício histórico, que se deflagra risco da ocorrência de incêndios ou da propagação de insetos e vetores, inclusive em relação aos moradores vizinhos, pois não há zelo ou cuidado com a limpeza e a higienização urbana (interna ou externa) do imóvel.

Embora a Administração Pública Municipal de Frutal tenha instaurado procedimento administrativo destinado ao tombamento do bem imóvel, com fundamento no artigo 12 e consectários da Lei Ordinária n.º 4.867/2001, o bem não foi tombado, encontrando-se somente inventariado para tal.

Diante destes fatos, iniciou-se, por parte da Administração Pública Municipal, um movimento para a construção de um edifício de moradias de alto padrão, fato que, aos olhos da administração, eliminaria a problemática do abandono do local ao tempo que se daria a devida utilização ao terreno de localidade privilegiada.

Ocorre, no entanto, que outro movimento se formou, a fim de pleitear justamente o contrário: sua conservação e devida utilização pelo poder público.

Formado justamente por aquelas pessoas que conheciam a história do Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, algumas por terem frequentado suas dependências como alunos, outros como professores e até mesmo pessoas que participaram da construção do prédio, o Ministério Público Estadual foi acionado, o qual passou a colher informações e ouvir pessoas interessadas no desfecho. Durante a instrução do procedimento administrativo instaurado na Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural, apurou-se que o bem estava dotado de condições imensuráveis de historicidade e sua manutenção era vital para manter viva a memória e a luta da sociedade frutalense quanto ao início de sua escolarização.

Por outro lado, também se apurou que a Gestão Pública atual não estava disposta a arcar com o custeio de manutenção do referido imóvel, nem buscar uma solução viável e amigável, dando por certo que iria pleitear judicialmente sua demolição para a construção do plano residencial arquitetado com empresas já interessadas, pois, para ela, o simples fato de o bem estar inventariado não era óbice jurídico.

Também se pode observar que, apesar de haver uma Secretaria de Cultura, a mesma, por meio de seu secretário, defendia a posição adotada pelo Executivo Municipal, deixando claro desconhecer os valores do imóvel, bem como a legislação patrimonial em nível nacional e local.

Assim, não restou alternativa, a não ser o intento, por parte do Ministério Público, de uma ação em busca de uma decisão judicial para que não somente se impedisse a demolição do referido imóvel, como também se obrigasse a Gestão Pública Municipal a gerir o custeio da restauração do imóvel, juntamente com a Arquidiocese de Uberaba, ação qual se encontra em trâmite, apesar de uma decisão em primeiro grau favorável.

VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A edificação em pauta constitui um dos últimos bastiões de relevância histórica e cultural do Município de Frutal e região. O antigo prédio, hoje combalido pela inutilização, é um exemplo de manifestação e perpetuação da história e da cultura local. Durante várias décadas funcionou com fins educacionais e cumpriu – com êxito – esta missão constitucional.

Grande parte dos cidadãos frutalenses estudou nas dependências em apreço e se tornaram homens e mulheres bem sucedidos, cômicos de seus deveres cívicos. Os frutos do trabalho desenvolvido naquela edificação permanecerão na memória dos que participaram de sua existência.

Vê-se, assim, que a materialidade e a imaterialidade do bem imóvel em tela estão intrinsecamente relacionadas.

Inadmissível que tão valioso patrimônio histórico, representante da memória de homens e mulheres ilustres da região, verdadeiros fundadores da cidade, pessoas que realmente contribuíram para a noção de progresso, pertencimento e de solidariedade humana, criando um horizonte de objetivos e fins comunitários, estimulando as gerações futuras a perseguirem incondicionalmente o bem comum, seja depredado e apagado da memória de um povo.

A descrição em tela demonstra a essência do valor cultural do antigo prédio e sua vinculação com a identidade e a memória do povo frutalense. Essa memória não pode ser apagada, extinta ou se evaporar respaldada por quaisquer meios que sejam. Indubitável que a edificação em exame é um dos exemplos do salto de desenvolvimento socioeconômico e humano da comunidade local, já no início da emancipação da cidade, transformando o Município de Frutal em um polo político e econômico da região do Pontal do Triângulo Mineiro. O prédio histórico, hoje, está exposto ao risco de ser destruído e transformado em ruínas, embaraçando-se nos obstáculos da burocracia, do tempo e do espaço, fomentando o desapego da comunidade aos valores do passado e aos objetivos do futuro.

DO CONCEITO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS VALORES HISTÓRICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Preconiza o artigo 216, caput, da Magna Carta, de 1988, que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que, tomados individualmente ou em conjunto, são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

brasileira, incluindo-se as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Doravante, o mesmo dispositivo determinou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. No mesmo compasso, tem-se, na Constituição do Estado de Minas Gerais, que:

Art. 209 - O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Porém, se as pessoas forem indagadas nas ruas do Município de Frutal e região sobre o significado de patrimônio cultural, quase todos os entrevistados imaginarão que essa expressão encerra apenas as obras de arte e as manifestações eruditas da nação ou do mundo, tratando-se de bens corpóreos (casas, palácios, castelos, casarões, esculturas, etc.) de tempos muito remotos, de locais distantes e de séculos inimagináveis e já sepultados pela vida moderna. No entanto, o conceito de cultura¹⁹, do modo como aqui o adotamos, transcende essa visão restritiva, anacrônica e museográfica. Isto, porque a cultura é a maneira com a qual o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, ou seja, a maneira que um determinado grupo tem de cultivar a terra, as suas ferramentas, as manifestações arquitetônicas, suas construções, suas festas, seu modo de viver, interagir e fazer são partes de

¹⁹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 42.

sua cultura e são tão importantes quanto à admiração das belas artes ou dos casarões da época colonial.

Logo, o conceito constitucional de patrimônio cultural cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura, por isso, o patrimônio cultural é o maior depositário da identidade de um povo e dos elementos diferenciais que o caracterizam. O bem cultural (material ou imaterial) tem a função social de orientar as populações e o cidadão no tempo e no espaço, colocando cada um como partícipe de um grupo comunitário que compartilha de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, conferindo-lhes a sensação de pertencimento sociocultural.

Muito mais que cimento, madeira, aço e formas arquitetônicas visíveis de um tempo já esquecido, os bens culturais exprimem valores de cidadania que foram agregados e cultivados pelas gerações que constituíram, de maneira dinâmica, a comunidade. Assim, em homenagem aos princípios do respeito à preexistência, da dignidade da pessoa humana e da solidariedade intergeracional, é dever da Administração Pública e da sociedade promover, preservar e proteger os bens que integram o patrimônio cultural, para as presentes e futuras gerações. Parafraseando Flávio de Lemos Carsalade, mesmo que portadores de uma mensagem do passado, os bens históricos somente possuem sentido se usufruídos no presente. Vejamos as lições do citado autor:

São os bens históricos que, também, nos orientam quando percorremos nossas cidades, através dos marcos arquitetônicos, por exemplo, ou que nos referenciam quando fruímos a nossa cultura ou quando compartilhamos nossa memória comum. Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade e que estimula nossos laços afetivos e de cidadania. Portanto, para que o bem patrimonial possa exercer sua função mais ampla, tem que ser acessível e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência (CARSALADE, 2009, p. 78).

Como bem assinalado pela síntese de Ana Maria Marchesan, na proteção do patrimônio cultural, deve-se tê-lo “como uma espécie de alicerce sobre o qual a civilização como um todo se edifica e evolui” (MARCHESAN, 2007. p. 49).

Salienta a mesma autora, que, “com apoio na ideia de que o ser humano necessita preservar seus laços e identidades pretéritas e presentes para edificar o futuro [...], não há que se falar em qualidade de vida”. Assim, hodiernamente, múltiplos são os mecanismos constitucionais e infraconstitucionais de preservação e de proteção do patrimônio cultural. Logo, não é apenas o tombamento, enquanto espécie de servidão administrativa que serve a tal finalidade.

Neste trabalho, a edificação conhecida na comunidade frutalense como ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo) encontra-se inventariada pela Administração Pública Municipal²⁰. Consoante literatura léxica, inventariar significa descrever minuciosamente um bem. O inventário, *ipsis literis*, consiste no levantamento e identificação das características e valores particulares de um bem cultural, mediante à concorrência de métodos e técnicas apropriados.

Estas características são, dentre outras, de natureza morfológica, histórica, estética, artística, arquitetônica, social, paisagística, urbanística, antropológica, natural, além do estado de conservação e de dados que permitam localizar o bem cultural como autoria, data de construção ou criação, endereço completo e proprietário.

Para os bens móveis, cabe ainda fotografar de forma detalhada e para bens imóveis, além das fotos, o levantamento das plantas dos diversos níveis e fachadas e a indicação da situação do imóvel na cidade ou no meio rural, e da sua relação com o seu entorno. Uma das funções mais relevantes do inventário de um bem cultural é consolidar o interesse público, submetendo-o ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos conferindo-lhes restrições.

²⁰Cf. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html> Acesso: 20/03/2015.

Inventariar, para a teleologia do texto Constitucional, com fincas no Direito Comparado (cujos fundamentos vêm de Portugal, Espanha e França), implica na dualidade e complementaridade: conhecer para, em seguida, proteger. Em outras palavras, sendo o inventário uma das formas constitucionais de preservação, gera-se o dever de manutenção do estado do bem na sua condição inicial, assim como desperta o dever de promover a função social, econômica e ambiental da propriedade.

A somarem-se a isso, os proprietários de bens inventariados devem facilitar o acesso dos órgãos competentes e conservá-los devidamente, consultando sempre os órgãos responsáveis pelo inventário na hipótese de intervenções, alienações ou modificações de qualquer natureza. Vale dizer: o inventário constitui instrumento jurídico-administrativo autônomo com efeitos concretos imediatos que não se vinculam ao procedimento administrativo do tombamento. Pode-se afirmar que o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo, visto que implica no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, derivando, a partir da consolidação do ato, outros efeitos jurídicos voltados ao interesse supraindividual de preservação. Nesse diapasão, forçoso reconhecer que o poder constituinte originário extirpou da ordem jurídica a obtusa noção de que haveria a necessidade do prévio tombamento para a preservação de bens culturais. Ocorre que a questão independe do tombamento e sequer pressupõe procedimento administrativo dessa natureza, tendo-se em mente que o edifício já se encontra inventariado.

O inventário, neste sentido, é o procedimento administrativo pelo qual o poder público identifica e cadastra os bens culturais do Município, com o objetivo de subsidiar as ações administrativas e legais de preservação, tendo por finalidade:

I – promover, subsidiar e orientar ações de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural; II – mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural; III – promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural; IV – subsidiar ações de educação ambiental nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada.

Em linhas gerais, observa-se que o inventário é considerado como sendo um cadastro de bens de valor sociocultural, caracterizando-se, sem sombra de dúvida, como forma autônoma e autoaplicável de preservação do meio ambiente cultural, ao qual pode ser conferido status de instrumento declaratório da importância de determinado bem.

A seu turno, a professora Sônia Rabello de Castro, em sua obra *O Estado na Preservação de Bens Culturais*, dedicou o texto da introdução para asseverar sobre a importância do tema, proporcionando a seguinte lição:

Comumente costuma-se entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento. Porém é importante distingui-los, já que diferem quanto a seus efeitos no mundo jurídico, mormente para a apreensão mais rigorosa do que seja o ato de tombamento. Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise a conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da Legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento ou têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma e preservação específica (CASTRO, 1991, p. 05).

Como anteriormente sublinhado, figura o tombamento como uma das múltiplas formas de acautelamento de um bem que possui valor cultural ou histórico reconhecido pelo Poder Público e pela sociedade.

Entretanto, a preservação não possui uma única faceta deste prisma, traduzindo-se num conjunto de ações que podem ser tomadas pelo Poder Público ou mesmo por particulares que visem à manutenção da memória de uma população com referência a fatos e dados históricos.

Com efeito, o legislador constituinte federal e estadual dispensou tratamento especial à proteção do patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e de memória. E é nesse contexto se inclui a proteção dos bens inventariados. O mestre José Afonso da Silva preconiza que os meios de atuação cautelar do patrimônio cultural – constituídos por formas, procedimentos ou instrumentos preordenados para promover e proteger tal bem jurídico – previstos no art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Em seguida, reconhece-se que:

[...] alguns desses meios são apropriados à formação oficial do patrimônio cultural, por constituírem técnicas jurídicas destinadas a elevar determinado bem à condição de participante desse patrimônio – tais são, por exemplo, o inventário, os registros, o tombamento e a desapropriação (DA SILVA, 2001, p. 149 e 155).

O mesmo autor destaca que a tutela dos bens identificados como de valor cultural tem por objetivo defendê-los de ataques, tais como a degradação, o abandono, a destruição total ou parcial, o uso indiscriminado e a utilização para fins desviados, que envilecem o patrimônio, desnaturando seus objetivos.

Segundo leciona Carlos Frederico Marés, citado por Rui Arno Richter:

Independentemente da existência de lei regulamentadora, porém, o Poder Público pode e deve promover o inventário de bens móveis e imóveis para se ter fonte de conhecimento das referências de identidade cultural de que fala a Constituição (MARÉS, *apud* RICHTER, 2003, p. 60).

Assim, o inventário tem como um de seus efeitos exatamente a submissão do bem inventariado ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos e a sua qualificação como objeto material dos crimes previstos nos artigos 62 e 63 da Lei 9.605/98, que tutelam os bens protegidos por qualquer tipo de ato administrativo.

Não somente a dogmática jurídico-constitucional, como também as interpretações do Poder Judiciário evoluíram no decorrer das décadas, privilegiando o inventário como instrumento de acautelamento de bens de natureza cultural. Sobre a necessidade de preservação de bens culturais protegidos pelo instrumento do inventário, tem-se consolidado na jurisprudência as seguintes exegeses, perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, demonstrando a dissociação entre patrimônio cultural e a figura administrativa do tombamento:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PATRIMÔNIO CULTURAL. BENS NÃO TOMBADOS. PROTEÇÃO. VIA ADEQUADA. CALÇAMENTO ARTESANAL E HISTÓRICO. INVENTÁRIO. - A ação civil pública é via adequada de proteção de patrimônio cultural representado por bens ainda não tombados. - Deve-se julgar procedente a ação civil pública que visa garantir a proteção e a manutenção de calçamento artesanal e histórico considerado patrimônio cultural municipal e estadual, por meio de inventário, cuja importância foi reconhecida pelo Conselho Municipal e pelo IEPHA/MG. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0460.02.008976-5/001 - COMARCA DE OURO FINO - APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): MUNICÍPIO OURO FINO - RELATOR: EXMO. SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS. PUBLICADO AOS 13/03/2009).

No mesmo sentido:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIMINAR - DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL - SUSPENSÃO DE OBRAS EM IMÓVEL NÃO TOMABADO - POSSIBILIDADE.

O teor do disposto nos artigos 129, III e 216, § 1º, ambos da Constituição Federal, a ação civil pública é instrumento hábil para a tutela do patrimônio histórico, artístico e cultural, podendo tal proteção recair em imóvel ainda não tombado. Uma vez presente os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, deve ser mantida a liminar que determinou a suspensão de obras realizadas em imóvel cuja preservação de suas características originais é de interesse da comunidade. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0481.08.086874-0/001 - COMARCA DE PATROCÍNIO - AGRAVANTE(S): MARCOLINA GONÇALVES E OUTRO(A)(S) - AGRAVADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - RELATOR: EXMO. SR. DES. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA. PUBLICADO AOS 24/03/2009).

Ao ser submetido ao procedimento de inventário, o edifício em questão foi guindado ao *status* de bem cultural, exigindo especial regime jurídico-administrativo de proteção, não podendo mais ser relegado ao abandono, aos ataques de depredação, à mutilação, à descaracterização e à perda da função social, econômica, ambiental e urbanística. Em consonância com as diretrizes constitucionais, o bem inventariado, porque integrante do patrimônio cultural, se sujeita a medidas restritivas do livre uso, gozo, disposição e reivindicação, tornando-se, por outro lado, obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e futuras gerações. Sobreditas restrições jurídico-administrativas estão em harmonia com a trilogia estrutural do Código Civil de 2002 (assentadas sobre os pilares da eticidade, da sociabilidade e da operabilidade):

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Um dos mandamentos nucleares da ordem constitucional econômica é convolado no princípio da função social da propriedade, como instrumento democrático para se assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social (artigo 170, inciso III, da Constituição Federal de 1988). Interpretando-se esse preceito normativo de modo sistêmico com o disposto no artigo 216, caput, da Lei Fundamental, vê-se que é dever tanto do Estado (*lato sensu*), quanto da comunidade, a preservação do patrimônio cultural, dever este de natureza prestacional e positiva, verdadeiro *facere*.

A proteção do acervo patrimonial especial não redundará em meros deveres negativos ou de abstenção, pois se exigem, hoje, prestações positivas destinadas à manutenção, à defesa e à conservação de bens de natureza cultural, histórica, artística, turística, estética e paisagística. Por evidência que o princípio da função social²¹ alcança os proprietários particulares de bens declarados de relevância cultural, de maneira que não podem exercer os atributos imanentes ao direito real de propriedade de forma ilimitada e absoluta, tendo por finalidade o atendimento de interesses egoísticos ou meramente econômicos, excedendo os limites ético-sociais e econômicos impostos pelo regime jurídico especial de proteção de tais bens.

Parte-se do pressuposto de que os proprietários de bens culturais não podem exercer o direito incidente sobre eles unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, senão em benefício da coletividade, observando-se todo o regramento constitucional e legal sobre a proteção do patrimônio cultural, sendo precisamente o cumprimento da função social que legitima o exercício do direito de propriedade. Com base nessa verdadeira função sociocultural, porque materializada pelo efeito declaratório do instrumento de inventário, a Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, proprietária do imóvel em estudo, não pode demolir, modificar, mutilar ou descaracterizar a estrutura física do imóvel sem a anuência do Conselho Municipal do Patrimônio

²¹ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 17.

Cultural, sob pena de incorrer em atos ilícitos que ensejarão a responsabilidade civil, administrativa e penal dos infratores. Igualmente, não é cabível, em sede de ação civil pública, desanuviar questões atinentes à alienação, o tombamento ou a desapropriação do bem imóvel, porquanto se busca a tutela eficaz e adequada à proteção do patrimônio cultural.

Por outro lado, o reconhecimento de que determinado bem tem valor cultural não é privativo do Poder Legislativo ou do Executivo, podendo também ser emanado do Poder Judiciário. Essa a linha preconizada pela Lei n.º 7.347/85, que tornou possível a inclusão de bens no patrimônio cultural brasileiro por meio de decisão judicial, independentemente do critério administrativo.

Não se poderia excluir do debate a hipótese de que a falta de proteção de tais bens decorra exatamente da omissão do Poder Público Municipal, ou seja, da ausência de utilização concreta dos meios de acautelamento previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais (inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, etc.). Se os legitimados extraordinários verificaram essas situações, é através da ação civil pública que se buscará a tutela jurisdicional específica. Como já enfatizado, o tombamento não é procedimento constitutivo de valores culturais, pois se limita a declarar a importância cultural de determinado bem, motivo pelo qual se tem admitido que mesmo coisas não tombadas podem ser tuteladas em ação civil pública. Como sintetizado pelo Édis Milaré:

Realmente, a identificação do valor cultural de um bem não emerge da mera criação da autoridade, visto que ele já tinha existência histórica no quadro da sociedade. O fato de um bem determinado pertencer ao patrimônio cultural ou, como diz a lei, ser bem ou direito 'de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico', pode ser provado no curso da ação civil pública e referendado por provimento jurisdicional (MILARÉ, 2000, p. 193).

Oportuno gizar, ainda, que conforme a ficha de inventário do imóvel, o mesmo possui inexorável valor histórico e cultural, motivo pelo qual emerge a necessidade indiscutível de preservação do imóvel. Lado outro, ressalta-se que o Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Frutal²² deixa clarividente o interesse institucional no tombamento e na preservação do antigo prédio, instância sob a qual funcionaram o Ginásio Frutal, o Colégio São José, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e Colégio Objetivo.

Há de ressaltar que mesmo que não houvesse indicação expressa para tombamento, permanece intacto o valor cultural do imóvel, assim como a necessidade de sua preservação. No que diz respeito à responsabilidade do Município de Frutal, mais do que competência legislativa sobre o patrimônio cultural ou a formalização de atos administrativos, como o são o inventário e o tombamento, incumbe a ele a efetiva proteção – por meio de ações concretas – de todos os bens culturais existentes em seu território.

Advoga-se que a proteção do patrimônio cultural não está entregue ao alvedrio do gestor público. Cuida-se de atividade administrativa vinculada pelas diretrizes constitucionais e pela legislação local. Todos os instrumentos de efetividade devem ser empregados pelo Poder Público, ante o dever inarredável de proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural. Urge trazer à colação o seguinte dispositivo da Lei Ordinária Municipal n.º 4.867/2001:

Art. 1º – Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no Município de Frutal que, dotados de valor histórico, estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação.

Como ensina Diomar Ackel Filho:

²² DUTRA, Ionei. [Entrevista disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <<http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>>. Acesso em 09/03/2015.

O dever de tutela do Município associado às obrigações federais e estaduais no mesmo sentido não se restringe a uma proteção genérica. Exige-se o cuidado específico quanto à preservação de tais bens em seu conteúdo original. A devastação e o vandalismo que, infelizmente, proliferam em nosso País, sem qualquer respeito a esses valores culturais, justificam a preocupação do legislador constituinte, tornando obrigação também do Município a adoção de medidas eficazes no sentido de garantir a incolumidade desses bens, exercendo com rigor o seu poder de polícia no que tange à matéria (ACKEL FILHO, 1992, p. 55).

Insofismáveis, ainda, os ensinamentos de Carlos Frederico Marés, quando este nos fala sobre a obrigação do Município em proteger o meio ambiente cultural:

Para cumprir esta obrigação, compete à Administração Municipal organizar serviços próprios, não apenas para que no Plano Diretor sejam respeitados estes bens, mas para que coisas muito mais concretas possam ser aferidas, como, p. ex., não sejam expedidos alvarás ou licenças que ponham em risco o bem pela poluição, perda de visibilidade ou qualquer outra contingência nociva ao uso. Na organização deste serviço está a primeira competência municipal, oriunda diretamente de sua autonomia: a criação de órgão, serviço ou função que, a partir de critérios dados por normas municipais fiscalizem e protejam os bens culturais (federais, estaduais e municipais) existentes no território do Município. É de se ressaltar que esta é uma competência exclusiva municipal (MARÉS, 1993, p. 33).

Outro não é o posicionamento de Édis Milaré, que enfatiza:

Não mais tem o Poder Público uma mera faculdade na matéria, mas está atado por verdadeiro dever. Transforma-se sua atuação, quanto à possibilidade de ação positiva de defesa e preservação, de discricionária em vinculada. Sai-se da esfera da conveniência e oportunidade para se ingressar num campo estritamente delimitado, o da imposição, onde só cabe um único, e nada mais que único, comportamento: defender e proteger o meio ambiente, a pretexto de que tal não se encontra entre suas prioridades públicas. Repita-se a matéria não mais se insere no campo da discricionariedade administrativa. O Poder Público, a partir da Constituição de 1988, não atua porque quer, mas porque assim lhe é determinado pelo legislador-maior (MILARÉ, 2000, p. 214 -215).

Por sua vez, aponta, ainda, Álvaro Luiz Valery Mirra:

[...] não há ingerência indevida do Poder Judiciário na esfera de competência do Poder Executivo quando impõe à Administração Pública o cumprimento de obrigações de fazer tendentes à supressão da omissão estatal lesiva ao meio ambiente, pois, na realidade, quem age em iniciativas dessa natureza é a própria sociedade, e o juiz, ao ser provocado, exerce sua atribuição precípua e específica de aplicar o direito aos casos concretos (MIRRA, 2002, p. 381).

Se não bastasse todo o elucidado, no mundo todo há movimentos para o consenso de que não há desenvolvimento onde são suprimidos direitos ou liberdades, dentre estas, se destacam as liberdades políticas e culturais, o que nos leva a concordar²³ com o pensamento de que “a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material”.

Segundo Veiga:

A expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses objetivos, isto é, de crescer sem destruir (VEIGA, 2005, p. 19).

A gestão municipal, em anos pretéritos, já tinha sinalizado este movimento ao edificar leis no sentido de criar mecanismos de salvaguarda de bens dotados de importância à memória do seu povo, a saber²⁴:

Lei n.º 4.867, de 02 de Outubro de 2001. Estabelece a proteção do patrimônio cultural de Frutal, cria o conselho municipal do patrimônio cultural de Frutal e dá outras providências;

Decreto n.º 6.056 A, de 27 de Março de 2003. Cria o conselho municipal do patrimônio cultural do município de Frutal.

Decreto n.º 6.600, de 18 de Março de 2005. Decreta o tombamento da imagem de Nossa Senhora do Carmo por seu valor artístico, estilístico, cultural, religioso e histórico;

²³ FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo, Ed. Paz e Terra. 1998 In TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Iphan, 2012. p. 22.

²⁴ Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>. Acesso em: 20/03/2015.

Decreto n.º 7.633, de 06 de abril de 2009. Decreta o tombamento do conjunto paisagístico Parque dos Lagos Leda Campos Borges por seu valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e cultural.

Decreto n.º 5.517 A, de 30 de Abril de 2009. Institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC;

Lei n.º 5.923 A, de 15 de Dezembro de 2011. Cria o Arquivo Público do município de Frutal.

Portanto, apesar da inevitável globalização, há de se ressaltar o caráter indissociável da cultura local e de suas especificidades, a fim de se contrabalancearem as escolhas para que em um futuro próximo não conclamemos por aquilo que se tinha e que, por um descuido, hoje não é passível de ser possuído.

CONCLUSÃO

Parece-nos arrazoado começarmos pela definição do que vem a ser “cidade” (segundo o modo de entender de Robert Ezra Park, In: VELHO, 1976) para, então, entendermos o papel de suma importância desempenhado pelo ser humano na sua construção:

[...] cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefone, etc.: algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (VELHO, 1976, p. 24).

Enquanto que por Estado, conforme os doutrinadores, entendemos como o monopólio legítimo do exercício da força em uma sociedade com caráter monopolista político, passível de ser exercido por diferentes esferas:

Enfim, é o governo que transforma em atos a vontade do Estado, o que é suficiente para fazer dele o poder preponderante sobre todos os demais e exigir dos legisladores um contínuo aperfeiçoamento das normas que regem o funcionamento do Estado e regulam as suas relações com a sociedade, e dos tribunais a constante vigilância da adequação dos atos de governo à legislação, sem que o poder do governo se tornaria tirânico (COELHO, 2012, p. 13-17).

Pelos dois textos ora pontuados, pode-se perceber que da noção de cidade e de sociedade é que advém a função do Estado como forma de regular essa interação humana, hoje não tão importante quanto à relação Estado, governo e mercado. E foi este, justamente, o ponto central de discussão do nosso trabalho. Nas últimas décadas, houve uma expansão do conceito de patrimônio cultural, o que levou a extraí-lo da noção de políticas de excepcionalidade, além de incorporá-lo na preservação e na salvaguarda no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável:

Além disso, elas passaram a considerar a dimensão territorial desse patrimônio. Por essa razão, sua integração às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve apontar para além do que tem sido nossa atuação histórica (TORELLY, 2012, p. 03).

No presente caso, a Gestão Pública Municipal de Frutal/MG age de forma desconexa com o rumo que tem tomado a gestão pública, em nível mundial, ao deixar de considerar aqueles bens passíveis de serem preservados e aqueles que já estão salvaguardados por atos do próprio executivo, como ocorre com o ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, que mesmo estando inventariado e passível de tombamento conforme procedimento administrativo, corre risco de ser destruído para a construção de um edifício residencial.

À primeira vista, o artigo pode nos remeter a algo sem importância, sem aplicação imediata. Ledo engano! A problemática aqui retratada nos revela o quanto o gestor público deve estar atento às tendências do mundo globalizado. Muito mais que progresso, hoje se fala em progresso sustentável, pois os recursos naturais são escassos, assim como o são os bens passíveis de preservação da história do seu povo.

A gestão pública da cidade de Frutal/MG, em atos concatenados na sucessão do tempo, veio por destruir muitos bens patrimoniais que foram levantados à custa da história de seus habitantes, enquanto que, em algumas cidades mineiras, os gestores souberam tirar proveito desta peculiar característica e geraram, e continuam gerando, empregos e impostos com a exploração do turismo regional.

É por estas e outras questões, que o presente trabalho focou na importância que pode desempenhar um determinado bem, que, dotado de personalidade patrimonial, devido aos seus valores intrínsecos e extrínsecos, pode fazer passar de geração a geração a luta desempenhada à época por um povo ou grupo de indivíduos, o que, por si só, já é condição para sobrepor os anseios particulares e exigir a efetivação dos instrumentos adequados ao reconhecimento e sua guarda.

Assim sendo, o presente artigo buscou exemplificar, por meio do estudo de um caso prático, a importância de, enquanto gestores públicos, refletirmos acerca da necessária preservação e incorporação do patrimônio cultural como promoção da qualidade de vida e do bem-estar social a ser observado no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar que hoje os tempos são outros. Dificilmente um gestor público, arbitrariamente, conseguiria destruir um bem dotado de historicidade sem ser criticado quase que instantaneamente pelas mídias sociais.

Some-se a isso a atuação do Ministério Público que, como curador do patrimônio histórico e cultural, é instituição responsável pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Essa instituição, por ser independente, não sofre influência das vontades da gestão pública, muito pelo contrário, sua emancipação lhe garante um trabalho imparcial, cabendo somente que alguém o provoque.

Em suma, cada vez mais as políticas de desenvolvimento sustentável e a dimensão de cultura estarão inseridas às outras dimensões do desenvolvimento, levando o gestor público a buscar alternativas condizentes com esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

ACKEL FILHO, Diomar. *Município e prática municipal à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BERNARDES, Samir Alouan. [Leis]. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A Ética das Intervenções. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros*. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Sônia Rabelo de. *O Estado na Preservação dos Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

COELHO, Ricardo Corrêa. *Estado, governo e mercado*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, p. 13/17.

DA SILVA, José Afonso. *Ordenação Constitucional da Cultural*. São Paulo: Malheiros. 2001.

DUTRA, Ionei. [Entrevista – disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <<http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>>.

FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III*. Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009.

GINÁSIO (ESCOLA). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola))>.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental*. 1ª Ed. Ed livraria do Advogado. Porto Alegre. 2007.

MARÉS, Carlos Frederico. *A proteção jurídica dos bens culturais*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo, nº 2. 1993.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros*. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal – História e Genealogia de um Descendente*. [s.l]: Edição Independente de 2004.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar 1976, p. 24.

RICHTER, Rui Arno. *Meio Ambiente Cultural: Omissão e Tutela Judicial*. 1ª Ed. Ed. Juruá. Curitiba. 2003.

SECOM. Disponível em <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html>. Acesso: 20/03/2015.

TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Anais; v. 3 – Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 03.

O PROFISSIONAL DE COACHING E SEU DIA A DIA NAS ORGANIZAÇÕES

SILVA, Danilton Carlos da²⁵
SILVA, Jussara Goulart da²⁶

RESUMO: A competição entre as organizações e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca mais inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades e com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é chamada de *coaching*. A utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*. Entende-se que a pesquisa seja importante devido ao foco ser de desenvolvimento e aprimoramento de pessoal de decisão. Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder a pergunta por meio de investigação com dois *coaches* de empresas e localidades distintas, sendo um Caxias do Sul e o outro de Florianópolis. Os entrevistados relataram bem a temática em torno do *coaching* atual, foi observando a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as competências organizacionais da empresa se viabilizem. Diante destas observações, a ferramenta estratégica *coaching* recebe dentro das organizações uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais arrojados desencadeia um numero significativo de pessoas que correm atrás de formações cada vez mais específicas para se lançarem e possuírem um diferencial no momento das entrevistas. Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre *coach* e cliente para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o *coach* não tem onde apoiar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estão amarrados, e sim deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

PALAVRAS-CHAVES: *Coach, Coaching, Liderança.*

ABSTRACT: The competition between the organizations and the dispute on the market by better qualified people, the organizations have brought into your

²⁵Especialista em Gestão de Recursos Humanos - Universidade Estadual de Londrina - UEL - Londrina/Paraná
Docente do Curso de Administração da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Campus Frutal/ Minas Gerais. Contato: daniltoncarlos@gmail.com.

²⁶Doutoranda em Administração – UNINOVE – São Paulo/São Paulo. Docente do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Campus Pontal Ituiutaba/ Minas Gerais. Contato: jussaragoulart@pontal.ufu.br.

organizational culture a broad vision in search more technological innovations, through people that translate the talents and the skills and initiative and quick decision making, a strategic tool widely used today is called coaching. The use of strategic coaching tool on perceptions of two coaches. It is understood that the research is important because of the focus being development and personal improvement. To achieve the objective proposed for this study, we tried to answer the question by means of investigation with two coaches and different locations, being a Caxias do Sul and the other of Florianópolis. Respondents reported well themed around the current coaching, was the need to provide for the development of human skills necessary for the representation.

KEY WORDS: Coach, Coaching, Leadership.

INTRODUÇÃO

Numa diversidade de competição entre as organizações e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca mais inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades que fazem a diferença, se tornando uma vantagem competitiva dentre as demais. Para que as organizações desenvolvam pessoas com uma liderança forte, que transcreva eficiência e eficácia, com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é chamada de *coaching*. Segundo a ICF (Internacional *Coaching* Federation), o conceito mais apropriado para *coaching* é o de ser “uma parceria continuada que estimula e apoia o cliente a produzir resultados gratificantes em sua vida pessoal e profissional”. Este processo irá aprofundar e expandir a capacidade do individuo de aprender e de se aperfeiçoar, elevando sua qualidade de vida. Com esta parceria continuada entre a organização e o individuo, ambos passaram a possuir disciplinas voltadas para a área comportamental, condição fundamental para comunicação, saber se comunicar com os subordinados, compreendendo melhor seus problemas e dificuldade pessoais e profissionais, é como se entende hoje como gestão com pessoas.

Diante deste aspecto, ressalta-se que o profissional *coach* tem uma responsabilidade muito grande no desenvolvimento humano, sendo a chave para o sucesso e as realizações pessoais e profissionais. Neste estudo, o objetivo central é de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*.

1. A CONTEMPORANEIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS

Neste tópico, apresentamos parte do referencial teórico, o qual, já se sabe, tem como objetivo principal nortear a fundamentação utilizada para o desenvolvimento do trabalho por meio de sínteses da literatura relacionada com o eixo dos diversos aspectos do problema discutido pelos autores.

Assim, vê-se que atualmente a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto das mudanças e o intenso movimento por qualidade e produtividade, fez com que as organizações repensassem o modelo de construir seu diferencial mercadológico sustentado apenas nas pessoas. Por sua vez, estas pessoas estariam mais bem preparadas para realizar suas funções, com mais eficiência e eficácia, entregando assim um melhor resultado para si próprias e também para a organização.

Dentro de uma prática corrente de competitividade organizacional e de disputa por pessoas mais qualificadas e preparadas para o mercado de trabalho, a administração de recursos humanos, segundo Milkovich e Boudreau (2006), colabora para a compreensão de uma série de tomadas de decisão, desde que integradas, formando-se, assim, as relações de trabalho, num contexto em que sua qualidade influenciaria diretamente a capacidade da organização e de seus empregados em atingir seus objetivos.

Para que ambos os atores deste processo atinjam seus objetivos (organização x pessoas), Chiavenato (1999) afirma que seria preciso entender que são as pessoas que produzem, vendem, servem clientes, tomam decisões, lideram, motivam, comunicam, supervisionam, gerenciam e dirigem os negócios. Dirigem, inclusive, outras pessoas, pois não pode haver organizações sem pessoas.

No final do século XX, surge a expressão “Gestão de Pessoas”, a qual, segundo Queiroz (2005), vem se popularizando a partir de outras estruturas similares, tais como “Gestão de Talentos”, “Gestão de Parceiros” e “Gestão do Capital Humano”.

Queiroz (2005) diz que a gestão de pessoas, particularmente, é uma função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos, tanto organizacionais quanto individuais. Paralelamente, temos que a gestão de pessoas, conforme Chiavenato (1999): “[...] é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos [...]”. Igualmente, Gil (2001) complementa a ideia, dizendo que “a área de Gestão de Pessoas detém muitos dos elementos requeridos para que a organização seja competitiva, já que ela permite controlar custos, melhorar os níveis de qualidade e criar distintas capacidades”, pensamento este que, de certo modo, se encontra com o de Lacombe e Tonelli (2001), quando mencionam que “a gestão de Recursos Humanos está passando por grandes transformações, em função da necessidade das empresas de incrementar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência dos mercados globalizados”.

O que se expõe acima, em suma, é que tais autores ressaltam a passagem do conceito de “gestão **de** pessoas” para o de “gestão **com** pessoas”.

Neste novo cenário, o principal objetivo da gestão de pessoas, segundo Cogo (2006) é o de “retirar delas, através do retorno, todo o investimento alocado para melhorar a competitividade da empresa diante do mercado”.

Os desafios a serem enfrentados, tanto dentro das organizações quanto para as pessoas, diante das mudanças que o mercado vem exigindo, é o de que as funções da gestão de pessoas sofreram e sofrem alterações também no decorrer do tempo. As organizações, por sua vez, tendo o conhecimento de que as pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas, dependendo da maneira como elas são tratadas é que norteia parte do processo. Isto é, elas podem ser a fonte do sucesso como podem ser a fonte dos problemas, sendo que caberia à função da gestão de pessoas a prerrogativa em lidar com esta situação.

Neste sentido, então, o principal papel dos recursos humanos ou da gestão de pessoas, para Maximiano (2004), é o “de encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita”. Isso envolve atividades que começam antes de uma pessoa ser contratada pela organização e vão até depois que a pessoa se desliga da companhia.

Para Chiavenato (2004), a gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas: empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer denominação utilizada para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Gil (2001) afirma que gestão de pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

Conseqüentemente, pode-se acreditar, segundo o pensamento de Witt (2009), que a maioria das empresas bem sucedidas são aquelas que administram bem o seu capital humano, cujo talento para obter e sustentar as vantagens competitivas está centrado nas pessoas que compõem a força de trabalho e, por isto, é necessário saber como selecionar e desenvolver futuros líderes, como redesenhar a empresa para melhor atender aos clientes, como recompensar o bom desempenho, como liderar uma mão-de-obra globalmente diversificada, como controlar os custos dos encargos trabalhistas ao mesmo tempo em que se mantém o tratamento justo aos empregados. Para esta autora, os maiores desafios sempre envolvem a administração das pessoas dentro das organizações.

2. A ORIGEM E DEFINIÇÕES DO COACH

Com a concorrência mais acirrada e a pressão pela conquista de resultados cada vez maiores, os líderes procuram melhores estruturas para trabalharem como também novos conhecimentos para atingirem os objetivos e as metas propostas pelas organizações. Dentro destes novos conhecimentos é que surge o *coach*, o qual vem desempenhando uma nova função nas organizações.

A origem da palavra *coach* advém da Hungria, do termo húngaro *kocsi*, que se refere a um tipo de carruagem. O mesmo foi adaptado em outras línguas, como é o caso do francês, ou ainda no alemão, em que se escreve *kutsche*. Na língua espanhola também se emprega a expressão e, do uso inglês, é que vem o nosso conhecido vocábulo *coach*.

O dicionário Oxford (1997) traduz o verbete *coach* como "*Técnico, treinador, tutor*"; também como "*Carruagem ou ônibus*" e/ou "*viagem em carro ou carruagem*".

Foi, portanto, a partir da língua inglesa que o termo se popularizou na grande área do conhecimento da Administração.

Além do uso no sentido original de “condução”, a palavra passou a identificar também o tutor, pessoa que ajudava os estudantes universitários a se prepararem para seus exames e, por último, lembramos que o *coach* serve para designar a função dos treinadores de equipes esportivas, que constitui um uso mais comum, até que chegasse ao meio empresarial com maior força. O termo *coach*, assim, tem origem no campo esportivo e tem sido utilizado para designar o papel do técnico, aquele profissional que treina times de futebol ou basquete. Nos últimos anos, entretanto, esse termo vem sendo utilizado nas empresas, não necessariamente para designar um cargo, mas um papel profissional: o da pessoa que se compromete a apoiar alguém com vista em melhorar seu desempenho e promover seu desenvolvimento profissional e pessoal. (GIL, 2007).

Chiavenato (2002) salienta que o termo *coach* aparece no ambiente de negócios nos Estados Unidos designando uma atividade profissional, em que, no início, era um misto de consultoria, aconselhamento, assessoria, prestada geralmente por pessoas experientes, maduras e dotadas de certos conhecimentos específicos, que inspiravam confiança, fosse por seus princípios éticos, fosse por sua credibilidade profissional.

Conforme se lê em Block *et al* (2012), o *coach* é uma pessoa com um alto nível de conhecimento, bem treinada, com muita experiência de vida e de muito conhecimento organizacional.

Têm como missão dentro da organização e fora dela o desenvolvimento das pessoas, ou seja, capacitá-las para assumirem cargos de liderança, de executivos, cargos que requeiram muita responsabilidade, como o de sucessores, presidentes, gerentes entre outros.

A autora afirma ainda que existe também quem procure o *coach* para o *marketing* pessoal, para mudarem de posição dentro de uma organização, e também para se sobressaírem melhor na vida pessoal, pois o *coach* é uma ferramenta estratégica que pode ser aplicada tanto pela organização em um colaborador em especial, o qual se pretenda investir e capacitá-lo para desenvolver certa função.

No final da década de 1980, chega-se à terminologia do *coach* e, neste estágio de desenvolvimento, é que ela entra no mercado brasileiro. Foi um período de inúmeras e dolorosas transformações, as quais vieram para ficar e para mudar totalmente as relações do trabalho. Os processos de reengenharia e das demissões coletivas estavam chegando ao fim, o mercado, até então, era fechado por divisas protegidas, com poucas mudanças de diversas gestões centralizadoras em poucas pessoas, em que a cúpula tomava as decisões e o restante da organização simplesmente executava as ordens, e a maior preocupação com a carreira residia na manutenção do emprego e dos salários, com as promoções e com a formação de um patrimônio pessoal.

A geração que industrializou o país não aprendeu a olhar para suas competências como seu maior valor, e sim, davam mais destaque aos patrimônios maquinários e se esqueciam que quem movimentava tudo eram pessoas. E, talvez por isso, é que, nos últimos anos, tem havido um crescimento particularmente rápido no uso do *coaching* executivo.

O termo *coaching* designa ainda um processo de mudanças que envolvem o *coach* e o *coachee*. O primeiro é um técnico de pessoas ou líder e, o segundo, diz respeito ao aluno ou ao cliente. O objeto primeiro do *coaching* é o de proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências de um indivíduo para a harmonia e eficiência do seu desempenho, enquanto pessoa ou profissional (CONTI, 2010).

Entre as organizações que adotam a prática do *coaching* estão a *American Express*, o *Citibank*, a *Colgate*, a *Telecom* e a *Procter & Gamble* entre outras organizações que estão em processo de adaptação (OLIVERO, 1997).

Showers e Bruce (1996) afirmam, em sua pesquisa sobre a evolução do aprendizado em parceria, que os temas de *coach*, resultados de seus estudos durante quinze anos, mostram melhores resultados nas performances dos indivíduos que aprendem sobre o termo dentro das escolas, junto com seus professores. Dentro desta aprendizagem, o *coaching* vem entrando no vocabulário moderno das empresas. Para Porché e Niederer (2002), os *coaches* representam um processo de benefício, em um clima de maior confiança e cooperação aumentando o nível de satisfação no trabalho. Gaspar e Portásio (2009) confirmam esta conduta, dizendo que, na prática, o *coach* ajuda o seu colaborador a aprender, a descobrir as áreas de maior potencial de desenvolvimento emocional, a fazer opções, a definir os seus próprios objetivos, a analisar os seus próprios erros, bem como as suas causas e as formas de corrigi-los, facultando-lhes informações e pistas que lhes permitam tomar decisões e efetuar transformações sucintamente. Nisso, o *coach* coloca-se ao serviço do seu subordinado e não para controlá-lo.

Logo, *coaching* não significa comprometer-se apenas com os resultados, mas com a pessoa como um todo, com a sua realização e o seu desenvolvimento. Por meio do processo de *coaching*, novas competências e possibilidades de aprendizagem surgem, tanto para o *coach* quanto para o seu colaborador. *Coaching*, nesta acepção, é mais do que um treinamento, porto que o *coach* permanece com a pessoa até ela atingir o resultado. Sua função é a de lhe dar poder para que ela produza, para que suas intenções se transformem em ações que, por sua vez, se traduzam em resultados. *Coaching* é, essencialmente, *empowerment*.

Dar poder para que o outro adquira competências, produza mudanças específicas em qualquer área da vida ou até, e principalmente, transforme a si mesmo (ARAÚJO, 1999).

3. FERRAMENTA ESTRATÉGICA COACH DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Na obra de Prahalad (2000), informa-se que as organizações, cada vez mais, possuem a necessidade de ter um alinhamento estratégico que envolva, não só posicionamento de produtos e mercado, como pessoas e desenvolvimento para alcançarem as metas desejadas.

Com isso, alinhar caminhos, preparar e acompanhar pessoas, numa visão integrada de resultados coletivos, tem sido um grande desafio para as lideranças. Para Hamel & Prahalad (1995), uma nova estratégia competitiva não se restringe em apenas reduzir os níveis gerenciais para uma organização mais enxuta. A flexibilidade está em reduzir as consequências disfuncionais de um comportamento hierárquico, de um comportamento de liderança. O comportamento hierárquico evita um diálogo ativo entre os diversos níveis sobre problemas críticos e usa o poder para resolvê-los, cujo objetivo é garantir aos indivíduos a liberdade de projetar seus próprios trabalhos, consertar seus próprios processos e fazer o que for necessário para satisfazer um cliente. Os mesmos autores alertam para o perigo de um caos negativo, de uma anarquia em nível organizacional, que só poderá ser contido caso haja a obrigação e a oportunidade de contribuição para um fim específico, uma orientação compartilhada que pode ser chamada de “intenção estratégica” (*Id ibidem*, p. 336). Orientação compartilhada com intenção estratégica foi o foco do comportamento do *coach* avaliado nessa pesquisa. Esta prioridade também foi eleita em função da bidimensionalidade da pesquisa *coach*-liderança.

Assim, põe-se em evidência, o raciocínio de Liz Rider (2002), donde se apresenta o *coaching* como um processo com objetivos centrados, que envolve necessariamente três pontas: o que realiza o líder-coach, as equipes e a organização, e este processo permanente cria valor estratégico. Para Rider, o *coaching* é essencialmente uma intervenção estratégica.

Em plena consonância com o pensamento de Rider, Lyons afirma que o *coaching* fornece uma rota para a liderança. O *coaching* pode libertar o potencial latente de liderança nos gestores e reforçar a liderança onde esta já existir. Uma cultura de *coaching*, em suma, pode alimentar a liderança. E, quando o *coaching* alinha o desenvolvimento do indivíduo, da equipe e da organização para uma definição mútua de sucesso, o *coaching*, então, se torna liderança.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é a etapa de operacionalização da pesquisa, a qual, segundo Suzuki *et al* (2009), representa o conjunto de métodos utilizados para a condução do estudo. Desse modo, buscando-se atender ao objetivo geral da presente pesquisa, que é o de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*, um de Santa Catarina e o outro do Rio Grande do Sul, se fez necessário o entendimento da ferramenta estratégica *coaching* e o seu papel dentro das organizações, sendo que, neste primeiro momento, realizamos um estudo bibliográfico, em que foram consultados livros específicos da área, artigos científicos, periódicos e *sites*. De acordo com Lakatos (1985), então, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, visto que essa técnica é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na internet”.

Num segundo momento, o de analisar as percepções de dois *coaches*, realizamos duas entrevistas, sendo que a primeira entrevista deu-se com o *coach* Marcos Wunderlich, da cidade de Florianópolis/SC e, a outra, com a *coach* Simone Julianote, da cidade de Caxias do Sul/RS.

Em Cáceres (1998), verifica-se que foi na década de 1930 que a entrevista começou a ser utilizada amplamente pelas ciências sociais, particularmente nas tarefas de investigação. Dentro da discussão epistemológica, Fontana e Frey (2000) afirmam que a dinâmica social da entrevista pode determinar a natureza do conhecimento gerado.

O presente artigo procurou, então, por meio das pesquisas bibliográficas, pesquisas na internet e da entrevista com os dois *coaches*, estabelecer um elo entre a teoria e a prática de *coaching*, ressaltando quais as estratégias utilizadas, quebrando o paradigma hermenêutico, pesquisamos as táticas atuais que estão sendo adotadas dentro das organizações pelos *coaches*.

Foi elaborado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas, cujas respostas buscavam uma explicação ou uma opinião dos *coaches*. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas, a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Complementa o fato este autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas, também, a sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme Boni e Quaresma (2005), a técnica de entrevistas abertas atende principalmente às finalidades exploratórias, sendo bastante utilizada para o detalhamento de questões e de formulação mais precisas dos conceitos relacionados.

Em relação à sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão.

As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, e este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, procurou-se aplicar o questionário com as perguntas abertas aos dois *coaches*, na tentativa de analisar a realidade do tema dentro do estudo proposto.

A primeira entrevista ocorreu com o *coach* Marcos Wunderlich, presidente executivo atual e formador de Coaches e Mentores ISOR, que detém visão holosistêmica e complexa. É um consultor, *master coach*, tem vinte e oito anos de experiência profissional. É um dos fundadores do Instituto Holos de Qualidade – entidade científica, tecnológica e cultural voltada para a criação e o desenvolvimento de tecnologias de desenvolvimento de pessoas e de organizações.

A segunda entrevista ocorreu com a *coach* Simone Julianotes, professora, consultora organizacional e formadora de *coaches* há quase quinze anos. As mesmas perguntas foram aplicadas aos dois *coaches*.

A primeira questão tratou das principais características que um *coach* precisa ter em tempos atuais. Para Marcos, o profissional *coach* precisa ter visão ampla, competência relacional, postura condutora, capacidade de geração de benefício ao cliente, conhecimento da metodologia de *coaching* e para Simone, o profissional *coach* precisa ter escuta ativa, capacidade de desafiar, empatia e elaboração de perguntas relevantes.

Em seguida, ambos foram questionados sobre as diferenças entre o processo do *coach* e a consultoria empresarial. Nisso, a dupla foi consistente nesta resposta, dizendo que os dois são bem diferentes, visto que no *coaching* o cliente deve dar suas próprias respostas e não necessita exatamente de ter experiência na área e, já na consultoria, o consultor emite um parecer e uma resposta, por ter como base a sua experiência. Os dois *coaches* responderam que o processo de contratação do *coaching*, ocorre por intermédio de uma contratação formal, seja tanto para clientes pessoa jurídica ou pessoas físicas, mas, para tal efeito, é necessário ter muito bem definido e claro os objetivos para que esta contratação ocorra.

Existem diversas razões para a contratação do *coach*, mas, os dois profissionais ressaltaram que as mais comuns dão-se quando o cliente deseja obter uma meta, algum resultado específico e, neste caso, busca-se o auxílio de um *coach* de carreira e/ou de negócios. Quando se trata da necessidade de formação específica para ser um *coaching*, Marcos afirma que *coaching* é uma profissão não regulamentada e qualquer pessoa pode praticá-lo, com ou sem curso de formação. Porém, salienta, é aconselhável que se faça um curso de formação. No Brasil, hoje, há diversas escolas, de diferentes linhas de pensamento sobre esta prática. Já para Simone, existe a necessidade inicial de uma formação específica e, depois, sempre se podem agregar mais especializações, como busca de atualizações constantes.

Para ambos, a identificação dentro do processo de *coaching*, tal como a de como diagnosticar se foram alcançados os objetivos propostos, primeiramente deixa-se claro os objetivos no início do processo, pois, assim, pode-se mensurar se houve o alcance da meta ou não.

Normalmente contrata-se em torno de 08 a 10 encontros de um profissional de *coaching*. Um encontro por semana ou cada duas semanas, em torno de uma hora e meia de duração, disse Marcos. Em cada sessão é entregue um relatório, donde se vão posicionando os resultados já alcançados, disse Simone.

A metodologia de *coaching*, em si, contém algumas regras básicas como, por exemplo, não dizer ao cliente o que ele deve fazer, mas sim fazê-lo emitir suas próprias respostas. Isto é obtido pela habilidade do *Coach* em saber fazer “perguntas poderosas”. Mas, cada caso é um caso específico, cada cliente tem demandas próprias, as quais podem ser questões pessoais ou profissionais, afirmam Marcos e Simone.

Depois de contratado os serviços de *coach*, o primeiro encontro, também chamado de agenda ou sessão, tem como foco principal um diálogo, que serve para a determinação de uma meta ou de um resultado. O tema de cada encontro é trazido pelo cliente ou é negociado entre o *Coach* e seu cliente.

Já, Simone, afirma que cada encontro depende da situação vivida pelo cliente, cada caso é um caso especial e tem de ser tratado de forma individualizada e com todo respaldo.

Foi perguntado aos entrevistados, também, sobre quando a empresa enxerga a necessidade de contratar um *coach*. Nisso, Marcos afirmou que existem duas formas de se praticar o *Coaching*: contratação de um *Coach* profissional externo ou, então, preparar o corpo gerencial para que apliquem o *Coaching* junto a suas equipes.

O objetivo geral desta contratação é ativar potencialidades e competências das pessoas para melhores resultados organizacionais. Normalmente o *Coaching* é dirigido para as pessoas que vão assumir novos cargos, serem promovidos. Utiliza-se também o *Coaching*, de uma forma um tanto errônea, para resolução de situações ou pessoas com dificuldade na empresa. Simone, por sua vez, diz que depende de cada situação.

Com relação às vantagens e desvantagens que a empresa tem em contratar um *coach*, ambos os profissionais entrevistados concordaram que não existe desvantagem, somente se contratarem profissionais não preparados ou não qualificados. Mas, ressaltaram que as vantagens são inúmeras, e que o *coaching* nas empresas traz muitos benefícios, como: Capital Intelectual diferenciado; a solidez empresarial; a alavancagem nos resultados operacionais; a sinergia organizacional; a disseminação dos conhecimentos; a aprendizagem contínua; a atuação com mentalidade holístico-sistêmica; o reflexo na qualidade das pessoas e da organização; os relacionamentos focados em qualidade e resultados; a envolvimento nos processos de melhoria contínua; as lideranças mais efetivas; o clima organizacional agradável e dinâmico; o reforço da confiança e da credibilidade na organização; o compartilhamento nos riscos decisórios; o reforço e a potencialização das pessoas não só dentro das organizações como também pessoal.

Existe um motivo que influenciou os entrevistados a optarem por esta carreira. Marcos atua principalmente na formação de *coaches*, em cursos abertos em diferentes capitais brasileiras ou dentro de empresas. Atende as pessoas e os executivos como *coaching* individual. Afirma ainda que a opção em se tornar *coaching* foi por ter tido uma formação técnica em engenharia e conhecimento empresarial, aliado à capacidade de desenvolver pessoas. Isto, segundo ele, possibilitou desenvolver trabalhos na área, numa época em que o *coaching* estaria em voga no mercado brasileiro.

Simone, sobre isso, afirma que atua principalmente na formação de coaches por gostar de pessoas, e ressalta a questão de que a grande maioria das ferramentas faz parte da programação neurolinguística e também da linha comportamental da Psicologia.

Marcos e Simone afirmaram que o *coach* pode ser um líder da organização, em empresas em que se aplica o coaching é o gerente ou o líder para pessoas da sua equipe, ou caso, a empresa não possua, decide-se contratar um coach externo. Dentro em breve não se contratará mais pessoas de cargos gerenciais ou de liderança que não saibam praticar o coaching.

Quando se comenta sobre a relação do *coaching* com a área de recursos humanos, foi levantado que o *coach* não trabalha muito com o departamento de recursos humanos, visto que a empresa pode contratar um *coach* para aplicação a diferentes pessoas na empresa, o que incluiria, neste caso, também para o RH.

Finalmente, disseram que o *Coaching* pode ser aplicado individualmente ou em pequenos grupos. Normalmente é o RH que incentiva a empresa a implantar o processo de *coaching*. Ambos afirmaram, neste sentido, que o mercado de trabalho para o profissional de *coaching* no Brasil está em expansão, mas que, apesar disso, ainda existe falta de profissionais de *coaching*, seja para o atendimento a pessoas físicas ou para atividades em empresas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo o de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*, tema atualmente bem discutido dentro da área de gestão de pessoas.

Segundo Gonçalves e Piovesan (2012), o mercado atual oferece várias soluções para o desenvolvimento de líderes. Mas, uma das ferramentas que vem sendo utilizadas com sucesso para este desenvolvimento, é o processo de *Coaching*. Diante dos diversos impactos das mudanças ambientais, o aumento da competitividade organizacional e a disputa nos mercados de trabalho, faz-se necessário que os gestores/líderes modernos enxerguem as pessoas não somente como meros recursos, mas, sim, como a mais valiosa das fontes para se obter uma "vantagem competitiva". Conforme abordado na revisão da literatura, existe uma distância entre a teoria e a prática de gestão estratégica de pessoas. Nota-se isso, principalmente, quando se diz respeito à contemporaneidade do tema da pesquisa aplicada à área de gestão de pessoas, em que novas práticas estão sendo adotadas, e, uma delas, no que tange a líderes, é o *coach*.

Observando-se suas origens e definições, o surgimento na sociedade, observa-se que a sua aplicabilidade é e está se tornando uma ferramenta essencial para as organizações que buscam estratégias competitivas diante deste mercado tão globalizado. Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder à pergunta inicial, por meio da elaboração do questionário e da aplicação do mesmo, resultando numa abordagem qualitativa. Os entrevistados relataram bem a temática em torno do *coaching* atual, donde se observou a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as aptidões organizacionais da empresa se viabilizem. A ferramenta estratégica *coaching* recebe dentro das organizações uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais arrojados desencadeia um número significativo de pessoas que buscam formações cada vez mais específicas para se lançarem no mercado e possuírem um diferencial no momento das entrevistas.

Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre *coach* e cliente para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o *coach* não tem em que se apoiar e firmar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estejam amarrados, e sim, deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. *Coach: Um parceiro para o sucesso*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Gente, 1999.
- BLOCK, V. M. *Coaching Executivo: Uma questão de atitude* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Campus, 2012.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Construção de Talentos*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos nas organizações*. (2a.,4a Reimpressão ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier, 2004.
- COGO, S. N. *Gestão de Pessoas e a Integridade Psicológica do Trabalhador*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Ltr, 2006.
- CONTI, V. d. (25 de 07 de 2010). *Coaching – O Processo Mágico de Mudanças*. Acesso em 25 de 07 de 2010, disponível em <http://jornal100porcentovida.com.br>: <http://www.jornal100porcentovida.com.br/coaching.html>.
- FEDERATION, I. C. (27 de 01 de 2013). *Sobre o Treinamento*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://foundation.coachfederation.org/AboutCoaching.aspx>
- GASPAR, D. J., & Mehler, P. R. Liderança e *Coaching*. *Revista de Ciências Gerenciais*, XIII, n.18, 2009.

GIL, A. C. *Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2007.

GIL.A.C. *Gestão de Pessoas* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2001.

LAMCOBE, B., & TONELLI, M. (Maio/Agosto de 2001). O Discurso e a Prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. *REVISTA CONTEMPORANEA DE ADMINISTRAÇÃO*, 5 n.2, 154-174.

MAXIMIANO, A. C. *Introdução a Administração* (6a.Revisada e Ampliada ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2004.

MILKOVICH, G., & BOUDREAU, J. W. *Administração de Recursos humanos* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2006.

PORCHÉ, G., & NIEDERER, J. *Coaching – O apoio que faz as pessoas brilharem*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.

PRAHALAT, C. *Preparando para a Liderança*. In: *The Peter Drucker Foundation (Org). Liderança para o século XXI*. São Paulo, Brasil: Futura, 2000.

PRAHALAT, C., & HAMEL, G. *Competindo pelo Futuro: Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1995.

PRESS, O. U. *Dicionário Oxford Escolar*. Brasil: Oxford, 1999.

QUEIROZ, R. (24 de Maio de 2005). *Artigos Administradores*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://www.administradores.com.br>: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/perspectivas-da-moderna-gestao-de-pessoas/10854/>

RIDER, L. *Coaching as a Strategic Intervention, Industrial and Commercial*. *Anpad*, 34 n.6, 233 a 236, 2002.

SHOWERS, B., & Joyce, B. (Março de 1996). A Evolução de aprender em parceria. *Educational Leadership*, 53 n6, 12(5).

WITT, D. (01 de 01 de 2009). *Gestão de Pessoas e as Crises Econômicas*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16784/000706243.pdf?sequence=1>

PERFIL ATUAL DA COMUNICAÇÃO DE MASSA: A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL²⁷

Affonso da Mata Morais²⁸ (Administrador – egresso UEMG – Unidade Frutal)
Marcelo Pessoa²⁹ (Docente – UEMG Frutal)

RESUMO: Este trabalho é proveniente da linha de pesquisa *Estudos Filosóficos Intersemióticos*. Das observações a ela associadas, constituiu-se a necessidade de se realizar estudos dos meios de comunicação de massa, da intensidade de seu emprego no setor denominado “economia criativa” e de sua confluência com as novas tecnologias, que dessem conta de pôr em evidência o perfil de suas interferências nos fundamentos socioculturais da sociedade. A compreensão destas questões diz respeito aos contornos mais amplos de uma denominada Indústria Cultural, produtos aos quais (especialmente os vinculados à economia criativa) os egressos do Curso Superior em Administração terão que se deparar após a graduação, quer na condição de consumidores ou como gestores do setor (SENNETT, 2008; e, SROUR, 1998). No presente caso, adota-se uma perspectiva metodológica exploratória, via estudos bibliográficos comparados, capaz de delimitar cenários de produção cultural, de comunicação e de consumo de massa, dentro do arcabouço teórico da Escola de Frankfurt³⁰ (anos 60) e da Escola de Chicago (anos 80), contextualizados no Século XX, transpostos para o Século XXI, em autores como: (ALVES, 1993; BALL-ROKEACH, S. e DE FLEUR, M. L, 1993; CALAZANS, 1992; GABLER, 2013; SODRÉ, 1994; e TOSCANI, 1996). A partir das novas tecnologias e suportes de produção e de difusão da informação, como computadores, telefonia móvel e a internet vemos que Olivieri Toscani (1996) passou a discutir o mecanismo de estimulação do desejo de consumo pela propaganda, reflexões que também nos conduzem ao pensamento de Santaella (1990). Conclui-se que, numa sociedade que vive sob as forças da transformação e da ruptura contínua com o *status quo*, via incremento das vaidades, seja possível que se encontre uma saída menos degradante para a subsistência do elemento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Criativa, Indústria Cultural, Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.

²⁷ Este texto foi publicado pela primeira vez como capítulo de livro (*Publicações do Grupo de Pesquisa SIC – Sociedade, Imagens e Cultura*, ISBN 978-85-67463-82-7), no ano de 2015. Nesta edição especial da Revista AKEDIA, a escrita original recebeu algumas atualizações sem, contudo, ter sofrido alterações profundas quanto ao teor dos conceitos sobre os quais se detém.

²⁸ Administrador e Consultor – especialista em Pessoas, Processos e Procedimentos Organizacionais.

²⁹ Líder do Grupo SIC – Sociedade, Imagens e Cultura CNPq / UEMG.

³⁰ A Escola de Frankfurt inaugurou o estudo crítico da comunicação nos anos 1930 e combinou economia política dos meios de comunicação, análise cultural dos textos e estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa (KELLNER, 2001, p. 43-44).

ABSTRACT: This work comes from the line of research philosophical studies Intersemióticos. The associated observations, was the need to conduct studies of the mass media, the intensity of your job in the sector called "creative economy" and of your confluence with new technologies, to give consideration to the profile of their interference in the socio-cultural foundations of society. The understanding of these issues concerns the broader contours of a so-called Cultural Industry products (especially those linked to the creative economy) the graduates of higher education in business administration will have to face after graduation, whether in consumer or condition as industry managers (SENNETT, 2008; e, SROUR, 1998). In this case, adopt a methodological perspective exploratory, via bibliographic studies compared, able to define scenarios of cultural production, communication and mass consumption, within the theoretical framework of the Frankfurt School (60 years) and the school of Chicago (80 years), context in the 20th century, translated into the 21st century, authors such as: (ALVES, 1993; BALL-ROKEACH, S. e DE FLEUR, M. L, 1993; CALAZANS, 1992; GABLER, 2013; SODRÉ, 1994; e TOSCANI, 1996). From new technologies and media production and dissemination of information, such as computers, mobile phones and the internet we see that Olivieri Toscani (1996) went on to discuss the mechanism of stimulation of the desire of consumption by the propaganda, reflections that also lead us to thinking of Santaella (1990). It is concluded that, in a society that lives under the forces of transformation and continuous break with the status quo, via development of vanities, it is possible that a less degrading output for the subsistence of the human element.

KEYWORDS: Creative economy, Cultural Industry, new information and communication technologies

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de promover uma maior sustentação aos estudos dos meios de comunicação³¹ de massa, da intensidade de seu emprego no setor denominado "economia criativa" e de sua confluência com as novas tecnologias, optou-se por desenvolver uma retrospectiva na evolução comunicativa do ser, do início da criação e compreensão dos signos à dependência de existir perante a sociedade, onde é preciso publicar o que você

³¹ Comunicação. Ocorre quando uma informação é transmitida a alguém, sendo então, compartilhada também por essa pessoa. Para que haja comunicação, é necessário que o destinatário da informação a receba e a compreenda. A informação transmitida, mas não recebida, não foi comunicada. Comunicar significa tornar comum a uma ou mais pessoas uma determinada informação (CHIAVENATO, 2003, p. 422).

pensa e faz para obter um “like” nas novas mídias sociais – que interferem nos fundamentos socioculturais da sociedade e são produtos desta Indústria Cultural³², como um dos meios promovedores da comunicação de massa.

Neste caso, adota-se uma perspectiva metodológica exploratória, via estudos bibliográficos comparados, capaz de delimitar cenários de produção cultural, de comunicação e de consumo de massa. Estas comparações darão aporte para discutir-se sobre novas tecnologias e os modelos adotados na contemporaneidade, utilizando computadores, telefonia móvel e a internet, como meios para estimular o consumo pela propaganda, assim como pensado por Olivieri Toscani (1996).

Nessa continuidade, é necessário considerar a evolução da espécie humana, que há muito vem sendo estudada por filósofos, biólogos, cientistas sociais, dentre outros, com o intuito de ser cada vez mais pormenorizada. A evolução do Homem foi responsável pela criação e desenvolvimento de diversas partes em seu corpo e meio. Entretanto, o poder de comunicar-se e criar uma cultura, foram os motivos que lhe diferenciou dos outros animais. A evolução do Homem e a comunicação caminham em paralelo. Esta sistematização da evolução aperfeiçoa a comunicação e, a graças comunicação, o Homem sobrevive e evolui. Com a comunicação foi possível uma maior interação e convivência do homem com seu meio e com o tempo – sendo que todos estes processos estão intrinsecamente relacionados ao acesso à informação (PATERNOSTRO, 2006, p. 17).

No prelúdio da comunicação, crê-se, que existiram muitas dificuldades até serem assimilados todos os significados dos signos criados pelo Homem. Certamente, a repetição, como forma de hábito de adquirir hábitos, foi e é a única responsável por desenvolver o “representamen”³³.

³² Seus proponentes cunharam a expressão “indústria cultural” para indicar o processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema (KELLNER, 2001, p. 44).

³³ Representamen é o nome peirceano do “objeto perceptível” (CP, 2.230) que serve como signo para o receptor (NÖTH, 2003, p. 66).

Este mesmo “representamen”, dito por Peirce, dentro da comunicação, pode ser a representação mental que se faz, na comunicação, ao captar um significante, assim como dito por Paoli (1983):

Entiendo la comunicación como el acto de relación entre dos o más sujetos, mediante el cual se evoca en común un significado. Antes de entrar a desarrollar el concepto, veamos brevemente qué vamos a entender por significado. Tomaremos la terminología de Ferdinand De Saussure y “llamaremos signo a la combinación del concepto y de la imagen acústica”. Es decir, el signo es la combinación de dos elementos: significado y significante. El significado es aquello que nos representamos mentalmente al captar un significante. Para nosotros el significante podrá recibirse por cualquiera de los sentidos y evocará un concepto. El significante podrá ser una palabra, un gesto, un sabor, un olor, algo suave o áspero (PAOLI, 1983, p. 11)³⁴.

Nesta idealização do hábito gerado pela repetição, tomando como exemplo um gesto de “joia” – retratado pelo cerrar do punho, porém, com o polegar voltado para cima, para o céu – repara-se que o mesmo gesto pode ser atribuído a atitudes e ações infundáveis, porém, mental e universalmente, com o mesmo significado. Logo, nota-se que ao mesmo sinal de positivo (joia), foi agregado o inverso (negativo) – representado pelo mesmo cerrar dos pulsos, mas, com o polegar voltado para o chão, para a terra. Talvez, até possa ser por isso, o motivo de muitas pessoas devanearem o céu como coisas positivas, ligadas aos deuses; e, a terra, com sentido negativo, ligado ao inferno, às coisas negativas da vida. Junto a isso, atualmente, o mesmo símbolo (joia) está atribuído, nas redes sociais de comunicação massiva, com o mesmo significado criado há muito tempo; e, nesta rede, o Ser se expõe constantemente ao tentar ser notado e obter um maior número de joias – assunto que será tratado mais adiante.

³⁴ Tradução pelo autor: Entendo a comunicação como o ato de relação entre dois ou mais sujeitos, mediante, pelo qual se evoca um significado comum. Antes de começarmos a desenvolver o conceito, vejamos brevemente o que queremos dizer com significado. Tomaremos a terminologia de Ferdinand De Saussure e “chamaremos de signo uma combinação do conceito e da imagem acústica”. Isto é, o signo é a combinação de dois elementos: significado e significante. O significado é aquele que nós representamos mentalmente ao captar um significante. Para nós, o significante poderá ser recebido por qualquer dos sentidos e evocará um conceito. O significante poderá ser uma palavra, um gesto, um sabor, um odor, algo suave ou áspero.

Então, dando sentido ao exposto por Nöth, citando Peirce, e Paoli, é impossível imaginar quantas ações foram necessárias para demonstrar que gestos assim, como o de “joia”, seriam compreendidos pelos reais sentidos que se desejavam atribuir – visto que, muitas situações deveriam acontecer para que o mesmo gesto fosse repetido e soasse, sempre, com o mesmo significado. Nem sempre as situações eram semelhantes, entretanto, mesmo que houvesse outras circunstâncias, a ação exercida pelo Homem era a mesma, demonstrando que algo bom teria se passado, dando sentido ao polegar voltado para o céu:

Ora, neste todo ou nesta generalidade do hábito reencontramos as duas grandes ordens: a ordem das semelhanças, na conformidade variável dos elementos da ação em relação a um modelo dado, enquanto o hábito não foi adquirido; a ordem das equivalências, com a igualdade de elementos da ação em situações diversas, desde que o hábito tenha sido adquirido. De tal modo que o hábito nunca forma uma verdadeira repetição: ora é a ação que muda e se aperfeiçoa, uma intenção permanecendo constante; ora a ação permanece igual em meio a intenções e contextos diferentes. Ainda aí, se a repetição é possível, ela só aparece entre duas generalidades, sob estas duas generalidades, a de aperfeiçoamento e a de integração, mesmo que se deve subvertê-las, dando testemunho de outra potência (DELEUZE, 2006, p. 24).

Observa-se que Deleuze enfatiza o aperfeiçoamento e a integração na ação, seja ela por meio de palavras ou gestos, assim como, Pessoa (2011)³⁵ cita Habermas, salientando a ação comunicativa fundamentada na história, nos acontecimentos sociais, na consciência corporal humana e na prática de linguagem. Partindo do pressuposto de que o Homem não possuía a capacidade de fala e muito pouco motora, BLAINEY (2009, p. 12-13) relata as mudanças que estavam acontecendo na estrutura cerebral, e que, talvez, poderia ser provenientes do maior consumo de carne – obtida pela caça de pequenos animais, que não apresentavam perigo, ou pela coragem de revirarem as carcaças de animais que eram abatidos por predadores.

³⁵ Em seu artigo: Estudos culturais: a culturalidade e a culturariedade, 2011, p. 125.

Logo, segundo ele, os ácidos graxos encontrados na carne poderiam ter proporcionado o desenvolvimento e sofisticado o funcionamento do cérebro do Homem, sendo isso, sem embargo, apenas especulação. Em tal caso, é inteligível a evolução e aprimoramento dos sistemas de comunicação que foram criados e dominados pelo próprio Homem. A história da humanidade se alterou, caracterizando-se pelo armazenamento, troca e difusão destes sistemas, que desenvolveram não só a capacidade de se comunicarem, mas, a complexa tecnologia, as lendas, os mitos, a lógica, os hábitos, dentre outros comportamentos que possibilitaram a civilização (DEFLEUR, 1993, p. 22).

Depois de formados meios para exercerem um diálogo que fosse compreendido individual ou grupalmente, o Homem é capaz de criar e aperfeiçoar regras, comunicando-as e originando culturas. Uma vez que possuía uma gama de signos, com a capacidade de se multiplicarem infinitamente, Jacques Turgot (1727-1781)³⁶ afirmou que o Homem teve a capacidade de conservar e transmitir suas ideias para seus descendentes como uma herança sempre crescente (LARAIA, 2009, p. 26-27). E, o que não se deve deixar de considerar, mesmo que a espécie humana não fosse considerada *homo sapiens sapiens*, é a existência da criatividade humana em vários aspectos. Associada a essa faculdade do Homem, de propagar suas ideias, deve-se levar em consideração a diferença dos meios em que os descendentes – uma vez como receptores de todos os conteúdos que já haviam sido criados – estavam inseridos. Ou seja, os costumes ou conhecimentos herdados não permaneciam os mesmos, sendo alterados em algum sentido devido à transformação e adaptação do Ser – e, fazendo uma analogia a esta ideia, observa-se em *A Origem das Espécies* e a *Seleção Natural*³⁷ (Charles Darwin, 1809-1882) que a criação das espécies únicas de cada gênero, oriundas de um estado primitivo muito plástico, produzindo, por meio do cruzamento e da variação, todas as espécies existentes.

³⁶ Ao escrever seu Plano para dois discursos sobre história universal.

³⁷ DARWIN, Charles. A origem das espécies e a seleção natural.

Quer dizer, foi por meio deste estado primitivo muito plástico – reportado por Darwin, mas nem sempre, devido à sobrevivência, tão flexível assim, na vida do Homem – que também aconteceu o cruzamento e o surgimento da variação e o indeterminismo gerado criatividade humana.

Esta criatividade do Homem é claramente notada quando se trata da adaptação que ele é capaz de ter. Numa era mais ancestral, era preciso se locomover bastante, em vista de que uma residência permanente iria restringir a mobilidade para encontrarem uma alimentação que fosse suficiente para a quantidade de pessoas e de permanência em determinado local. Mesmo que, atualmente, a biologia e as ciências sociais tenham diversos meios para explicarem a adaptabilidade do Homem, estas andanças feitas por ele já demonstram que ou ele adaptava-se ao meio ou o meio exterminava-o. Por consequência, do mesmo modo que foi preciso muita repetição para criar os signos e significantes, viver do que a terra proporcionava necessitava de estudos feitos por meio da repetição. Ao longo de centenas de milhares de anos, a tentativa e o erro eram as únicas maneiras de saberem quais alimentos, por exemplo, seriam comestíveis e quais eram venenosos – neste meio tempo, muitos devem ter morrido por envenenamento (BLAINEY, 2009, p. 7). Com fundamento nestes princípios supostos por Blainey (2009), o Homem lidava com a necessidade de sobreviver em meio a inúmeras variáveis, não só com predadores, mas, também, com a natureza:

Também, como nascem mais indivíduos que os que conseguem sobreviver, deve existir, em cada caso, luta pela sobrevivência, quer com outro indivíduo da mesma espécie, quer com indivíduos de espécies diferentes, quer com as condições naturais da vida. É a doutrina de Malthus aplicada com a mais considerável intensidade a todo o reino animal e vegetal, porque não há nem produção artificial de alimentação, nem restrição ao casamento pela prudência. Embora algumas espécies se multipliquem hoje mais ou menos rapidamente, não pode suceder o mesmo para todas, porque a terra não as comportaria (DARWIN, s/d, p. 70).

A comunicação que antes era feita somente por símbolos escritos nas paredes das cavernas, hoje, é transmitida pelos smartphones e tecnologias provenientes da Revolução Industrial, na sociedade capitalista. Não que as tecnologias existentes no momento presente fossem semelhantes às de outrora. Mas, foi graças a esse primeiro passo que se pôde chegar às inúmeras revoluções tecnológicas do presente – assim como a variedade de signos e significados existentes para comunicação entre as sociedades.

Dialogando com este pensamento darwiniano, verifica-se que a comunicação – da mesma maneira que a evolução, existência e sobrevivência das espécies – passou por diversas etapas, levando o Homem contemporâneo a se comunicar com qualquer pessoa em qualquer lugar do espaço. Antes deste fato, todavia, é importante retratar que o Homem necessitava estar junto fisicamente para se comunicar. Somente se obtinha a informação³⁸ quando se comunicavam cara a cara, olho a olho, frente a frente, compartilhando os mesmos signos. Hoje, não há limites para a comunicação à distância. As informações, por intermédio dos meios de comunicação de massa, vêm e vão.

No entanto, não sendo necessária a aproximação, o mundo dos signos foi incluso nas redes sociais. O Homem, por sua vez, passou a integrar-se e entrega-se a essas redes, considerando o imenso mundo distante das novas mídias de comunicação massiva e desvalorizando a potencial transmissão de informações cara a cara, olho a olho, frente a frente, utilizada pelos Homens pré-históricos. O que resta saber é como este Homem, do mundo globalizado, irá contribuir para a história da civilização, uma vez que, de cabeça baixa, está sempre olhando para seu próprio mundo – que cabe na sua mão.

Tendo a capacidade de comunicar-se entre si, o Homem – integrante de um grupo –, é capaz de criar uma comunicação entre o seu e outros grupos. Certamente, o início destes contatos resultou em problemas, no tocante à

³⁸ Informação. É um conjunto de dados com um significado, ou seja, que reduz a incerteza ou que aumenta o conhecimento a respeito de algo. Na verdade, informação é uma mensagem com significado em um determinado contexto, disponível para uso imediato e que proporciona orientação às ações pelo fato de reduzir a margem de incerteza a respeito de nossas decisões (CHIAVENATO, 2003, p. 422).

dominação geográfica e desenvolvimento social – na medida em que, por diversos fatores, algumas sociedades poderiam estar mais civilizadas que outras. Todavia, com estes contatos estabelecidos, o Homem encontrava mercadorias³⁹ diferentes das produzidas em seu grupo. Isso, então, dá sentido ao valor de uso⁴⁰ e valor de troca⁴¹ criado por Karl Marx (1818-1883), em *O Capital*.

Por meio desta aproximação com povos possuidores de mercadorias e costumes diferentes, a criatividade do Homem lhe forneceu a oportunidade de trocar seus produtos, antes produzidos somente para uso próprio, por mercadorias em que visualizavam um valor maior de uso, já que teriam seus produtos em excesso e teriam criado necessidades de valor e uso nos produtos alheios – foi expressamente por avistarem um valor de uso que a mercadoria adquiriu um valor de troca. E, para que a realização da troca fosse possível, era preciso encontrar uma substância comum entre as mercadorias que mensurasse e atribuísse, às mercadorias envolvidas, um mesmo valor de troca semelhante – por efeito de as mercadorias possuírem naturezas e proporções diferentes, mas precisarem ter um mesmo valor de uso para ambos envolvidos na troca (MARX, 2014, p. 16). Por conseguinte, cada mercadoria teria um valor de uso e troca perante qualquer outra, conseqüentemente, uma primeira com um valor relativo e a segunda sendo equivalente:

O mundo das mercadorias somente estabelece um equivalente comum porque todas as mercadorias, com exceção de uma única, estão excluídas da forma de equivalente ou da forma sob a qual elas são diretas e imediatamente permutáveis. A mercadoria que desempenha o papel de equivalente geral não pode servir a si própria de equivalente (MARX, 2014, p. 36).

³⁹ A mercadoria é um objeto produzido pelo trabalho humano, que é trocado por seu produtor em vez de ser por ele consumido e que, por suas propriedades, satisfaz às necessidades humanas de qualquer natureza, diretamente como meio de subsistência ou indiretamente como meio de produção (MARX, 2014, p. 15).

⁴⁰ A utilidade é então a mais importante e indispensável qualidade da mercadoria. A utilidade, que se realiza no uso ou no consumo, confere à mercadoria o seu valor de uso (MARX, 2014, p. 15).

⁴¹ E é unicamente porque a mercadoria possui um valor de uso que adquire um valor de troca. Um produto absolutamente inútil não poderia se tornar permutável (MARX, 2014, p. 16).

Dessarte, ao longo do tempo, várias mercadorias ganharam valores equivalentes, até o momento em que o ouro começou a desempenhar um papel de dinheiro – e, como exemplo de que a mercadoria equivalente, dita por Karl Marx (1818-1883), não pode ser equivalente a si própria, nota-se que com um quilo de ouro não se pode comprar outro quilo de ouro; ou seja, as outras mercadorias têm seus valores atribuídos à mercadoria dinheiro. De modo que, para explicar mais uma característica da mercadoria tida como dinheiro, toda vez que se junta ou reparte suas partes, ela voltará a ter o mesmo valor.

Isto posto, a história do Homem começa a desenrolar numa sequência de atividades exercidas não só para a sobrevivência e troca de mercadorias, mas, também, para a acumulação de bens oriundos da sua força de trabalho. Junto a isso, a ganância pela mercadoria dinheiro, exige a necessidade de novas e mais mercadorias serem produzidas, fazendo com que o Homem passasse a utilizar o braço alheio – o que dá origem ao termo “mão-de-obra” (literalmente ligado a uma mão que servia para fazer o trabalho). Tendo em vista que este termo continua a ser utilizado, em pleno século XXI, a Economia Criativa buscará reestruturá-lo para demonstrar que, apesar da Indústria Cultural e a sociedade capitalista terem exilado o valor do Homem na mercadoria, é somente pelo *quantum* de trabalho ou o tempo necessário para produzir um artigo, numa dada sociedade, que determina a quantidade de valor desse artigo. Quer dizer, a mercadoria de qualquer sociedade só tem valor porque o Homem empreende sua força de trabalho nela.

A influência da comunicação de massa na criatividade do homem

Por toda a extensão evolutiva da comunicação, o Homem progrediu e ultrapassou os limites da fala e dos gestos, chegando a acrescentar em sua vida a escrita⁴², a imprensa e os veículos modernos da mídia.

⁴² A escrita facilitou a organização do pensamento, permitiu o desenvolvimento da cultura e da ciência, a elaboração de conceitos e de ideias. O impacto da invenção da escrita na vida do homem foi tão grande que determinou o fim da Pré-história e o início do período denominado História (PATERNOSTRO, 2006, p. 18).

Depois de passar várias eras, chegamos a Era da Escrita⁴³; Idade da Imprensa⁴⁴ e, então, na Era da Comunicação de Massa, marcada não só pela impressão e distribuição de jornais, mas, devido à criação do filme, do rádio e da televisão para populações grandes (DEFLEUR, 1993, p. 24). E, como a capacidade criativa e acumulativa do Homem é imensurável, novamente foi possível dar continuidade nestes veículos, criando outros, como a prensa⁴⁵, e chegando ao estado em que a comunicação de massa se encontra atualmente.

Devido à criação da escrita e da prensa foi possível desenvolver a arte da impressão, o que deu a oportunidade de serem feitas cópias – pelo método de impressão de *Gutenberg*⁴⁶ –, proporcionando um menor valor monetário dos livros e, conseqüentemente, uma maneira que fosse possível transmitir informações constantemente, surgindo o primeiro jornal impresso⁴⁷.

O mecanismo de impressão, que já existia na China, mas que foi “remodelado” no Ocidente, tardou para chegar ao Brasil. Por conta da censura e da proibição de tipografias na colônia, o país demora em conhecer a imprensa, e somente surgem os dois primeiros jornais brasileiros em 1808, conhecidos como: Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro (FERRARI, 2010, p. 76). Nota-se que desde cedo os brasileiros sofrem com o poder da dominação e a imposição feita pelos poderosos, o governo.

Desde a inserção e propagação das informações em meios que alcançariam um grande número de pessoas; junto à oportunidade de englobar todas as notícias em somente um lugar, donde vários indivíduos pudessem visualizar e ter acesso, o Homem, com sua capacidade criativa, aproveitou para divulgar e expor marcas e produtos. A publicidade passou a aparecer em

⁴³ Em termos mais recentes, o ritmo acelerou-se espetacularmente. Foi apenas há uns 5 mil anos que os seres humanos fizeram a transição para a Era da Escrita (DEFLEUR, 1993, p. 23).

⁴⁴ Bem mais recentemente, ingressamos na Idade da Imprensa. Podemos fixar um tempo exato (1455, na cidade alemã de Mainz) (DEFLEUR, 1993, p. 24).

⁴⁵ E é a descoberta da prensa que vai desencadear uma nova revolução nas comunicações. O livro impresso transforma o homem, e a relação entre os homens transforma o mundo (PATERNOSTRO, 2006, p. 18).

⁴⁶ Na realidade, o que Gutenberg inventou foi o primeiro sistema de impressão tipográfica do Ocidente, sistema que permaneceu praticamente o mesmo por mais de 350 anos (PATERNOSTRO, 2006, p. 19).

⁴⁷ Chamava-se *Relation*, era um semanário de quatro páginas lançado em Estrasburgo, na Alemanha de 1609, e que circulava entre os ricos e poderosos (PATERNOSTRO, 2006, p. 19).

todos os cantos da vida cotidiana contemporânea, em cada esquina de rua, nas praças históricas, nos jardins públicos, nos pontos de ônibus, no metrô, nos aeroportos, nas estações de trem, nos jornais, nos cafés, nas farmácias, nas tabacarias, nos isqueiros, nos cartões magnéticos de telefone, interrompendo os filmes na televisão, nos rádios, nas revistas, nas praias, nos esportes, nas roupas, encontrando-as em baixo de nossos pés – nas solas dos sapatos – ocupa todo universo humano, todo o planeta (TOSCANI, 2009, p. 22).

Com caráter de estimular o consumo daqueles que recebessem informações constantemente, todos estes meios citados acima, passaram a servir, direta ou indiretamente, não só como fonte de notícias, mas como campanhas publicitárias. Se não bastasse a amostragem destas marcas, as propagandas ganharam um formato persuasivo, levando os leitores e telespectadores a consumirem, não só a informação, mas o produto do qual ela se originava. Isto é, o cérebro do Homem e o poder comunicativo se evoluíram ao ponto de não apenas transmitir uma informação, mas de influenciar no consumo e na vida das pessoas. Para isso, criaram-se mensagens com caráter persuasivo, usando, principalmente, a função conativa⁴⁸ para chamar a atenção do público alvo de alguma maneira:

Frequentemente, desde que há tentativa de convencer o receptor de algo, a função conativa carrega traços de argumentação/persuasão que marcam o remetente da mensagem. Para a linguagem da propaganda, por exemplo, as mensagens construídas visam essencialmente atingir o receptor. Possuem, no seu ato de configuração dos signos, características de função poética, visando sensibilizar o público pela beleza da argumentação. Por trás da mensagem publicitária há sempre o imperativo do consumo da mercadoria apresentada, diferentemente da função estética da arte, que não intenciona persuadir para fins de consumo. A publicidade apropria-se, para formulação de sua linguagem, e é próprio dela, dos níveis gráfico, visual e sonoro dos

⁴⁸ Quando a mensagem está orientada para o destinatário, trata-se aí da função conativa. Esta palavra tem sua origem no termo latino *conatum*, que significa tentar influenciar alguém através de um esforço. A função conativa é também chamada de apelativa, numa ação verbal do emissor de se fazer notar pelo destinatário, seja através de uma ordem, exortação, chamamento ou invocação, saudação ou súplica (CHALHUB, 2006, p. 22).

signos, conforme o canal que medeia a informação: *outdoor*, revista, televisão, rádio e outros (CHALHUB, 2006, p. 23-25):

Estes mecanismos persuasivos, criados nos canais de comunicação massiva, possuem, assim como retratado por Rocha (1995), um mundo onde os produtos são sentimentos e a morte não existe. Neste perfeito mundo das campanhas publicitárias a realidade é sempre um sucesso, felicidade e sedução:

Pode-se, então, através da publicidade, levantar os olhos para um universo de significações bastante insólito e, surpreendentemente, próximo de outros universos de significação muito conhecidos pelos antropólogos. Como nos mitos das sociedades tribais, também nos anúncios os animais falam e os feitos mágicos são constantes (ROCHA, 1995, p. 25).

Agregado a esse mundo, onde os produtos são sentimentos e a morte não existe, Toscani (2009) no seu primeiro capítulo, denominado como, Aleluia! O neném faz xixi azulzinho! – do livro *A publicidade é um cadáver que nos sorri* – também retrata um mundo idílico, tacanho e estúpido da publicidade, onde o povo não tem nada o que pedir, pois vive em um planeta extraordinário, uma vida bela, donde todas as despesas com saúde dos funcionários são reembolsadas e maravilhosas aposentadorias lhes são preparadas para todos.

De certa forma, os signos que antes demonstravam as diferenças das civilizações, hoje, por estarem centralizados nas grandes mídias massivas, acabam nivelando todos os seres, os tornando iguais. A quantidade de informações, advindas das mais variáveis fontes, fazem o quidam crer que está aprendendo com informações científicas, filosóficas, políticas, artísticas, entre outras. Porém, não é possível saber a verdade sobre tais conteúdos (CHAUÍ, 1997, p. 92). Assim, estas redes podem deteriorar e endeusar a imagem de qualquer pessoa, física ou jurídica, em pouquíssimo tempo.

CONCLUSÃO

Diferentemente da época em que o Homem criava e moldava seus hábitos e conhecimentos, hoje, nesta sociedade capitalista, ele se deixa moldar por estes meios que transmitem as informações. A correria do dia-a-dia consumiu a vida do Homem moderno, pós-moderno ou qual seja a designação dada para ele no século XXI. Com isso, a dedicação e a busca pelo conhecimento foram exterminadas pela facilidade e pelos diversos meios de se obterem informações, concebidas pela evolução e propagação destes multímodos meios de comunicação. Por este motivo que a vida do Homem, do presente século, não tem sido alterada por ele próprio e suas atitudes estão somente condizendo com os caminhos que lhe são impostos, pois, como citado neste trabalho, ele vive caminhando com a cabeça para baixo, modernamente crente que tem o mundo nas mãos, entretanto, regressa à postura de seus ancestrais: “Os impactos provocados pela utilização das NTCs (Novas Tecnologias de Comunicação) ocasionaram transformações no ser humano, no seu modo de pensar e de se relacionar com o mundo” (FERRARI, 2010, p. 77).

As mentes que passaram a pensar, na fase do capitalismo, foram apenas as que estavam por trás dos meios de comunicação. Devido à pressa do Homem, quanto mais “mastigada” estiver a informação ou algum produto, melhor será para ser consumido. Entretanto, quanto mais se “mastiga” essa informação – objetivando uma maior velocidade da venda para o consumo – mais esta informação poderá ser modificada, tanto para o bem ou para o mal.

Para melhor explicar a relação entre a modificação feita para o bem e para o mal, seria interessante se fosse observado a ação de uma ave fêmea ao alimentar suas crias. Com o intento de nutri-los, a genitora mastiga o alimento e, em seguida, o insere na boca (bico) de cada filhote – este por sua vez, tão pouco interroga a origem do alimento, apenas o recebe.

Ou seja, aqueles que possuem o conhecimento e estão por trás das mídias massivas são responsáveis por triturar o alimento – agora na forma de informação – e inserir na mente do Homem – que, assim como o filhote, não se preocupa em saber a fonte do alimento informativo. E, continuando, em algum momento esta ave fêmea não mastigará tanto o alimento, porém, mesmo que seu filhote tenha dificuldades para se alimentar, isso demonstrará que sua cria estará se desenvolvendo e podendo caçar e se alimentar sozinho, dissemelhantemente do que ocorre com o Homem. A partir do momento em que encontra alguma dificuldade em compreender alguma informação, ele passa a não dar importância a ela. Por este motivo que os comunicólogos⁴⁹, que controlam as mídias, podem moldar as informações como queiram, pois, têm o poder de mastigá-las, inseri-las e não serão interrogados de suas origens:

Se considerarmos que está surgindo um “homem reconfigurado”, teremos que pensar em uma mudança de mídia de massa, com a televisão como seu maior exemplo, para uma mídia conectiva, unidirecional e sob medida. Pela práxis jornalística tradicional, o controle da informação está no emissor (jornalista). Na práxis jornalística digital, deve-se privilegiar o sujeito o sujeito que decide (sujeito conectivo = receptor), caindo assim por terra a teoria do *gatekeeper*⁵⁰ (FERRARI, 2010, p. 77).

À vista disso, totalmente à deriva dos mecanismos do capitalismo e dos meios de comunicação de massa, o Homem, que antes trabalhava para sobreviver, hoje, vende seu trabalho para receber, em troca, a mercadoria dinheiro. A sua mão é utilizada para auxiliar na criação de mercadorias que sucessivamente serão consumidas por ele próprio, entretanto, pagando uma quantidade maior.

⁴⁹ Bacharel em comunicações e artes. Especialista em comunicação; comunicador.

⁵⁰ O papel do *gatekeeper* (porteiro) na teoria do jornalismo sempre foi selecionar a informação que será ingerida pelo leitor, fazendo com que o receptor não perceba a edição da informação (FERRARI, 2010, p. 77-78).

Estando, portanto, envolvido no ambiente organizacional, todos os outros pontos citados no corrente trabalho se tornam novamente relevantes, posto que, a organização irá utilizar não somente a mão do Homem, senão, toda criatividade, cultura e valor que foram sendo adicionados à construção e desenvolvimento dele.

O que restará saber é sobre a maturidade empresarial para reconhecer que, atualmente, não se deve usar somente a “mão” do Homem como forma de trabalho. As oportunidades devem ser expostas para que o Homem exteriorize seu amor pelo seu trabalho e suas ideias para desenvolverem, juntos, o ambiente organizacional. É claro que existem inúmeras pessoas escravas do trabalho, que possuem apenas o sonho de se aposentarem. Não obstante, as corporações precisam mudar a ideologia construída nos séculos passados, pois, todos estão inclusos num sistema natural organizacional dependente. Logo, neste sistema, a organização ainda representa mais que o indivíduo, isto é, esta reeducação organizacional deveria partir do maior para o menor, levando um lucro maior para ambas as partes. Seria preciso uma readequação do Homem no mercado de trabalho. Readequação essa que passasse a valorizar a capacidade criativa do Ser que, há muito tempo, vem provando dotar um ilimitado poder de criatividade e adaptação.

Por este e outros motivos que o termo Economia Criativa⁵¹ surgiu, uma economia movida por um insumo eterno e sustentável, que esta criatividade humana. O Homem não é somente uma mão que trabalha, mas, sim, um conhecimento que dará sentido e valor a todas as coisas criadas por ele. Uma madeira, sem o Homem, não poderá se transformar em nada mais além de suas funções naturais – crescer, desenvolver, reproduzir e morrer. A empresa, sem o Homem, talvez cresça, talvez se desenvolva e, talvez, reproduza, mas, com toda certeza, ela morrerá.

⁵¹ A Economia Criativa pode ser definida como um conjunto de atividade econômicas baseadas no conhecimento, que fazem uso intensivo do talento criativo incorporando técnicas e/ou tecnologias e agregando valor ao capital intelectual e cultural. Através da cultura, ela gera riqueza e se constitui num poderoso instrumento de alavancagem do desenvolvimento socioeconômico (DEHEINZELIN, CADERNO PDF).

A cultura do Homem se alterou inúmeras vezes, devido à adaptação e às modificações sofridas na transmissão para as gerações seguintes. Nota-se que, novamente, é preciso cambiar essa ideologia cultural de enxergar o Homem, com mais ou menos estudo, como somente um objeto no universo, organizacional ou não. Ou seja, uma mudança na culturalidade e culturariedade⁵².

Dessa forma, aspira-se que o teor da Economia Criativa e as riquezas intransferíveis do Homem possam receber um valor diferente que cause a transformação do *status quo* e do *status social*, uma vez que, devido a essa modificação, deve-se proporcionar uma transfiguração na forma de valorizar o Homem e seu trabalho. Junto a isso, sua função impactará sustentavelmente na sociedade como um todo, fazendo com que, as pessoas que se consideram funcionários escravos, enxerguem seus sonhos fora da aposentadoria e, então, dentro da criatividade. E, as organizações que ainda configuram o Homem como somente uma mão-de-obra, observem e valorizem a riqueza que este possui, para que assim, o elemento humano tenha uma trajetória menos degradante.

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies e a seleção natural*.

DELEUR, Melvin Lawrence. *Teorias da comunicação de massa*. Tradução da 5ª ed. norte-americana, Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FERRARI, Pollyana. *A força da mídia social*. São Paulo: Factash Editora, 2010.

⁵² Dizendo-se, enfim, o que uma produção cultural é, diz-se sobre sua “culturalidade”, dizendo-se sobre o teor alegórico de sua abrangência sociocultural, fala-se de sua “culturariedade” (PESSOA, 2011, p. 135).

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LIMA, Luis Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl. *O capital: extratos por Paul Lafarge*. Tradução de Abguar Bastos. São Paulo: Veneta, 2014.

PAOLI, J. Antonio. *Comunicación e información: perspectivas teóricas*. 3ª ed. México: Trilhas UAM, 1983.

PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Colaboração de Eduardo Marotta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PESSOA, Marcelo. *Estudos culturais: a culturalidade e a culturariedade*.

REIS, Ana Carla Fonseca; DEHEINZELIN, Lala. *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SISSORS, Jack Zenville. *Planejamento de mídia*. Tradução de Karin Wright. São Paulo: Nobel, 2001.

TOSCANI, Oliviero. *A publicidade é um cadáver que nos sorri*. Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Sinergia Editouro, 2009.

A PUBLICIDADE E A EDUCAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Izabel Cristina Taceli (UEMG)⁵³
Geisiane Rodrigues dos Santos (UEMG)⁵⁴
Nathália Rodrigues dos Santos (UEMG)⁵⁵
Valter Oliveira da Silva Filho(UEMG)⁵⁶

RESUMO: A discussão sobre Direitos Humanos pode ser traduzida em uma luta histórica rumo a uma conquista do segmento social. Por sua vez o direito à educação converge para uma educação de qualidade, dicotomias que se apresentam como um desafio ímpar no campo da educação na contemporaneidade. Assim, este artigo busca analisar as relações possíveis entre o direito à educação como um dos direitos humanos fundamentais e a comunicação na área de produção científica compartilha para o crescimento de ambos. Foi empregada no referido artigo uma pesquisa de cunho bibliográfico, com ênfase em questionamentos voltados para a Educação em direitos humanos, a publicidade e suas interfaces. Torna-se primordial as aproximações com as temáticas da igualdade e da dignidade humana, utilizando-se de leituras específicas com foco no tema proposto. Enfatiza-se que Educação em direitos humanos e Comunicação constituem uma questão pouco trabalhada na produção acadêmica do nosso país. E, para situá-la, é relevante pontuar que o direito humano à educação é um dos principais direitos sociais na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em direitos humanos; comunicação e publicidade; igualdade.

ABSTRACT: The discussion on Human Rights can be translated into a historical struggle towards a conquest of the social segment. In turn the right to education converges to a quality education, dichotomies that present themselves as a unique challenge in the field of education in the contemporary world. This article, seeks to analyze the possible relations between the right to education as one of the fundamental human rights and communication in the area of scientific production shares for the growth of both. A bibliographical research was used in this article, focusing on questions related to human rights education, advertising and its interfaces. It is essential to approach the themes of equality and human dignity, using specific readings focusing on the proposed theme. It is emphasized that Education in human rights and Communication are a little worked issue in the academic production of our country. And to situate it, it is relevant to point out that the human right to education is one of the main social rights in contemporary times.

KEYWORDS: Education in Human Rights. Communication and publicity. Equality.

⁵³ Professora da UEMG – Unidade Frutal, Psicóloga, e-mail: itaceli@hotmail.com.

⁵⁴ Professora da UEMG – Unidade Frutal, Matemática, e-mail: geisiane.santos@uemg.br.

⁵⁵ Graduanda na UEMG – Unidade Frutal, e-mail: nathaliaa_09@yahoo.com.br.

⁵⁶ Graduanda na UEMG – Unidade Frutal, e-mail: valtoliv@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos é um assunto pouco destacado pelas pessoas e a sociedade brasileira sabe pouco sobre este assunto. O motivo pode ser devido à falta de interesse da população ou a falta de acesso dados às pessoas quando se trata dar conhecimento aos seus direitos.

No Brasil, a publicidade é um dos meios de informação da população que, conjuntamente com a família, escola e religião são responsáveis pela construção da cidadania.

Em uma cultura capitalista, como a do Brasil, a publicidade deixa de lado o enfoque nos direitos humanos, privilegiando o lucro e o consumo em grande escala, contribuindo para a geração de desigualdade social. Há de se considerar que, em certa medida e com o passar dos anos, a publicidade tem se modificado, não focando exclusivamente nos lucros, trazendo para as suas pautas questões sobre as quais o público de hoje está cada vez mais informado, tomando conhecimento delas não só por meio da realidade física, mas, sobretudo, da virtual: estas plataformas digitais poderiam ser utilizadas como órgãos reeducadores da população.

Assim, despertar para a questão dos Direitos Humanos e a sua relação com a Publicidade se torna crucial, e como ambos vêm trabalhando unidos para uma construção de uma população mais tolerante, falar sobre este assunto é condição sine qua non para a construção de espaços de debate e consolidação de cidadania.

O QUE É EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS?

A educação em direitos humanos, em sua essência, é uma criação da cultura de respeito à dignidade do homem por meio de estímulos de valores como os de liberdade, de igualdade, de justiça, de paz, de tolerância e de cooperação. Assim, esta cultura tende a criar, compartilhar e consolidar costumes, vivências e comportamentos, funciona principalmente como forma de inibir qualquer desrespeito e assegurar o direito do humano. Na história do Brasil, temos, como principal exemplo da violação de todos os princípios de respeito à dignidade humana, a escravidão, que durou cerca de 300 anos. Essa prática de ódio ainda está presente na sociedade, cabendo, então, à Educação *lato sensu* em direitos humanos transformar esse contexto, elevando a tolerância à diversidade ao patamar das discussões da sociedade civilizada e criar uma nova cultura de respeito e harmonia.

Antes de avançarmos no assunto, é válido ressaltar que, ao utilizarmos o vocábulo “cultura”, enfatiza-se aqui um significado mais amplo, que vai desde histórias e vivências de uma população, até mesmo aos hábitos de uma tribo, às características de um vilarejo e, por sua vez, a cultura, desta maneira compreendida, estaria vinculada também à música, as danças, à raça, à cor da pele etc. Todas as variáveis dessa calda cultural têm a sua beleza de ser e viver, sendo função social, então, que cada cultura seja respeitada, cada uma ao seu modo. Com a inserção da Educação em direitos humanos, a diversidade cultural passa a ser homogeneizada e conseqüentemente disseminada para que o desrespeito seja abolido do cenário mundial. Os valores humanos são naturais e universais, neste sentido deve transpor barreiras e fronteiras, de forma interdependente, indivisíveis, visto que não podem ser apartados, colocando em pauta os direitos individuais ou coletivos, ou de defesa socioambiental.

1.1 O que é Publicidade?

A Publicidade é uma modalidade de comunicação que visa transmitir conteúdos, tanto sobre produtos como também de serviços, por meio das diversas plataformas midiáticas físicas e virtuais.

Nestas plataformas, então, são veiculadas pesquisas, análises e estudos oriundos de várias áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, filosofia, estéticas, economia, a partir das quais são desenvolvidos conteúdos e mensagens para o público.

Por isso, sabe-se que a ferramenta publicitária vai muito além de vender apenas produtos e serviços, ela também é responsável por contribuir para a definição e formação de ideias e de opiniões. Com base nisso, as empresas visualizam esse resultado como uma oportunidade de negócio e utilizam desse meio como um facilitador comercial, fazendo da sociedade uma grande massa, em que são condicionados a uma determinada ação de consumo.

Acredita-se que nos dias de hoje a sociedade não seja tão cegamente influenciada, visto que ela sabe como deve agir, e são essas pessoas que estão moldando a Publicidade e o modo como ela atua.

Assim, o fato de estarem menos vulneráveis a situações, poucas ações publicitárias ainda mantém o status de atos imprevisíveis. De outro modo, vale dizer também que, uma publicidade assim dita positiva pode trilhar um caminho em que a população é levada contra os velhos princípios. E, mesmo a Publicidade tendo todo um viés político social, muitas vezes, adentra em territórios infratores das leis, como o “Código de Ética dos Profissionais de Propaganda”, donde se preconiza o modo e o como a Publicidade deve se impor no meio midiático.

1.2 Como a Ética Publicitária é exercida?

De forma geral, a Ética Publicitária mostra como os profissionais de Publicidade devem trabalhar sem que infrinjam os direitos dos indivíduos ou até mesmo os direitos de seus concorrentes. Desse modo, subentende-se que a missão desses profissionais é fazer um trabalho que atue de maneira cordial, sem gerar problemas no âmbito profissional e social.

Pensar em como uma Propaganda ou uma Publicidade pode ser um problema, muitas das vezes é difícil de perceber, mas, quando se visualiza o problema ou alguém se sente incomodado, tudo fica mais claro. Algumas ações podem provocar incômodo em alguns indivíduos. Pode parecer apenas uma propaganda inofensiva ou banal, mas redundar em ofensa a um determinado grupo, podendo, assim, dar origem a um problema para os responsáveis pela veiculação e, com isso, a mensagem publicitária pode ser tirada do ar.

Existe uma plataforma que regulamenta as publicidades, já que, inúmeras vezes, existem casos polêmicos em escolas, no trabalho e principalmente nas redes sociais.

A CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) está presente como órgão fiscalizador e, caso haja denúncias, garante a ética das ações. A partir daí as propagandas podem ser retiradas ou modificadas. Isso é uma comprovação de que o consumidor já não é mais o mesmo, agora ele se tornou uma voz poderosa, que além de querer produtos de qualidade, querem ser respeitados acima de tudo.

Nos últimos tempos, tem-se pensado pouco sobre o que se deve colocar na televisão, internet, revistas, por isso, as campanhas publicitárias acabam sendo pouco pensadas em relação aos direitos humanos.

Mas, dentro deste contexto, será mesmo que isso é um problema apenas no planejamento da publicidade ou é um pouco mais que isso?

Em que lugar de interlocução estão às pessoas que vão nos dizer quais são os nossos direitos, onde aprendemos sobre isso?

Percebe-se que poucas pessoas realmente sabem dos seus direitos e, muitas vezes, desconhecem até os seus direitos mais básicos. Seria ideal a sugestão de uma grade curricular escolar, em que se ensinassem os princípios, para que, em um futuro próximo, os projetos publicitários tivessem melhor desempenho.

Por sua vez, a Ética Publicitária tem como objetivo honrar as suas metas, respeitar tanto a sociedade como um todo, mas, também, seus concorrentes, e tudo que é feito precisa estar em ordem com as diretrizes legais.

O Código de Ética dos Profissionais de Publicidade e Propaganda dispõe de regras que regulamentam as ações publicitárias, com normas específicas, sendo que alguns pontos se destacam sobre o fato de não prejudicarem o cidadão, por meio de propagandas de conotação prejudicial que possam ferir seus direitos humanos, por intermédio de práticas que não se sustentem ou não sejam fidedignas.

Neste contexto, a publicidade é livre de toda forma de discriminação, mas não de eventual criminalização, devendo ser compromisso do publicitário atuar de forma a não constranger ou humilhar aos seus semelhantes com o produto do seu trabalho ou com atitudes individuais ou corporativas das quais participe. Essa é uma adaptação de uma das cláusulas do código de ética publicitária, ou seja, é visível que ela já prevê aspectos como o dos Direitos Humanos e, como já está presente no âmbito publicitário, só é preciso deixar a regra mais clara e culturalmente consolidada.

1.3 Evoluções da Publicidade e dos Direitos Humanos

Assim como a Publicidade, os Direitos Humanos também têm a sua importância fundamental, de tal modo a garantir que todos os indivíduos tenham seus direitos básicos assegurados e, além disso, tem se pensado em como devemos agir no cenário social. Dessa forma, houve uma maior ascensão que trouxe à tona o que já devia estar no dia a dia da sociedade brasileira. Na antiguidade a Publicidade só existia para o consumo. A maior parte dos interesses das campanhas era o de que os consumidores se instigassem com que viam e comprassem, sem se preocuparem com qualidade ou se aquilo era, de fato, necessário ou se realmente traria algum benefício para eles. Muito tempo se passou até que esse cenário mudasse. Hoje o cliente se tornou mais exigente, as empresas viram que continuar com as mesmas concepções não daria mais resultado.

Com isso, criou-se um vínculo mais humanizado com a Publicidade e, a partir daí, foi implantado campanhas publicitárias que abriram espaço para todos. A exemplo disso, algumas campanhas como as da Avon, em um de seus filmes publicitários, inicia com uma trilha sonora de uma versão da música “Não deixe o samba morrer” (autoria de Edson Conceição e Aloísio Silva, famosa numa interpretação da cantora Alcione). No filme aparecem mulheres completamente diferentes dos padrões de beleza que a sociedade impõe, utilizando-se produtos de beleza que são voltados para público feminino, branco e heterossexual. Em um momento do filme é evidenciada uma mensagem em um banco de ônibus, com as inscrições: “Liberté, Egalité e Lacré”, que fazem referência e ainda satirizam (face à alusão que se faz ao movimento LGBT, com a inserção do termo “Lacré”, no lugar de “Fraternité”) os ideais da Revolução Francesa de 1789, com o seu discurso de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Na conclusão do filme, publicitário da Avon, a mensagem enfatiza a mensagem, dizendo que, “Quando a gente se une, o mundo se transforma”, deixando evidente o direito de ir e vir, de se expressar. Em suma, pode-se dizer que, em campanhas como essas se foge do padrão de alienação e ajuda as pessoas a pensarem no assunto de forma mais empática, diminuindo a intolerância no meio social.

Além da Avon, outras marcas como O Boticário buscam na Publicidade positiva um apoio para que mensagens de amor e igualdade, como na propaganda do “Dia dos namorados”, de 2015, que tem como trilha sonora a música do Lulu Santos, “Toda forma de amor”, de alguma forma que conseguisse mostrar para a sociedade que toda forma de amor é válida. Nessa propaganda casais de diferentes orientações sexuais trocam presentes na noite do dia dos namorados.

A marca C&A fez uma campanha dos dias dos Pais, que investiu na quebra de estereótipos. Nesse filme publicitário, carrega-se a mensagem do teor de que não é porque o pai tem determinada profissão ou *hobby* que os filhos serão iguais. Então, nessa campanha, além de se valer dessa quebra de paradigmas, colocam pais homo afetivos também como protagonistas da mensagem. Com isso, percebe-se a positividade da Publicidade e Propaganda, da qual é também da mídia, está presente de forma significativa na vida das pessoas. E, como são veiculadas inúmeras campanhas que falam de assuntos variados que podem ou não contribuir para a sociedade como um todo, é válido supor que ultimamente são as pessoas que escolhem o que elas querem ouvir, elas são o seu próprio filtro.

Algumas intervenções como as de saúde, prevenção de acidentes, sustentabilidade, educação entre outras, são as campanhas governamentais, que utilizam a Publicidade para conscientizar as pessoas.

Dessa forma, as campanhas publicitárias têm um grande alcance e conseguem mobilizar a sociedade de uma forma mais precisa, já que a mídia faz parte do cotidiano das pessoas. A Publicidade é sim uma técnica de indução, ela pode penetrar na massa com facilidade e, então, utilizar dessa ferramenta para propagar o bem, e ajudar a aprimorar a educação de todos pode ser vantajoso, não somente para angariar clientes, mas uma boa Publicidade pode quebrar as barreiras que a sociedade vem enfrentando e tornar a vida muito mais atraente.

No Brasil, são quase 78% das empresas e ONGs que terceirizam a criação das campanhas, conforme aponta a pesquisa realizada pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) Media Lab. Essas campanhas que trazem conteúdo positivo e com aspectos sociais, acabam viralizando nas redes sociais. O Brasil teve grande reconhecimento em uma campanha que foi o “Teste de Audição 3D”. A Campanha, de certa maneira, engana o espectador, na medida em que o faz acreditar ser um teste para testar a audição e, então, a mensagem publicitária começa com alguns sons e é indicado que o espectador diga a qual distância vem o som. Simultaneamente, ao fundo, é possível ouvir uma conversa e ela vem se tornando cada vez mais presente, até que a discussão rouba por completo a atenção e se torna o som principal. Essa discussão acaba em uma violência doméstica e, por fim, numa frase: “Se você pode ouvir, você pode ajudar”. Nessa campanha foi colocado um assunto bastante delicado, fazendo com que o espectador pensasse em como deveria agir nessas situações.

São atitudes como essas que fazem com que a Publicidade crie um espaço apropriado para os acontecimentos que estão no seio da sociedade brasileira, vislumbrando-se uma sociedade melhor para se viver e, aos poucos, campanhas assim vão tomando um lugar de destaque e fazendo com que essas ações do bem, resgatem para os indivíduos, o que lhe é de direito.

DIREITOS PARA TODOS?

Um dos marcos relevantes da modernidade foi o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, avanço que se tornou uma referência para a consolidação dos Direitos das pessoas no mundo, representando a liberdade, igualdade, dignidade. Assim:

Apesar de reconhecermos as transformações históricas não podemos negar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido argumento daqueles que não têm voz e os direitos humanos refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Flores, os movimentos compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana (PAULA, MAIOR, 2008, p. 36).

Por outro lado, na contemporaneidade, o processo de globalização trouxe novas transformações, a partir das quais se modificou inclusive as questões voltadas para o compromisso entre o Estado e o mercado, do mesmo modo como deslocou alguns temas da agenda de direitos humanos. Com ênfase na infância e na adolescência, influenciando de maneira precoce no desenvolvimento da criança, incorporando a estética como fatores primordiais, em detrimento de fatores como o estudo e formação natural do sujeito, entre outros.

Neste contexto, os apelos midiáticos surgem, antecipando a erotização da criança em seu período de pleno desenvolvimento, com o objetivo de obter um consumo exacerbado, tendo em vista que a criança ainda não adquiriu um processo maturacional para realizar as próprias escolhas e, por isso, encontra-se vulnerável diante de imensuráveis apelações.

Já, os adolescentes, se sentem frustrados frente a uma classe privilegiada consumidora, reforçando a exclusão social e o distanciamento entre o ter e o ser.

Sendo assim, os desafios das políticas públicas que buscam estabelecer a chamada “promoção dos direitos humanos”, tanto para crianças quanto adolescentes, apontam:

- o enfrentamento dos novos cenários de violência contra crianças e adolescentes, como a drogadição e envolvimento com o narcotráfico, a exploração sexual no turismo, a pornografia infanto-juvenil na Internet, as crescentes taxas de mortalidade por violência entre crianças e adolescentes, sobressaindo-se a homicídios e acidentes;
- a constituição de estratégias diferenciadas diante da reiterada violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no ambiente doméstico, como demonstram os recentes casos de violência veiculados na mídia nacional, mas que ocupam o primeiro lugar no ranking das denúncias dos conselhos tutelares e do Disque 100 em mais de 60% dos casos;
- a urgente universalização e integração de sistemas de informação, em especial para notificação de casos de violência, sistema socioeducativo, rede de conselhos tutelares e de abrigo;
- a necessidade de maiores investimento em sistemas locais de promoção dos direitos da criança e do adolescente, em especial pela condição federativa do Brasil e pela maior capilaridade das políticas públicas nos territórios;
- o fortalecimento de instâncias estaduais e municipais de articulação das políticas de direitos da criança e do adolescente, a exemplo do papel exercido pela SPDC e Conanda em nível federal;
- a mobilização e apoio aos espaços democráticos de articulação da sociedade civil na constituição de redes de proteção destinadas à repactuação em favor da população infanto-juvenil, em especial na busca de novos atores estratégicos, universidades, empresários, associações comunitárias e de famílias, associações profissionais, sindicatos de trabalhadores e demais movimentos sociais;
- consolidação de estratégias de cooperação internacional, como no âmbito do Mercosul, com o GT Iniciativa NiñoSur, e do Instituto Interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA) descrito pelos referidos autores (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2008, p. 45).

Sobretudo, torna-se gritante a necessidade de criação de uma Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em favor de um Sistema de Proteção Integral, a fim de protegê-la das intempéries do mundo globalizado, inclusive da utilização da mídia que desumaniza o humano. Nessa perspectiva, observa-se a concretização das Políticas humanizadoras, donde se faz necessário que os governos encontrem novas perspectivas, juntamente com as organizações de direitos humanos, originando consecutivamente novas formas de obter a confiança da comunidade que realmente necessita de melhores condições de vida, em um universo competitivo, em que raramente prevalecem os direitos reais, consolidados:

A batalha pelos direitos humanos é inevitavelmente uma batalha por poder, e esta batalha está geralmente ligada a batalhas correlatas por recursos. Assim, a promoção sustentável de todos os direitos humanos depende de políticas e programas que abordem as desigualdades econômicas e sociais (ROBINSON, 2008, p. 14).

Neste aspecto, a sociedade pode tornar-se cada vez mais inclusiva e justa, garantindo-se, assim, o exercício e a proteção dos direitos humanos dos indivíduos. Enfatiza-se ainda no discurso do autor, argumentos sobre a influência da seguridade dos direitos no mundo de hoje, na esfera corporativa:

Todos sabemos que há diversos fatores subjacentes à grande ênfase que o setor empresarial vem emprestando aos direitos humanos: fortes convicções éticas de alguns executivos líderes, cálculo de risco para a reputação, o impacto da opinião pública, o comportamento dos pares e concorrentes, a lealdade e desempenho dos funcionários e as novas políticas internacionais. Os líderes de empresas reconhecem, ainda, que uma sociedade estável e regrada é essencial para o bom andamento do empreendimento. As empresas precisam assegurar-se que seus contratos serão devidamente observados com o respaldo dos juízes e tribunais de justiça, e que suas propriedades e investimentos serão protegidos (ROBINSON, 2008, p. 15).

Por outro lado, de igual relevância se faz necessário atentar para a necessidade das empresas quanto ao seu papel de integrar valores em relação aos direitos que, por sua vez, demandam recursos expressivos ao investir em programas institucionais que incluem treinamento e melhoria contínua das pessoas nessa esfera corporativa.

3.1 Educação de Direitos

Robinson (2008) destaca sobremaneira sobre a importância das corporações em relação aos direitos humanos, trazendo à luz a ideia de um estudioso da Harvard's Kennedy School of Government (Escola Kennedy de Governo da Universidade de Harvard), no exercício de sua função como Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em direitos comerciais e humanos, recomendando o respeito em assegurar os direitos humanos, como responsabilidade empresarial e social, destacando alguns pontos em recente relatório, com foco em três princípios "Proteger, Respeitar e Remediar". Mas, principalmente, na obrigação do Estado de proteger as violações em relação aos direitos humanos empreendidos por líderes corporativos e, nesta perspectiva, foca nos seguintes aspectos:

- Adoção de uma política de direitos humanos;
- Adoção de medidas proativas para entender como as atividades atuais e propostas podem afetar os direitos humanos;
- Realização de atualizações periódicas sobre o impacto e desempenho em direitos humanos;
- Oferecimento ao público de mecanismos eficientes de denúncia para lidar com os supostos casos de violação aos padrões de direitos humanos.

Segundo Robinson (2008), todos esses desafios são fundamentais para o crescimento da sociedade e surge como papel primordial quanto à geração de emprego, renda e da riqueza que levam à elevação dos direitos humanos. Ressalta também que “os especialistas em direitos humanos pouco disseram sobre essa questão”.

E analisa ainda: “Como podemos aumentar o poder dos mercados para os pobres?”.

Como, “se o principal patrimônio desse segmento é o trabalho?”.

E, em outras palavras, prevalece todo um contexto judicial que contempla não somente a prevenção em relação ao excludente trabalho infantil e escravo, porém, com boas condições, remuneração digna, “capaz de prover a existência humana digna, como determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos?”.

Na verdade, a análise envolve toda uma gama de valores que perpassam desde países em desenvolvimento, a processos locais ou mais precisamente às compras, à distribuição e ainda à maneira de gerar mais empregos de forma que sejam realmente sustentáveis no futuro, mesmo que em curto prazo possam parecer utópicos.

Nesta concepção, Balestreri (2008), Secretário Nacional de Segurança Pública, Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, observa, frente a tais questionamentos, que precisamos rever as reais necessidades voltadas, em especial aos “processos de comunicação”, que levam à “convicção do atraso e do reacionarismo da mesma sociedade que defendemos”.

E, parafraseia um pensamento bíblico: “são como pastores sem rebanho, que se apascentam a si mesmos”. Acrescenta ainda:

É claro que a comunidade de direitos humanos não é um bloco monolítico e nem todos os segmentos se enquadram na categoria acima. Lamentavelmente, contudo, parece-me que a maior parte de nós – do ponto vista da compreensão, dos conhecimentos, da identificação com a causa da segurança pública como também uma causa popular e de direitos humanos - encontra-se paradigmaticamente paralisada nos anos setenta, quando vivíamos na zona de risco da ditadura mas igualmente na zona de conforto da aprovação popular, heróis e heroínas de um mundo bipolar. Tal crítica, a faço com respeito e compaixão, uma vez que, por anos, estive “preso” na mesma torre. Não foi fácil descer dela e ir para a planície da democracia, enfrentando a vida como a vida é, com sua complexidade, contradições e desafios supra-pessoais. Não foi fácil, no início, encontrar, nas salas de aula, a polícia da qual eu tinha tantas vezes apanhado e muito menos aquela que por dois sofridos anos me havia processado. Foi, contudo, um enfrentamento desesquizofrenizante mesma torre. Não foi fácil descer dela e ir para a planície da democracia, enfrentando a vida como a vida é, com sua complexidade, contradições e desafios supra-pessoais.

Acrescenta ainda, dizendo que os “poderes públicos” estagnaram em searas de total “ausência de políticas públicas”, das quais tão somente voltadas para os direitos de cunho “material, mas também daqueles de ordem subjetiva: balizamentos legais e éticos, mediação de conflitos, educação pública de qualidade, liberdades de expressão, de organização, de ir e vir”, de, mas essencialmente no vazio do “estado democrático de direito” (BALESTRERI, 2008, p. 21). Observa-se que as pessoas com pouco ou nenhum recurso, estão excluídas da sociedade, principalmente da sociedade consumista.

Por fim, Balestreri (2008) ressalva um ponto de vista de igual importância que é “o direito e o acesso à educação pública de qualidade” parte imprescindível no “campo das ciências históricas e sociais”. E sendo assim destaca que os especialistas da área “creditam à educação a diferença entre o atraso e o desenvolvimento”.

A Educação é verdadeiramente uma “necessidade”, mas, não é necessariamente, “Educação”, mas, sim, trata apenas de saberes locais, populares, e os constituídos da história do sujeito, as práticas que envolvem a relação professor e aluno, que objetivam uma construção comum.

Em que exista um espaço construtivo para a crítica, que leve ao despertar intelectual do sujeito, que gere comportamentos éticos, moral e ao contrário dispense a “competitividade destrutiva”, que despreze as diferenças individuais de cada um, “do consumismo e do narcisismo hedonista, do predomínio da força sobre a compaixão e a inteligência”.

Este autor, em suma, considera que, se em algum reduto social não há liberdade de ensinar e de aprender, é improvável que particularmente se possam construir valores solidários, que possa haver escola, e mesmo que haja Educação.

Uma vez mais, acentua ele, em tal quadro de descalabros, os pobres são sobre vitimados, perpetuando-se seu afastamento das possibilidades de compreender criticamente e ascender social, política e economicamente. Ora, com as minorias excluídas de uma educação de qualidade, fecha-se a terceira passagem para os caminhos do desenvolvimento.

A segurança pública, uma vez mais, é fator preponderante para a qualidade do crescimento que almejamos. Portanto, a pauta sobre “Diretos Humanos são os grandes semeadores” e se aplica em uma ampla diversidade científica e da sociedade em geral, sendo a Comunicação e a Educação uma delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, pudemos perceber como uma publicidade de qualidade pode levar o indivíduo à construção de uma formação educacional e social voltada para a garantia de seus próprios direitos.

Desse modo, ele se empodera e, por esta razão é que se torna importante implementar novas campanhas publicitárias que façam com que as pessoas tenham e consolidem esse tipo de conhecimento de assuntos que, muitas vezes, são esquecidos ou omitidos pela sociedade e pode conseqüentemente fazer com que a desigualdade seja atenuada.

É evidente que existam campanhas que não são relevantes para a sociedade em geral e, muitas vezes, trilham o caminho oposto do que seria considerado um possível modelo, mas como vimos, existem plataformas que despertem ações que desrespeitam e infligem os Direitos Humanos.

Os projetos governamentais poderiam assinalar para ações que fizessem com que a população fosse mais participativa em relação à agenda social, afinal, a união é um fator indispensável.

Ademais, grande parte da sociedade precisa ser confrontada com as suas próprias mazelas, e cabe a todos nós fazer com que as diferenças não sejam uma motivação para o ódio e sim para construção de uma sociedade igualitária.

A igualdade historicamente foi aos poucos sendo negada, mas, a partir do marco da “proclamação da igualdade de todos os seres humanos, em direitos e dignidade”, destacados no artigo primeiro da Declaração Universal, instaurou-se a responsabilidade e o comprometimento da sociedade, tanto na esfera governamental quanto não governamental.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Segurança Pública e Direitos Humanos. In: *Revista Direitos Humanos*, v. 01, dez. 2008, p. 17-26. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf, acesso em 06/06/2018, às 18h16min.

ROBINSON, Mary. Concretizando Nossos Compromissos. In: *Revista Direitos Humanos*, v. 01, dez. 2008, p. 12-16. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf, acesso em 06/06/2018, às 18h16min.